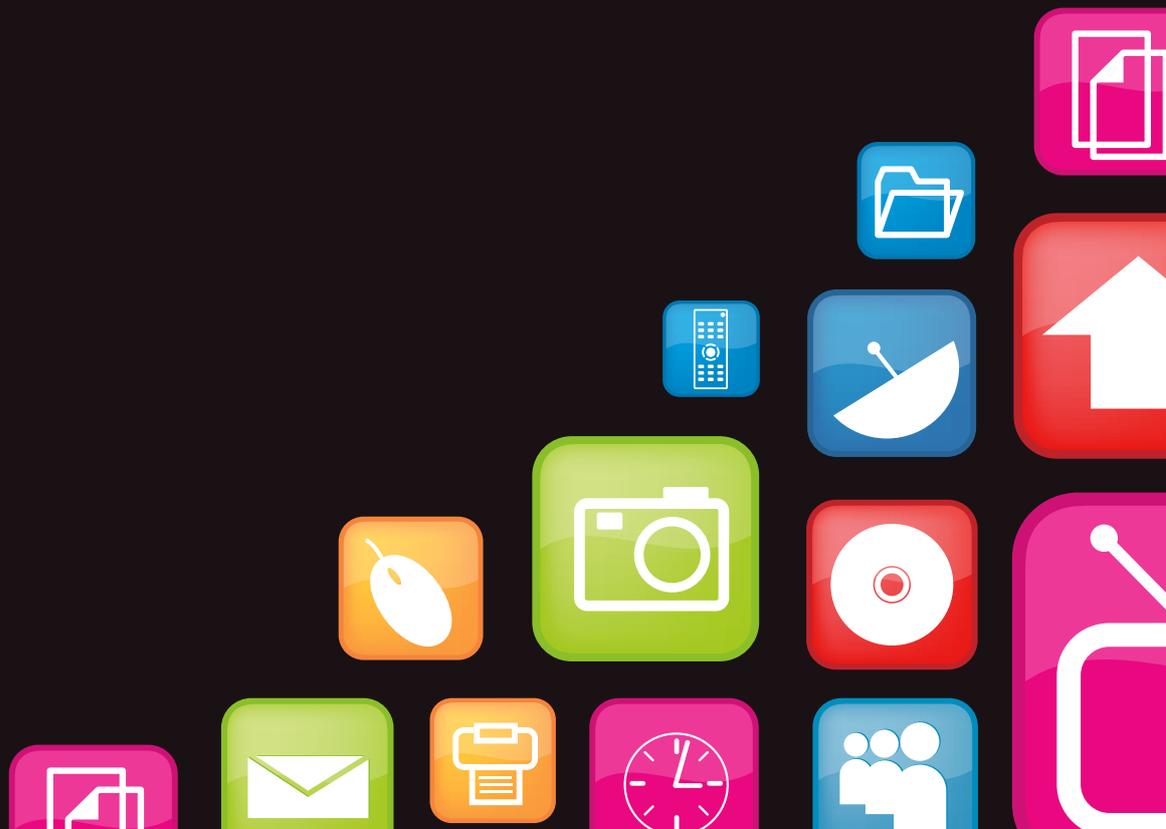


# CADERNO 1ª CONFECOM

Conferência Nacional de Comunicação





1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO: MEIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS E DE CIDADANIA NA ERA DIGITAL

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

# Índice

Apresentação .....	7
Introdução .....	8
O Contexto da 1ª Confecom .....	9
A 1ª Confecom .....	13
Convocação e Legislação .....	13
A Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom .....	14
As Conferências Estaduais e Distrital .....	18
Rumo à etapa nacional: sistematização das propostas aprovadas nas etapas estaduais e do Distrito Federal .....	19
A etapa nacional da 1ª Confecom .....	21
Propostas aprovadas, não aprovadas e não apreciadas .....	24
As Conferências Estaduais e do Distrito Federal .....	25
Acre .....	25
Alagoas .....	25
Amapá .....	26
Amazonas .....	27
Bahia .....	27
Ceará .....	28
Distrito Federal .....	29
Espírito Santo .....	30
Goiás .....	31
Maranhão .....	31
Mato Grosso .....	32
Mato Grosso do Sul .....	33
Minas Gerais .....	33
Pará .....	34
Paraíba .....	35
Paraná .....	36
Pernambuco .....	36
Piauí .....	37
Rio de Janeiro .....	38
Rio Grande do Norte .....	38
Rio Grande do Sul .....	39
Rondônia .....	40
Roraima .....	40
Santa Catarina .....	41
São Paulo .....	42
Sergipe .....	42
Tocantins .....	43
As Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital .....	44
Propostas Aprovadas por Consenso .....	91
Propostas Aprovadas com Índice Superior a 80% .....	180
Propostas Aprovadas na Plenária Final .....	196

Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação

Publicação do Ministério das Comunicações

Conteúdo: FGV Projetos, unidade da Fundação Getúlio Vargas

Edição: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

10 de junho de 2010



# Apresentação

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, Brasília sediou o maior encontro já realizado no país para a discussão do futuro das comunicações brasileiras desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988: a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A Conferência foi convocada pelo Governo Federal, como parte da política de chamar a sociedade civil organizada para debater políticas públicas que interessem à cidadania. De 1941 até hoje foram promovidas 114 Conferências Nacionais, sendo 73 de janeiro de 2003 até julho de 2010.

Discutir a modernização da comunicação social brasileira, nos marcos da plena democracia, é essencial, especialmente pelas mudanças tecnológicas dos últimos anos, que apontam para uma crescente convergência entre as diversas mídias. O tema da 1ª Confecom – “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital” – refletia esse propósito.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, foi palco de intensos debates, com a participação de 1.800 delegados, indicados nas etapas estaduais preparatórias, representando organizações da sociedade civil empresarial (40% do total), da sociedade civil nãoempresarial (40%) e das três esferas de governo (20%). As propostas aprovadas nas Conferências Estaduais e Distrital foram amplamente debatidas em Brasília. Resultaram em 633 propostas aprovadas, sendo 569 nos 15 grupos temáticos de trabalho e 64 na Plenária final da Conferência Nacional. Outras 15 foram rejeitadas e 29 não apreciadas porque não houve tempo hábil para serem lidas no plenário em razão do encerramento da 1ª Confecom.

Agora, após o trabalho de sistematização efetuado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada para esse serviço, estamos divulgando a versão eletrônica deste caderno, com todas as propostas discutidas na etapa nacional da 1ª Confecom, no portal da Internet dos órgãos encarregados da organização da Conferência.

Este caderno registra a trajetória desse evento histórico. As propostas aqui apresentadas são fruto de um debate democrático entre os segmentos da Sociedade Civil, Sociedade Civil Empresarial e Poder Público. Embora não representem necessariamente o pensamento do Governo Federal, as propostas da 1ª Confecom são valiosas contribuições que, esperamos, auxiliarão legisladores, reguladores, formuladores de políticas públicas e a sociedade em geral a prosseguirem na construção de um Brasil cada vez mais democrático, moderno, plural e justo.

**Ministério das Comunicações**

**Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**

**Secretaria-Geral da Presidência da República**



# Introdução

Este caderno tem como objetivo documentar, divulgar e tornar acessível a todos os interessados e todas as interessadas o contexto, os debates principais e as propostas discutidas no âmbito da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, DF.

Convocada pelo Governo Federal, promovida pelo Ministério das Comunicações e contando com a participação de representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e da Sociedade Civil Empresarial, a 1ª Confecom teve como tema central “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”, subdividido nos eixos temáticos: Produção de Conteúdo; Meios de Distribuição; e Cidadania: Direitos e Deveres. O seu objetivo maior foi o de constituir um espaço para o debate amplo, democrático e plural com a finalidade de elaborar propostas orientadoras para uma Política Nacional de Comunicação.

O presente caderno encontra-se estruturado em quatro partes. A primeira é uma apresentação do Ministério das Comunicações, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Na sequência, o leitor e a leitora encontram dois textos de cunho informativo que permitem compreender ou relembrar o contexto histórico que levou às demandas que possibilitaram a realização da 1ª Confecom, além do processo de debates e deliberações ao longo de quase todo o ano de 2009 que culminou na etapa nacional da Conferência. O primeiro, intitulado “Contexto da 1ª Confecom”, traça um panorama histórico da comunicação no Brasil, desde os tempos do surgimento dos primeiros jornais impressos até o desenvolvimento da ideia da comunicação como um direito humano, consolidado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no final dos anos 70 do século passado, e cada vez mais aceito no mundo inteiro. Esse texto fornece subsídios para entender como a realização da 1ª Confecom poderá contribuir na formulação de políticas nacionais de comunicação, representando um passo no sentido de promover a participação social na elaboração de princípios, diretrizes e recomendações. Já o segundo texto, “Sobre a 1ª Confecom”, recupera todo o processo ocorrido entre a publicação do Decreto Convocatório, em abril de 2009, e a plenária final da etapa nacional da Confecom, elaborando os aspectos legais, processuais e organizacionais da Conferência, bem como alguns dos desafios enfrentados ao longo desse processo.

A terceira parte deste caderno é dedicada às Conferências Estaduais e Distrital, ou seja, as etapas eletivas da 1ª Confecom. Aqui são encontrados dados tais como o número de participantes, o número de propostas aprovadas e o número de delegados eleitos em cada um dos estados brasileiros, além do Distrito Federal. Trata-se de mais um esforço no sentido de recuperar e contextualizar os resultados da etapa nacional da Conferência.

Na quarta, o caderno apresenta todas as propostas aprovadas nos estados e no Distrito Federal e submetidas à etapa nacional da 1ª Confecom. As propostas encontram-se organizadas por GT (Grupo de Trabalho), por eixo temático e por tema. É possível reconhecer a unidade da Federação de origem de cada proposta submetida à Conferência Nacional.

Espera-se, com esta publicação, que sejam preservados a memória e o processo da 1ª Confecom. Além disso, espera-se que esta seja apenas a primeira página de um novo capítulo contendo a universalização do direito humano à comunicação e a consolidação de uma sociedade brasileira mais justa, igualitária e democrática.

# O Contexto da 1ª Confecom

## “Um Brasil, muitas vozes”: Sociedade Civil, Sociedade Civil Empresarial e Poder Público em busca de uma comunicação plural e democrática

Ao longo das últimas quatro décadas, vem se consolidando, no Brasil e no mundo, uma compreensão sobre a comunicação que a considera mais do que uma faculdade humana ou fenômeno interpessoal: trata-se da ideia de que a comunicação constitui não só um caminho necessário para a democratização da sociedade, mas que deve ser entendida como um direito humano fundamental. Essa concepção foi desenvolvida nos anos de 1970 e consolidada em discussões no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No fim desta década, transmissões via satélite já eram razoavelmente desenvolvidas na década de 1960. O debate sobre fluxos de informação passou à ordem do dia em várias escalas. De um lado, discutia-se como a transmissão de informações que ultrapassava as barreiras dos Estados nacionais trazia à tona questões relativas à regulação do que era veiculado, interpelando governos a desenvolver novas formas de regulamentar os meios de comunicação. Estes, por sua vez, passaram a constituir, cada vez mais, um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. De outro lado, movimentos sociais na Europa ligados às rádios livres ou comunitárias demandavam o direito de emitir sua programação.

O precursor da ideia da comunicação como um direito humano é o francês Jean D’Arcy, que em 1969 afirmava: “Virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez 21 anos atrás no artigo 19. Trata-se do direito de o homem se comunicar”. Em 1976, a Unesco instituiu uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, cujos trabalhos resultaram no documento intitulado “Um Mundo, Muitas Vozes”. Também conhecido como relatório MacBride, o documento preconizava uma série de desafios e propostas hoje em pauta, tal como o debate contemporâneo acerca do papel dos meios de comunicação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos tenham direito a ter sua voz ouvida, suas diferenças e particularidades reconhecidas. O relatório concluía que “a liberdade de informação – mais exatamente, o direito de procurar, receber e difundir informação – é um dos direitos humanos fundamentais e constitui, inclusive, um pré-requisito para muitos outros direitos”.

Desde então, o próprio desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação vem colocando novos desafios para que esse direito seja garantido universalmente. Por isso, pensar as formas de comunicação em sociedade – o que inclui os meios ou mídias e seus usos – passa a ser uma questão fundamental do fazer político contemporâneo. É o momento em que os diferentes interesses expressos pelos segmentos da sociedade brasileira – a Sociedade Civil organizada, a Sociedade Civil Empresarial e o Poder Público – se voltam para o debate sobre os processos de comunicação, que vão de questões técnicas e infraestruturais a questões de pluralidade no acesso à produção e à distribuição de conteúdos midiáticos. Muitos são os temas – a comunicação regional, independente, comunitária, os processos comunicacionais ligados à educação, as concessões de canais de radiodifusão, os grandes meios midiáticos – e muitas são as vozes buscando participação efetiva em um processo democrático de discussão.

Se voltarmos no tempo, podemos perceber como as transformações nos meios de comunicação sempre trouxeram consigo possibilidades de democratização, desenvolvimento e novos modos de expressão de

diferentes grupos sociais. Essa história começa no século XIX, quando a família real portuguesa chegou aqui e oficialmente instituiu a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal brasileiro, dirigido por Frei Tibúrcio, que tratava de assuntos da Corte. Foi no mesmo ano, em 1808, que passou a circular por aqui também o Correio Braziliense (ou Armazém Literário), jornal oposicionista feito em Londres por Hipólito José da Costa. Ao longo do século XIX, a discussão entre imprensa áulica e oposicionista fez-se também por meio de panfletos – os pasquins – de autores como Cipriano Barata, que escrevia sua A Sentinela da Liberdade. Aos poucos foram surgindo outras variações de jornais, mas o que caracterizou a primeira metade do século XIX foi a disputa política por meio dos impressos, o que levou Benjamin Constant, um dos fundadores da República brasileira, a afirmar que a imprensa brasileira constituía uma espécie de “tribuna ampliada”.

Na segunda metade do século XIX, um jornalismo mais literário foi tomando conta dos jornais. Já havia sido desenvolvida toda uma intelectualidade brasileira formada nos cursos jurídicos do Ensino Superior em seu próprio país. Esses intelectuais, conhecidos como bacharéis, tornaram visível a composição plural da sociedade brasileira e abriram uma brecha para a população negra começar a conquistar espaço gradualmente no que se referia às questões de participação social. Alguns, ao longo do século XIX, destacaram-se por meio das letras, o que demonstra o potencial da comunicação em desfazer injustiças e servir como ponte para novos laços sociais. Se havia ainda muita desigualdade social, a comunicação já demonstrava considerável potencial em promover e possibilitar tanto inclusão quanto mobilidade social dos indivíduos e grupos historicamente marginalizados.

O Poder Público, em várias épocas, teve papel fundamental nas inovações comunicacionais neste país. A história do rádio no Brasil, por exemplo, foi iniciada oficialmente no pronunciamento do então Presidente da República Epitácio Pessoa, por conta dos festejos de cem anos da independência, em 1922. A primeira década das atividades radiofônicas brasileiras, quando eram desenvolvidas principalmente por clubes e sociedades de amigos, constituiu uma fase de cunho educativo. Nomes como Roquette Pinto e Henrique Morize marcaram época, embora ainda se tratasse de um veículo para poucos. A partir de 1931, com o decreto instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas que permitia a publicidade no rádio, emissoras iniciaram um processo de profissionalização que tornou o rádio um veículo ouvido por milhões de brasileiros. Mesmo aqueles não alfabetizados podiam receber informações e entretenimento através desse veículo, que teve sua época de ouro nos anos 1940, lotando auditórios com os maiores cantores e cantoras do Brasil, acompanhados por orquestras. A Rádio Nacional, por exemplo, chegou a transmitir 14 radionovelas por dia, o que demonstra o quão acessível era o rádio para uma parte significativa da população.

A iniciativa privada foi responsável por avanços nas comunicações brasileiras. O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a ter televisão, por obra do empresário Assis Chateaubriand. Se hoje a telenovela brasileira é um dos produtos mais conhecidos em diferentes continentes, a TV surgiu do improviso e da ousadia empresarial de um homem de negócios que enxergou o futuro em um momento que, para muitos, ainda não parecia propício à instauração deste veículo no país. No início, a TV brasileira herdou profissionais e linguagem radiofônicos, mas aos poucos foi criando uma linguagem própria e inovadora.

A sociedade civil também foi de extrema importância no desenvolvimento histórico do setor de comunicações no Brasil. Em diversos momentos, a participação popular e as lutas por melhores condições das classes trabalhadoras geraram movimentos sociais e manifestações que também encontraram na comunicação sua maior arma. Seja nos jornais anarcossindicalistas entre as décadas de 1890 e 1920, seja nos movimentos operários e sindicais na segunda metade do século XX (que geraram muitas vezes produtos midiáticos como jornais impressos), seja no atual movimento de rádios comunitárias e coletivos da comunicação, trata-se da disputa por espaços midiáticos, acesso, democratização,

formatos e formas de concessão, fiscalização. Ou seja, uma luta pelos usos democráticos dos meios comunicacionais contemporâneos.

Um dos principais vetores das grandes transformações sociais no mundo atual, como se sabe, é a Internet, rede que potencializa a discussão e a implementação de formas mais democráticas de acesso a programas e conteúdos comunicacionais. O modelo clássico de comunicação em que uma mensagem é passada a distância por um emissor a vários receptores, agora compartilha espaço com uma nova forma de comunicação na qual usuários muitas vezes são, ao mesmo tempo, emissores e receptores de mensagens.

Prosperam novas mídias e outras formas de produção de conteúdo, interatividade e acesso: celulares que atuam tanto como televisores quanto como computadores e mesmo rádio, a televisão digital como novo formato de veiculação do audiovisual, as webrádios, os telecentros e todas as formas recentes que utilizam diferentes linguagens em sua realização. As novas plataformas digitais permitem uma comunicação entre diferentes grupos muito mais dinâmica, trazendo à tona criações artísticas colaborativas, processos democráticos de participação e gestão de projetos de forma coletiva. A comunicação na era digital traz a questão da democratização e das possibilidades de acesso a estes novos meios para o centro das atenções em diferentes cidades, estados, países e continentes. Iniciativas como pontos de cultura, telecentros e outras possibilidades geradas pela utilização da rede, demonstram que a relação entre produtores e receptores de conteúdo vem se modificando e transformando até mesmo profissões tradicionais como o jornalismo.

No entanto, garantir o acesso mais amplo às novas mídias não passa apenas por uma questão técnica. Depende, antes de tudo, do estabelecimento de um diálogo democrático entre a Sociedade Civil, o Poder Público e o empresariado, operando uma pactuação que possibilite a construção de uma comunicação efetiva e cidadã, produtiva e com responsabilidade social, representativa da diversidade cultural que caracteriza o Brasil. Essa foi a linha mestra da 1ª Confecom, que contou com várias conferências preparatórias, municipais, estaduais, distrital e virtual, além da etapa nacional. Com representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e da chamada Sociedade Civil Empresarial, um dos objetivos da Conferência foi o de iniciar um amplo e maduro debate sobre a Comunicação no Brasil. Há ainda muito por fazer, mas este primeiro passo, envolvendo diferentes órgãos de governo e representantes dos três segmentos, apontou na direção da pluralidade e do diálogo em meio à diversidade. Foram 633 propostas aprovadas, que possibilitarão, nos próximos anos, novas discussões, ajustes e aprimoramentos no sentido de fomentar a formulação e a implementação de políticas públicas para o setor das comunicações e telecomunicações.

Ressalta-se que o diálogo entre estes três setores nunca havia sido travado de forma paritária em uma grande conferência que colocasse, lado a lado, ideias e demandas distintas, estimulando uma interlocução de respeito, responsabilidade e profissionalismo. Nos últimos trinta anos, apenas duas vezes os três setores haviam dialogado de forma sistemática e duradoura: durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e no processo de formulação da lei do Cabo. Assim, a 1ª Confecom é um avanço no sentido de uma sociedade mais democrática, em que todos os segmentos, em sua ampla diversidade, possam fazer valer sua voz, expressar-se livremente e ter acesso à informação de qualidade. Em suma, a 1ª Confecom foi um passo importante para o debate franco e aberto sobre um tema essencial para a democracia e para o exercício da cidadania do país: a Comunicação Social.

## Para saber mais

- ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa: (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (coleção Descobrimo o Brasil).
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- D'ARCY, Jean. Direct Broadcast Satellites and the Right of Man to Communicate. EBU Review, 118:14-18, 1969.
- CASTELLS, Manuel. "Internet e sociedade em rede". In: MORAES, Denis de (org.). Por outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003, p.255-287.
- \_\_\_\_\_. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Denis de (org.). Sociedade midiática. Trad. Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Lucio Pimentel. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2006, p. 225-231.
- DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- DIZARD, Wilson. A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GIOVANNINI, Barbara. "Assim o homem inventou a comunicação". In: GIOVANNINI, Giovanni (org). Evolução na comunicação: do sílex ao silício. Trad. Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Ed., 1987, p. 23-83.
- LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael (org.). Introdução à História da Comunicação. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2009.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 (coleção Descobrimo o Brasil).
- MARTINO, Luiz C. "De qual comunicação estamos falando?" In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001, p.11-25.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. História das teorias da comunicação. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Ed. Cultrix, 2003.
- ORTRIWANO, Gisela S. A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Ed. Summus, 1985.
- REZENDE, Guilherme J. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial. São Paulo: Ed. Summus, 2000.
- RIBEIRO, Jorge C. Sempre Alerta. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2001.
- SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.
- SODRÉ, Muniz. Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.
- SODRÉ, Nelson W. História da imprensa no Brasil. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.
- THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.
- Unesco. 1980. Communication and Society Today and Tomorrow, Many Voices One World, Towards a new more just and more efficient world information and communication order. Kogan Page, London/Uniput, New York/Unesco, Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf> (acesso em 24 de fevereiro de 2010)

## A 1ª Confecom

No momento em que o Brasil tem pela frente enormes desafios e oportunidades na nova era da digitalização, da Internet e da convergência de mídias, a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) estimulou um amplo processo público de debates, diálogos e formulação de propostas em todo o país, iniciado com a publicação do Decreto Convocatório de 16 de abril de 2009.

A 1ª Confecom é resultado de uma iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações, de fomentar a troca de ideias entre os três segmentos cujos interesses, direitos e deveres encontram-se diretamente relacionados aos rumos da comunicação no Brasil: o Poder Público, a Sociedade Civil e a Sociedade Civil Empresarial. Assim, na 1ª Confecom o Poder Público contou com representantes de órgãos da Administração Pública Direta e Indireta das esferas Federal, Estaduais e Municipais; a Sociedade Civil Empresarial, com representantes de empresas ou de entidades da sociedade empresarial organizada que congregassem interesses do setor de comunicação e que não estivessem vinculados aos demais segmentos; e a Sociedade Civil, representada por quaisquer cidadãos ou representantes de entidades da sociedade civil organizada não vinculados, de qualquer forma, aos demais segmentos.

A partir dessa estrutura de representação, a 1ª Confecom buscou fundamentar e atualizar os debates relacionados à Comunicação no país, de modo a fornecer subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas para o setor nos próximos anos, mesmo a Conferência não tendo caráter deliberativo. Por isso, é fundamental recuperar o processo de diálogos e negociação por meio do qual a Conferência se tornou possível, visando documentar esse debate democrático.

## Convocação e Legislação

Os preparativos para a 1ª Confecom tiveram início em 16 de abril de 2009, com a publicação do Decreto Convocatório, que instituiu o início dos trabalhos para a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, já com o tema "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". O Decreto previa a realização do evento em etapas distintas e delegava ao Ministro de Estado das Comunicações (ou quem este indicasse) – com a colaboração dos Ministros de Estado Chefes da Secretaria-Geral e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – a responsabilidade pela realização da Conferência Nacional. Previa, ainda, que nova portaria instituisse a Comissão Organizadora da Conferência e as atribuições delegadas a esta Comissão. Em 20 de abril de 2009, a publicação da Portaria 185, assinada pelo Ministro de Estado das Comunicações, cumpriu esta exigência, com a discriminação das regras e procedimentos que governariam a instituição da Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Confecom, bem como as instâncias que teriam direito a representação na Comissão.

Em 2 de setembro de 2009, foi publicado, por meio da portaria 667, do Ministério das Comunicações, o Regimento Interno da 1ª Confecom. O documento foi complementado, ainda, pela publicação da Resolução número 1, de 10 de setembro de 2009, que definiu os três eixos temáticos que norteariam os trabalhos da Conferência: Eixo 1 - Produção de Conteúdo; Eixo II - Meios de Distribuição; e Eixo III - Cidadania: Direitos e Deveres. O Regimento determinava também temas indicativos a cada eixo temático.

Encontravam-se vinculados ao primeiro eixo os seguintes temas: conteúdo nacional; produção independente; produção regional; garantia de distribuição; incentivos; tributação; financiamento; fiscalização; propriedade das entidades produtoras de conteúdo; propriedade intelectual; órgãos reguladores; competição; aspectos federativos; marco legal e regulatório.

Sob o segundo eixo temático, Meios de Distribuição, encontravam-se os seguintes temas indicativos: televisão aberta; rádio; rádios e TVs comunitárias; Internet; telecomunicações; banda larga; TV por assinatura; cinema; mídia impressa; mercado editorial; sistemas público, privado e estatal; multiprogramação; tributação; financiamento; responsabilidade editorial; sistema de outorgas; fiscalização; propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo; órgãos reguladores; aspectos federativos; infraestrutura; administração do espectro; publicidade; competição; normas e padrões; marco legal e regulatório.

Já o terceiro eixo, Cidadania: Direitos e Deveres, incluía o debate dos seguintes temas: democratização da comunicação; participação social na comunicação; liberdade de expressão; soberania nacional; inclusão social; desenvolvimento sustentável; classificação indicativa; fiscalização; órgãos reguladores; aspectos federativos; educação para respeito e promoção das diversidades cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, orientação sexual; proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes; marco legal e regulatório.

O Regulamento interno previa, ainda, que as etapas da 1ª Confecom seriam divididas em: 1 – preparatórias; 2 – eletivas; e 3 – nacional. As etapas preparatórias seriam constituídas por Conferências Municipais, Conferências Intermunicipais, Conferências Livres e, no âmbito nacional, a Conferência Virtual. Já as etapas eletivas seriam compostas pelas Conferências Estaduais e Distrital, realizadas entre outubro e novembro de 2009, nas quais seriam apresentadas, debatidas e encaminhadas propostas para a apreciação e deliberação na etapa nacional. Com o objetivo de contribuir para o bom desenvolvimento da 1ª Confecom – em suas etapas estaduais, distrital e nacional – e de fixar diretrizes, procedimentos e metodologias, foi publicada, em 28 de outubro de 2009, a Resolução número 8, instrumento fundamental para a realização exitosa da etapa nacional da Conferência.

## A Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom

Com relação aos aspectos organizacionais da Conferência, a Comissão Organizadora Nacional (CON) constituiu a instância oficial de organização e implementação da 1ª Confecom.

Suas deliberações ocorreram por voto de seus titulares, sendo considerada a maioria dos presentes. É importante ressaltar que foi adotada a modalidade de deliberação qualificada, sempre que metade de um dos segmentos (Poder Público, Sociedade Civil ou Sociedade Civil Empresarial) indicasse alguma questão sensível à votação. As deliberações relativas a estas questões foram realizadas por votos dos titulares da CON, sendo considerada uma proporção de 60% dos presentes para a aprovação, necessitando haver pelo menos um voto de cada segmento na composição do total apurado. A Comissão Organizadora Nacional também atuou na formulação, discussão e proposição de iniciativas referentes à organização da 1ª Confecom, realizou o julgamento de recursos e elaborou e aprovou o documento de referência do evento.

A CON contou com três subcomissões prestadoras de apoio técnico e operacional durante todo o processo que envolveu a Confecom: subcomissão de infraestrutura e logística; subcomissão de metodologia e siste-

matização; e subcomissão de divulgação. A Comissão teve ainda uma Coordenação Executiva – composta por servidores indicados pelo Ministro de Estado das Comunicações – que teve como funções: organizar a pauta de reuniões da CON; implementar as deliberações desta Comissão, inclusive organizando a etapa nacional da 1ª Confecom; acompanhar as fases anteriores à nacional, auxiliando-as; dar suporte na sistematização dos relatórios provenientes das etapas estaduais e distrital na elaboração do caderno de propostas; e colaborar na elaboração do documento de referência, do relatório final e dos anais da Conferência.

**Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom** – Portarias nº 315, de 25 de maio de 2009 e nº 825, de 15 de outubro de 2009.

### I - Poder Público:

#### a) Casa Civil da Presidência da República:

Titular: André Barbosa Filho

1ª Suplente: Beatrice Kassar do Vale

2ª Suplente: Daniel Mandelli Martin Filho

#### b) Ministério das Comunicações:

Titular: Marcelo Bechara de Souza Hobaika

1º Suplente: Roberto Pinto Martins

2ª Suplente: Sônia Cristina da Silva

#### c) Ministério da Ciência e Tecnologia:

Titular: Augusto César Gadelha Vieira

1ª Suplente: Maria Lúcia Muniz de Almeida

2º Suplente: Ubirajara Moreira da Silva Junior

#### d) Ministério da Cultura:

Titular: Octavio Penna Pieranti

1º Suplente: Adilson José Ruiz

2º Suplente: Rafael Gazzola de Lima

#### e) Ministério da Educação:

Titular: Érico Gonçalves da Silveira

1ª Suplente: Adriane Klamt da Cunha

2ª Suplente: Lucianna dos Santos Almeida

#### f) Ministério da Justiça:

Titular: Pedro Vieira Abromovay

1º Suplente: Romeu Tuma Júnior

2ª Suplente: Anna Paula Uchoa

#### g) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República:

Titular: Ottoni Guimarães Fernandes Junior

1º Suplente: Sylvio Kelsen Coelho

2º Suplente: Laércio Portela Delgado

**h) Secretaria-Geral da Presidência da República:**

Titular: Gerson Luiz de Almeida Silva  
 1º Suplente: Wagner Caetano Alves de Oliveira  
 2º Suplente: Geraldo Melo Corrêa

**i) Senado Federal:**

Titulares: Senador Flexa Ribeiro  
 Senador Wellington Salgado  
 Suplentes: Senador Lobão Filho  
 Senador Antônio Carlos Júnior  
 Ana Luiza Fleck Saibro  
 Igor Vilas Boas de Freitas

**j) Câmara dos Deputados:**

Titulares: Deputado Paulo Bornhausen  
 Deputada Luiza Erundina  
 Suplentes: Deputado Milton Monti  
 Deputada Cida Diogo  
 Deputado Eduardo Valverde  
 Deputado Paulo Roberto

**II - Sociedade Civil:****k) ABCCOM - Associação Brasileira de Canais Comunitários:**

Titular: Edivaldo Farias  
 1º Suplente: Paulo Miranda  
 2º Suplente: Fernando Mauro

**l) ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais:**

Titular: Indira Amaral  
 1ª Suplente: Regina Lima  
 2º Suplente: Paulo Roberto Vieira Ribeiro

**m) ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores:**

Titular: João Carlos Saad  
 Suplentes: Frederico Nogueira  
 Flávio Lara Resende  
 Walter Vieira Geneviva  
 Antonio Teles  
 Amilcare Dallevo Júnior  
 Dennis Munhoz  
 Ruth Carolina Sgrignolli  
 Heloísa Helena de Macedo e Almeida  
 Cristina Brancalião  
 Thiago Leal Resende  
 Francisco Carlos de Souza Echavarria

**n) ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária:**

Titular: José Luiz do Nascimento Sóter  
 1º Suplente: Josué Franco Lopes  
 2º Suplente: Marcelo Inácio de Sousa e Silva

**o) CUT - Central Única dos Trabalhadores:**

Titular: Rosane Bertotti  
 1º Suplente: Manoel Messias Nascimento Melo  
 2º Suplente: Romário Cezar Schettino

**p) FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas:**

Titular: Celso Schröder  
 1º Suplente: Sérgio Murillo de Andrade  
 2º Suplente: José Carlos de Oliveira Torves

**q) FITERT - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão:**

Titular: José Catarino do Nascimento  
 1º Suplente: Francisco Pereira da Silva  
 2ª Suplente: Celene Rodrigues Lemos

**r) FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação:**

Titular: Roseli Goffman  
 1ª Suplente: Sheila Tinoco Oliveira Fonseca  
 2ª Suplente: Berenice Mendes Bezerra

**s) INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social:**

Titular: Jonas Chagas Lúcio Valente  
 1º Suplente: Fernando Oliveira Paulino  
 2ª Suplente: Jacira da Silva

**t) TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações:**

Titular: Antônio Carlos Valente  
 Suplentes: Cesar Rômulo Silveira Neto  
 José Fernandes Pauletti  
 Luiz de Melo Junior  
 João Antônio Monteiro Tavares  
 Carlos Alberto Costa Nunes  
 Ana Helena Ivaes de Campos Abreu  
 Frederico José Rosas Trigueiro  
 Mauricio Antonio Giusti de Oliveira  
 Leandro Enrique Lobo Guerra  
 Emerson Martins Costa  
 Guilherme de Oliveira Mendes

## As Conferências Estaduais e Distrital

Para garantir um resultado que contemplasse as principais demandas dos três segmentos envolvidos na 1ª Confecom, levando-se em consideração a pluralidade cultural e geográfica que um país de proporções continentais como o Brasil exige, a etapa nacional foi precedida pelas etapas de âmbito estadual e distrital. Elas foram compostas por um conjunto de conferências preliminares e discussão virtual no sentido de proporcionar um debate das propostas que seriam encaminhadas à Comissão Organizadora Nacional (CON) para apreciação e deliberação na fase nacional.

As Conferências Estaduais e Distrital, etapas eletivas da 1ª Confecom, foram presididas por comissões organizadoras compostas por representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e da Sociedade Civil Empresarial, respeitados os critérios de participação da CON, a paridade nas representações dos segmentos e a indicação de, no mínimo, um representante de cada entidade integrante da Comissão Organizadora Nacional e de seus associados. Podendo estabelecer regimentos internos próprios, desde que fossem respeitadas as determinações estabelecidas pela CON, as Conferências Estaduais e Distrital foram compostas pelas seguintes etapas: 1 – Plenária de Abertura, cuja função específica era votar o regimento de cada etapa; 2 – Debates Iniciais, cujo objetivo era nivelar conhecimento e subsidiar os trabalhos, contemplando os três segmentos envolvidos; 3 – Grupos de Trabalho, agrupados e subdivididos de acordo com o número de participantes de cada etapa e podendo contar com um facilitador indicado pela Coordenação Estadual e com um relator, que constituíram instâncias de debates dos eixos temáticos e dos temas, visando à elaboração de propostas (sempre levando em consideração as contribuições das etapas preparatórias); 4 – Plenária Final, contendo as funções de debater as propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho, apreciar as moções e eleger os delegados para a etapa nacional. Os credenciados com direito a voto nas fases estaduais e distrital elegeram os delegados da nacional. Os membros da Comissão Nacional eram delegados natos. Os demais delegados teriam, obrigatoriamente, de ser eleitos nas etapas estaduais e distrital, o que contribuiu para a mobilização não só da Sociedade Civil, mas de todos os segmentos envolvidos. Assim, o grande número de propostas aprovadas pode, sem dúvida, ser atribuído a este longo e propositivo processo de discussão.

Os relatórios finais encaminhados pelas comissões organizadoras das etapas eletivas à CON contemplavam o conteúdo das propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho desde que estas não apresentassem divergências entre si, sendo incorporadas ao caderno de propostas por eixo temático. As propostas que apresentassem divergências entre si seriam destacadas no caderno de propostas. Já as propostas que não tivessem relação com o tema e eixos temáticos da 1ª Confecom constaram em capítulo especial do caderno de propostas (não sendo apreciadas na Plenária da etapa nacional).

## Rumo à etapa nacional: sistematização das propostas aprovadas nas etapas estaduais e do Distrito Federal

A sistematização das mais de 6.000 propostas submetidas à Confecom constituiu um desafio. Por decisão da CON, todas as propostas apresentadas nas Conferências Estaduais e Distrital deveriam ser encaminhadas para a etapa nacional, o que acarretou um número de propostas que superou, em muito, o inicialmente previsto. Portanto, foi desenvolvido o Sistema de Cadastro e Gerenciamento de Propostas da 1ª Confecom. Através desse sistema, a Comissão Organizadora de cada estado e do Distrito Federal pôde cadastrar as propostas de sua respectiva etapa. O responsável por cada Conferência Estadual e Distrital recebeu uma senha e a responsabilidade pelo cadastro.

O cadastro e o tratamento dado às propostas encaminhadas buscaram entre outros objetivos: a) garantir que o modelo de formulário estabelecido pela Resolução nº 8 fosse seguido; b) garantir a idoneidade do processo, uma vez que apenas o responsável pela Conferência Estadual ou Distrital pôde cadastrar e alterar as suas respectivas propostas; e c) viabilizar o processo de sistematização através da organização prévia dos dados.

Ainda assim, o êxito do sistema dependia da orientação das comissões organizadoras estaduais e distrital com relação à importância do cumprimento da Resolução nº 8 e do cadastro de todas as propostas no sistema. Profissionais ligados à sistematização acompanharam o andamento das Conferências Estaduais e Distrital e contaram com o apoio de representantes da Comissão Organizadora Nacional que estiveram presentes em todas as etapas Estaduais e Distrital.

Foram 6.119 propostas registradas no Sistema de Cadastro e Gerenciamento de Propostas da 1ª Confecom. No entanto, em um primeiro momento, várias dessas propostas estavam duplicadas ou tinham objetivos muito semelhantes, o que criou a exigência de uma sistematização que juntasse propostas, cuja formulação convergia sem, no entanto, eliminar a singularidade das mesmas. Para isso, foram criadas quatro classes de propostas:

- 1. Propostas Inéditas:** aquelas que só apareceram uma vez;
- 2. Propostas Convergentes:** aquelas iguais em sua redação ou que diferiam entre si com relação à escrita, mas não com relação aos objetivos. Foram encaixadas neste grupo propostas repetidas por uma mesma entidade em mais de uma Conferência Estadual ou Distrital, além de outras apresentadas por entidades diferentes, mas que possuíam o mesmo objetivo final. Estas propostas foram associadas, originando um novo código, de modo a tornar recuperável a origem das que foram condensadas. Durante o processo de associação, escolhia-se, entre as propostas, o texto que melhor representasse o grupo, que passava a compor a proposta convergente do caderno de propostas. Isso era feito com o cuidado de se preservar o histórico com a origem das propostas, sendo possível observar os códigos das propostas associadas, de diferentes unidades da Federação, que formaram uma única proposta;
- 3. Propostas Locais:** aquelas que não eram da área de atuação do Governo Federal. Versavam sobre questões de caráter municipal, estadual e/ou distrital. Estas constituíram um caderno especial de propostas que poderá ser usado pelas administrações estaduais, distrital e municipais;

**4. Propostas Prejudicadas:** aquelas que estavam fora do tema e/ou eixo em que foram apresentadas. De modo geral, eram iguais ou semelhantes às propostas de outros temas, mas não podiam ser associadas pelo critério da convergência por estarem em temas e/ou eixos distintos. Também foram classificadas como prejudicadas as propostas que não sugeriam com clareza e/ou objetividade uma proposta no campo da Comunicação. Desse modo, foram desconsideradas as propostas cujo conteúdo exprimia apenas um desejo ou aspiração de caráter predominantemente geral, uma vez que não sugeria caminho para a compreensão de sua aplicabilidade. Além daquelas cuja redação prejudicava a sua compreensão, na medida em que os delegados ficaram impossibilitados de apreciá-las e deliberar acerca da sua pertinência;

Essas classes, criadas para análise das propostas, foram o ponto de partida para as cinco fases da sistematização, descritas a seguir:

**1ª fase – Análise individual:** nesta fase foram gerados relatórios de propostas por tema, 56 no total, a partir do cadastro das propostas no sistema pelas Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital. Cada relatório foi analisado individualmente, com o objetivo de identificar as propostas locais, prejudicadas, convergentes e inéditas. A interação da equipe durante o processo permitiu a identificação de propostas que se repetiam em temas e eixos diferentes. Ao final deste processo, 44% do total de 6.119 propostas encontravam-se sistematizadas;

**2ª fase – Revisão por pares:** após a análise individual, foi realizada uma revisão por pares, que avançou na sistematização total das propostas. Este processo permitiu que cada relatório fosse revisado por mais dois especialistas, além do responsável pela análise individual, o que minimizou os erros inerentes a um trabalho de sistematização de tal magnitude. Ao final desta etapa, 69% das 6.119 propostas estavam devidamente sistematizadas e prontas para serem enviadas à etapa final da 1ª Confecom;

**3ª fase – Criação das propostas “BR” no sistema:** para garantir a integridade das propostas cadastradas pelas Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital, cada proposta analisada recebeu um novo código e uma nova classificação como BR, o que significa que se tratava de uma proposta sistematizada e classificada como: inédita, convergente, local ou prejudicada. A proposta BR, no entanto, mantinha a referência de seu código original UF, preservando o seu histórico e a transparência do processo. Durante esta fase, foi realizada uma nova revisão na medida em que os dados eram inseridos no sistema. Cabe ressaltar que, no sentido de preservar a idoneidade deste processo, nenhuma proposta foi apagada ou alterada. Ao final desta fase, 77% do total de 6.119 propostas encontravam-se sistematizadas;

**4ª fase – Divisão dos Grupos de Trabalho:** ao fim das três primeiras fases, com o número de propostas que seriam levadas à votação na etapa nacional da 1ª Confecom, foi preciso garantir a viabilidade deste processo no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs). Para isso, os temas foram agrupados, originando 15 grupos de trabalho, organizados de acordo com os três eixos e por afinidade entre os temas. As 1.416 propostas, inéditas e convergentes, foram divididas em 15 cadernos, um por GT;

**5ª fase – Revisão da Comissão Organizadora Nacional:** ao término de todo o processo de sistematização, a CON montou uma força-tarefa para revisar os cadernos de propostas. A principal mudança nesta fase foi o (re)ordenamento de parte das propostas para eixos e temas mais adequados do que os cadastrados pelas Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital no sistema.

Após a sistematização, cada um dos 15 Grupos de Trabalho ficou encarregado de deliberar acerca das propostas dos seus respectivos temas.

## A etapa nacional da 1ª Confecom

A Conferência Nacional contou com uma composição que englobava participantes distribuídos em cinco diferentes categorias: (1) delegados eleitos nos estados e no Distrito Federal, por segmentos; (2) delegados natos; (3) delegados do Poder Público; e (4) observadores. Os participantes pertencentes às quatro primeiras categorias possuíam direito a voz e voto nos órgãos da etapa nacional; os participantes pertencentes à quinta categoria possuíam direito a voz. A escolha dos delegados para a Conferência Nacional foi realizada respeitando a seguinte proporcionalidade: 20% de escolhidos representando o Poder Público; 40% de escolhidos representando a Sociedade Civil Empresarial; 40% de escolhidos representando a Sociedade Civil. Além disso, o número de delegados foi proporcional à representação dos estados e do DF na Câmara dos Deputados. Foram delegados natos à etapa nacional e em todas as fases das Conferências Estaduais e Distrital os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora Nacional (CON). Foram delegados do Poder Público, servidores ou funcionários designados até o limite de 154 membros. As despesas relativas ao transporte, hospedagem e alimentação dos delegados e convidados para a etapa nacional correram por conta de recursos orçamentários do Ministério das Comunicações.

Na Conferência Nacional, procurou-se apreciar o maior número possível de propostas. O primeiro passo foi a deliberação nos 15 GTs. As propostas aprovadas nessa instância poderiam ser (1) aprovadas por consenso, ou seja, por unanimidade pelos participantes dos GTs; ou (2) aprovadas com índice superior a 80%; ou (3) rejeitada em definitivo pelos GTs, com índices de aprovação inferior a 30%. Em ambos os casos, as propostas foram automaticamente consideradas como aprovadas, sem necessidade de apreciação na Plenária final.

Os GTs foram divididos por temas, sendo:

### Eixo temático 1: Produção de Conteúdo

**GT 1 – temas:** produção independente; produção regional; e garantia de distribuição. Este GT enviou 10 propostas para apreciação na Plenária final. Destas, nove foram aprovadas. Na discussão de grupo, 46 foram aprovadas por consenso e nenhuma por votação acima de 80%.

**GT 2 – temas:** incentivos; e fiscalização. Este GT aprovou 33 propostas por consenso e quatro por votação superior a 80%. As sete propostas enviadas à Plenária final foram aprovadas.

**GT 3 – temas:** financiamento; competição; tributação; órgãos reguladores; marco legal e regulatório. Este GT aprovou 16 propostas por consenso e três por votação acima de 80%. Enviou à Plenária final nove propostas, das quais seis foram aprovadas.

**GT 4 – temas:** conteúdo nacional; propriedade das entidades produtoras de conteúdo; propriedade intelectual; aspectos federativos. Este GT aprovou 35 propostas por consenso e 10 por votação maior que 80%. Das seis propostas que enviou à Plenária final, cinco foram aprovadas.

**GT 5 – temas:** rádio; rádios e TVs comunitárias. Este GT aprovou nove propostas por consenso e 11 por votação acima de 80%. Foram seis as propostas enviadas à Plenária final, das quais quatro foram aprovadas.

## Eixo temático 2: Meios de Distribuição

**GT 6 – temas:** Internet; telecomunicações; banda larga; infraestrutura. Este GT aprovou 41 propostas por consenso e não teve nenhuma por votação maior que 80%. Enviou sete propostas à Plenária final e quatro foram aprovadas.

**GT 7 – temas:** televisão aberta; TV por assinatura; cinema; multiprogramação; mídia impressa; mercado editorial; responsabilidade editorial; publicidade. Este GT aprovou 12 propostas por consenso e uma por votação acima de 80%. Das 10 propostas que enviou à Plenária final, sete foram aprovadas.

**GT 8 – temas:** sistema de outorgas; fiscalização; propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo. Este GT aprovou 25 propostas por consenso e não teve aprovação por votação maior que 80%. Das 10 propostas enviadas à Plenária final, três foram aprovadas.

**GT 9 – temas:** sistemas público, privado e estatal; tributação; financiamento; competição. Este GT aprovou 35 propostas por consenso e nenhuma por votação superior a 80%. Enviou 10 propostas à Plenária final e teve sete aprovadas.

**GT 10 – temas:** órgãos reguladores; aspectos federativos; administração do espectro; normas e padrões; marco legal e regulatório. Este GT aprovou 11 propostas por consenso e 10 por votação acima de 80%. Enviou oito propostas à Plenária final, com aprovação de duas.

## Eixo temático 3: Cidadania: Direitos e Deveres

**GT 11 – temas:** democratização da comunicação; participação social na comunicação; liberdade de expressão. Este GT aprovou 10 propostas por consenso e mais 19 por votação superior a 80%. Enviou 10 propostas à Plenária final e uma foi aprovada.

**GT 12 – temas:** soberania nacional; desenvolvimento sustentável; educação para a mídia; acesso à cultura e à educação. Este GT aprovou 67 propostas por consenso e nenhuma por votação acima de 80%. Enviou nove propostas à Plenária final, sem aprovação.

**GT 13 – temas:** classificação indicativa; órgãos reguladores; aspectos federativos; marco legal e regulatório. Este GT aprovou 25 propostas por consenso e nenhuma por votação de mais de 80%. Enviou sete propostas à Plenária final e teve três aprovadas.

**GT 14 – temas:** inclusão social; direito à comunicação; fiscalização. Este GT aprovou 42 propostas por consenso e 11 por votação acima de 80%. Enviou 10 propostas à Plenária final, sendo que seis foram aprovadas.

**GT 15 – temas:** respeito e promoção das diversidades cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, orientação sexual; proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes. Este GT aprovou todas as 125 propostas por consenso.

Ao final desse processo, coube aos relatores dos GTs o repasse para a equipe de sistematização dos códigos das propostas aprovadas por consenso e por índice superior a 80%, bem como a relação de propostas encaminhadas para discussão e deliberação na Plenária. Tanto as encaminhadas para a Plenária quanto as aprovadas nos GTs ganharam no sistema um novo código, com objetivo de preservar a integridade da proposta BR e permitir uma rápida confecção dos cadernos de propostas aprovadas por consenso e por índice superior a 80%, bem como do caderno de propostas para a Plenária. No entanto, assim como no momento anterior da sistematização, o novo código permitia acessar a origem e a trajetória de cada uma das propostas.

As propostas submetidas para votação na Plenária final tiveram seis destinos possíveis: (1) aprovadas por aclamação (aquelas aprovadas por unanimidade entre os presentes na Plenária); (2) aprovadas por maioria simples (ou seja, aprovadas pela maioria dos presentes na Plenária); (3) aprovadas com nova redação; (4) não aprovadas; (5) não aprovadas como questão sensível (isto é, não aprovadas após processo de votação especial, respeitando a proporcionalidade entre os segmentos presentes), ou (6) não apreciadas, ou seja, aquelas propostas que não tiveram tempo hábil de serem lidas na Plenária final em razão do encerramento da 1ª Confecom.

Dentre as 29 propostas não apreciadas, seis eram do GT 8 (sistema de outorgas; fiscalização; propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo); seis do GT 10 (órgãos reguladores; aspectos federativos; administração do espectro; normas e padrões; marco legal e regulatório); cinco do GT 11 (democratização da comunicação; participação social na comunicação; liberdade de expressão); oito do GT 12 (soberania nacional; desenvolvimento sustentável; educação para a mídia; acesso à cultura e educação); e quatro do GT 13 (classificação indicativa; órgãos reguladores; aspectos federativos; marco legal e regulatório).

A 1ª Confecom permitiu a abertura de um maduro canal de diálogo entre o Poder Público, a Sociedade Civil e a Sociedade Civil Empresarial no que diz respeito aos melhores caminhos e soluções para a Comunicação no país, um setor estratégico para o desenvolvimento do Brasil. A universalização do direito à comunicação se dá por meio de sua própria prática, ou seja, pelo debate público entre segmentos e indivíduos diferentes e singulares, mas com o objetivo comum de democratizar a comunicação, a informação, o entretenimento e as manifestações artísticas e culturais de interesse da sociedade brasileira.

## Propostas aprovadas, não aprovadas e não apreciadas

GRUPOS	APROVADAS								NÃO APROVADAS EM PLENÁRIA			NÃO APRECIADAS
	APROVADAS NOS GTs			APROVADAS EM PLENÁRIA					Aclamação	Questão Sensível	Total	
	Consenso	>80%	Total	Nova Redação	Majoria Simples	Questão Sensível	Aclamação	Total				
GT1	43	0	43	2	0	0	7	9	0	1	1	0
GT2	33	4	37	0	2	0	5	7	0	0	0	0
GT3	16	3	19	2	0	0	4	6	0	2	2	0
GT4	33	9	42	0	0	0	5	5	0	1	1	0
GT5	8	11	19	1	1	0	2	4	0	0	0	0
GT6	40	0	40	0	0	0	4	4	0	3	3	0
GT7	12	1	13	3	1	0	3	7	1	2	3	0
GT8	25	0	25	2	0	0	1	3	0	0	0	6
GT9	35	0	35	0	0	0	7	7	0	3	3	0
GT10	11	16	27	0	0	0	2	2	0	0	0	6
GT11	10	19	29	0	0	0	1	1	1	1	2	5
GT12	65	0	65	0	0	0	0	0	0	0	0	8
GT13	25	0	25	1	1	0	1	3	0	0	0	4
GT14	21	11	32	1	0	0	5	6	0	0	0	0
GT15	118	0	118	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	495	74	569	12	5	0	47	64	2	13	15	29

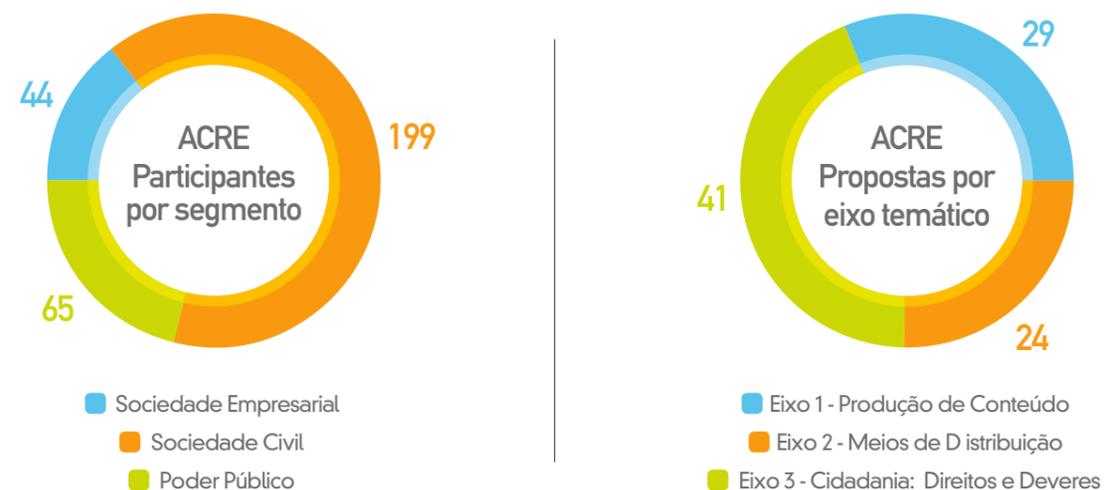
## As Conferências Estaduais e do Distrito Federal

### Acre

A Conferência Estadual de Comunicação do Acre (Conecom-AC) foi realizada em Rio Branco, na Usina de Artes João Donato, nos dias 30 e 31 de outubro de 2009. O evento contou com a participação de 44 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 199 da Sociedade Civil e 65 representantes do Poder Público, em um total de 308 pessoas, superando as expectativas da Comissão Organizadora Estadual, presidida por Itaan Arruda.

As propostas abarcavam desde questões próprias da região norte, como a instalação de telefones públicos em áreas rurais remotas e seringais, até questões mais amplas, como o combate à pirataria.

Após dois dias de intensos debates, a Conecom-AC encaminhou 94 propostas à Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Confecom, dentre as quais 29 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 24 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 41 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). Na mesma sessão, foram escolhidos 23 delegados para representar o Acre na etapa nacional.



### Alagoas

A Conferência Estadual de Comunicação Alagoas (Conecom-AL) ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro de 2009, no Centro de Convenções Ruth Cardoso, no Bairro Jaraguá, em Maceió. O evento contou com 200 participantes, sendo 53 da Sociedade Civil Empresarial, 114 da Sociedade Civil e 33 do Poder Público.

Pioneiro na criação de um Conselho Estadual de Comunicação no país, Alagoas promoveu uma discussão em sua Conferência sobre as atribuições deste Conselho. A Conecom-AL foi organizada pela Secretaria de Comunicação do Estado e teve como outros pontos de debate os seguintes temas: a regionalização do conteúdo, a iniciativa pública de instalar tecnologia de banda larga em municípios com pelo menos 50.000 habitantes e questões relativas ao desenvolvimento sustentável da mídia e das rádios comunitárias. Ao final dos trabalhos, foram eleitos 27 delegados para representar o Estado na 1ª Confecom.

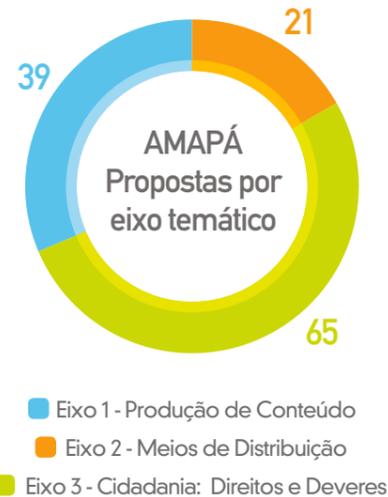
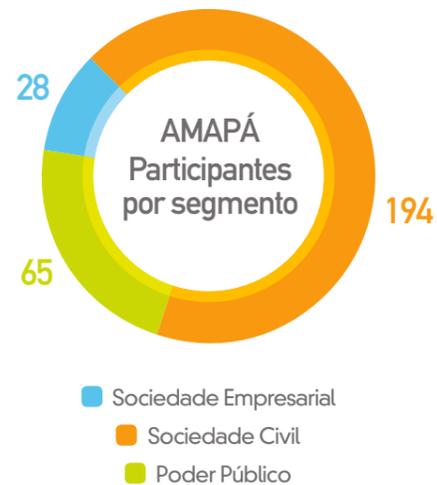


## Amapá

A Conferência Estadual de Comunicação do Amapá (Conecom-AP) foi realizada em Macapá, no Centro Cultural Franco Amapaense, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2009. O evento contou com a participação de 28 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 194 da Sociedade Civil e 65 representantes do Poder Público, totalizando 287 inscritos.

No estado mais ao norte do país, as questões de maior destaque foram as de infraestrutura. Sem esta, segundo a visão dos representantes dos três segmentos reunidos no Amapá, é difícil estabelecer um bom fluxo de comunicação. Chamou a atenção o fato de que mais de 200 participantes da Conecom-AP se inscreveram pela Internet.

A Conferência aprovou 125 propostas e as encaminhou à CON da 1ª Confecom. Deste total, 39 se enquadram no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 21 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 65 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 23 delegados para a etapa nacional.



## Amazonas

A Conferência Estadual de Comunicação do Amazonas (Conecom-AM) foi realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, em Manaus, no Auditório da sede da Secretaria Municipal de Educação (Semed). Os trabalhos contaram com a participação de um total de 206 participantes, sendo a grande maioria (156) composta por representantes da Sociedade Civil, além de 32 representantes da Sociedade Civil Empresarial e 18 do Poder Público.

A Conecom-AM foi marcada pela percepção de que as questões geográficas e demográficas também dizem respeito à comunicação. Algumas das soluções propostas no evento no sentido de superar problemas inerentes a um estado possuidor de grandes distâncias e pouca densidade demográfica dizem respeito ao incremento do uso do correio fluvial e à expansão do sinal de rádio e TV para áreas distantes. O fator ambiental também obteve destaque. Quem presidiu a Conecom-AM foi Vânia Lopes, Subsecretária Estadual de Comunicação do Amazonas.

Depois de dois dias de discussões, foram encaminhadas à CON da 1ª Confecom 158 propostas aprovadas, sendo 23 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 73 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 62 propostas no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final do evento, 23 delegados foram eleitos para representar o Estado na 1ª Confecom, em Brasília.



## Bahia

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2009 foi realizada a Conferência Estadual de Comunicação da Bahia (Conecom-BA). Sediada na Fundação Luiz Eduardo Magalhães (Centro Administrativo da Bahia), em Salvador, o evento reuniu 665 participantes: 158 representavam a Sociedade Civil Empresarial, 340 a Sociedade Civil e 85 o Poder Público, além de 85 observadores.

Durante o evento, o governador da Bahia assinou um decreto criando um Grupo de Trabalho para elaborar a proposta de regulamentação do Conselho Estadual de Comunicação. O jornalista Paulo Henrique Amo-

rim proferiu a palestra, em que defendeu a necessidade de incentivar a produção regional de conteúdo como ferramenta para a crescente democratização da comunicação no país. A Conecom-BA também teve a presença de professores e jornalistas que proferiram palestras em três painéis: Marcos Dantas, Nelson Cadena e Albino Rubim debateram temas ligados ao eixo 1 (Produção de Conteúdo); Jonas Valente, Sergio Mattos e Walter Pinheiro ficaram responsáveis pelos debates do eixo 2 (Meios de Distribuição); e Altamiro Borges, Walter Geneviva e Almiro Sena conduziram os debates do eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres).

Na Bahia, foram aprovadas 306 propostas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom. Deste total, 65 pertenciam ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 141 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 100 ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 108 delegados do Estado para a Conferência Nacional.



## Ceará

A Conferência Estadual de Comunicação do Ceará (Conecom-CE) ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2009, no Ponta Mar Hotel, em Fortaleza. O evento contou com um total de 567 participantes, sendo 124 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 388 representantes da Sociedade Civil e 55 representantes do Poder Público.

Com presença maciça de jovens, devido a uma ampla divulgação utilizando a Internet, a Conecom-CE discutiu também os meios mais tradicionais de comunicação, como as cartas manuscritas. Outro assunto foi a questão da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência. O publicitário Xico Teófilo, tetraplégico, relatou fatos que aconteceram com ele para mostrar o quanto a mídia em geral não inclui pessoas com deficiência. Segundo ele, a inclusão promove a diferença e propõe uma nova visão da sociedade. “Uma sociedade será inclusiva quando todas as pessoas estiverem realmente integradas e com seus direitos reconhecidos”, concluiu.

A Conecom-CE aprovou 224 propostas e as encaminhou à CON da 1ª Confecom, sendo 14 no eixo 1

(Produção de Conteúdo), 40 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 170 propostas no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres).



## Distrito Federal

A Conferência Distrital de Comunicação de Brasília ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2009, na Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais de Educação (EAPE), SGAS 907, em Brasília, DF. O evento contou com 339 participantes, sendo 90 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 210 representantes da Sociedade Civil, 38 representantes do Poder Público, além de um observador.

Um dos destaques da Conferência Distrital foi a discussão sobre propostas direcionadas a pessoas com deficiência. Além de propostas sobre o oferecimento de planos diferenciados por operadoras de telefonia celular e o recurso closed caption na TV digital, o evento promoveu condições inclusivas para a participação efetiva das pessoas com deficiência, não só devido às rampas de acesso, mas também à contratação de duas intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Outras propostas foram a de inclusão das TVs Universitárias na grade de transmissão da televisão aberta e a de incentivo à criação de meios de comunicação comunitários com financiamento público.

A Conferência encaminhou para a CON da 1ª Confecom 602 propostas aprovadas, um total superado numericamente somente pelas Conferências Estaduais de Minas Gerais e de São Paulo (com 661 propostas aprovadas cada). Na etapa Distrital, estas propostas foram distribuídas entre os três eixos temáticos da seguinte maneira: 163 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 244 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 195 propostas no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final dos trabalhos, foram eleitos 23 delegados para representar o Distrito Federal na Conferência Nacional.



## Espírito Santo

Entre os dias 20 e 22 de novembro de 2009 foi realizada a Conferência Estadual de Comunicação do Espírito Santo (Conecom-ES). Sediado no Centro de Convenções de Vitória, na capital do Estado, o evento reuniu 257 participantes, entre os quais 64 representavam a Sociedade Civil Empresarial, 153 a Sociedade Civil e 40 o Poder Público.

A qualificação do cidadão para uma análise crítica do que é noticiado nos meios de comunicação foi uma das propostas discutidas na Conecom-ES, como também a possibilidade da criação de uma disciplina na rede de ensino que dê esse tipo de suporte, ampliando, dessa forma, o campo de trabalho para jornalistas. Outras propostas foram: a universalização da banda larga, a ampliação e a valorização dos conteúdos regionais.

No Espírito Santo, foram aprovadas 178 propostas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom, sendo 49 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 63 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 66 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-ES elegeu 26 delegados para a Conferência Nacional.



## Goiás

Em Goiás, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-GO) foi realizada entre os dias 20 e 22 de novembro de 2009, em Goiânia, na Assembleia Legislativa. Participaram do evento 147 pessoas, sendo 75 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 51 da Sociedade Civil e 21 representantes do Poder Público.

A questão da convergência digital foi um dos temas de maior destaque na Conecom-GO. A discussão tratou de temas que demonstram o quanto a tecnologia traz grandes possibilidades, ao mesmo tempo em que carrega enormes desafios para a sociedade brasileira. Outro tema foi a proposta de criação de centros regionais de qualificação para profissionais da área do audiovisual.

Foram encaminhadas à CON da 1ª Confecom um total de 206 propostas aprovadas: 19 no primeiro eixo temático (Produção de Conteúdo), 53 no segundo eixo (Meios de Distribuição) e 134 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-GO elegeu 50 delegados para representar o Estado na etapa nacional.



## Maranhão

A Conferência Estadual de Comunicação do Maranhão (Conecom-MA) ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, em São Luís, no Convento das Mercês, com a participação de 214 pessoas. Além de 57 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 115 da Sociedade Civil e 42 do Poder Público, o evento contou ainda com três observadores.

O ponto alto das discussões foi o debate a respeito da liberalização das regras para funcionamento das rádios comunitárias. Outro tema de discussão foi a qualidade da programação veiculada na televisão brasileira. Ainda figuraram no debate questões relativas aos processos de concessão pública de rádios e TVs e a necessidade de um marco regulatório no que se refere às programações desses veículos.

A Conecom-MA aprovou 21 propostas no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 4 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e nenhuma proposta no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres), em um total de 25 propostas encaminhadas à CON da 1ª Confecom. Ao final dos trabalhos, foram eleitos 50 delegados para a Conferência Nacional.

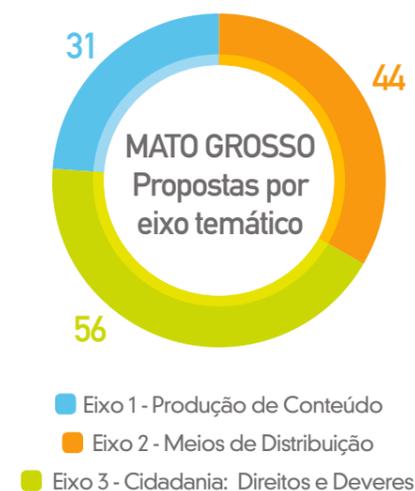


## Mato Grosso

A Conferência Estadual de Comunicação do Mato Grosso (Conecom-MT) ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro de 2009, em Cuiabá, no Auditório Governador Ponce de Arruda do Palácio Paiaguás. Estiveram no evento 59 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 51 representantes da Sociedade Civil e 11 representantes do Poder Público, totalizando 121 participantes no evento.

A promoção de igualdade entre meios de comunicação de cidades do interior e da capital foi um dos destaques da Conecom-MT. Foram apresentadas propostas com relação à divisão de verbas publicitárias.

A Conferência matogrossense aprovou e encaminhou à CON da 1ª Confecom um total de 131 propostas, sendo 31 no primeiro eixo temático (Produção de Conteúdo), 44 no segundo eixo (Meios de Distribuição) e 56 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-MT foi encerrada com a eleição de 23 delegados para representar o Estado na etapa nacional.

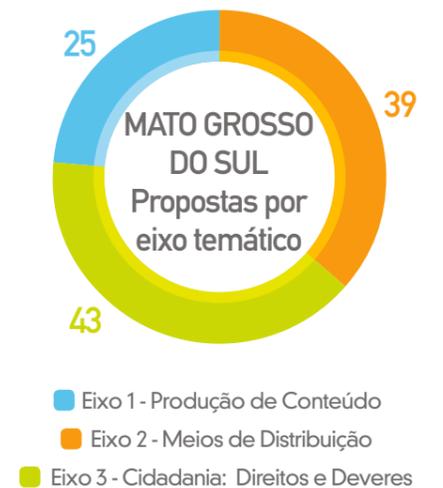


## Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-MS) aconteceu nos dias 20 e 21 de novembro de 2009, em Campo Grande, na CPEF. Houve a participação de 165 integrantes dos três segmentos, sendo 99 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 48 da Sociedade Civil e 18 do Poder Público.

A Conecom-MS foi marcada pela discussão sobre o uso da imagem feminina nos meios de comunicação e por propostas relativas à isenção gradual de impostos para conteúdos culturais e à isenção de taxas de importação para produtos da área de produção audiovisual que não tenham similares fabricados no Brasil. Além disso, foi proposta a elaboração de um marco regulatório que estabeleça atribuições e limites à indústria de comunicação, com a criação de políticas, normas e meios para garantir a pluralidade e a diversidade dos conteúdos.

A Conferência aprovou 107 propostas, sendo 25 relativas ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 39 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 43 propostas relativas ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres) e as encaminhou à CON da 1ª Confecom. Foram eleitos 23 delegados para a etapa nacional.



## Minas Gerais

A Conferência Estadual de Comunicação de Minas Gerais (Conecom-MG) foi realizada entre os dias 13 e 15 de novembro de 2009, na Assembleia Legislativa de MG, em Belo Horizonte, com a presença de 435 participantes, sendo 178 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 202 da Sociedade Civil e 55 do Poder Público.

Mereceram destaque as propostas de incorporação da educomunicação (leitura crítica dos meios) como disciplina ou conteúdo obrigatório em todas as escolas do Brasil e, também, a criação de um curso de formação de educomunicação para capacitar profissionais da área de educação. As propostas de manutenção da Voz do Brasil, com investimentos em sua permanente qualificação e aperfeiçoamento jornalístico, assim como a de massificação da banda larga no país, também estiveram entre as mais debatidas no evento.

Minas Gerais e São Paulo foram os estados com maior número de propostas aprovadas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom: 661 cada. Em Minas, essas propostas foram distribuídas entre os três eixos temáticos da seguinte maneira: 125 no eixo 1 (Produção de Conteúdo); 264 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 272 propostas no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final dos trabalhos, foram eleitos 144 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional. CON da 1ª Confecom. Ao final dos trabalhos, foram eleitos 50 delegados para a Conferência Nacional.



## Pará

No Pará, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-PA) ocorreu nos dias 20 e 21 de novembro de 2009, no Parque dos Igarapés, Conjunto Satélite, em Belém. Durante dois dias, 334 participantes debateram temas relacionados à comunicação. Destes, 66 representavam a Sociedade Civil Empresarial, 246 a Sociedade Civil e 22 o Poder Público.

As propostas debatidas na Conecom-PA envolveram temas variados, tais como: a criação de fundos estaduais e nacional para subsidiar rádios comunitárias; reserva de programação para conteúdo regional (respeitando a diversidade cultural existente no Brasil); e a instalação de infocentros nas regiões mais afastadas da Amazônia (como colônias de pescadores e centros de pecuária).

A Conferência paraense encaminhou à CON da 1ª Confecom 442 propostas aprovadas: 101 relativas ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 132 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 209 ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). O evento foi encerrado com a eleição de 50 delegados para representar o Estado na etapa nacional.

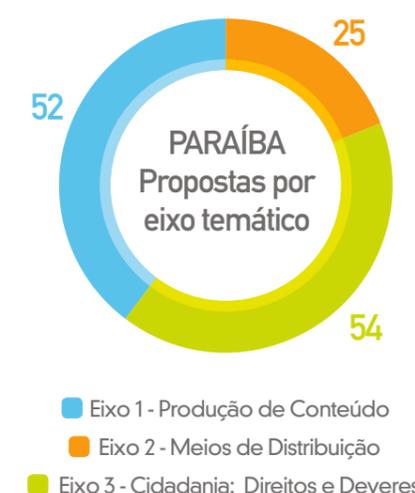


## Paraíba

A Conferência Estadual de Comunicação da Paraíba (Conecom-PB) foi realizada em João Pessoa, no Auditório da FIEP/SESI, nos dias 20 e 21 de novembro de 2009. O evento contou com a participação de 102 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 80 da Sociedade Civil e 27 do Poder Público, num total de 209 inscritos.

A Conecom-PB foi aberta com a presença do governador da Paraíba. Um número grande de debates foi gerado a partir do eixo temático Meios de Distribuição, principalmente no que se refere ao papel das rádios comunitárias e a seus meios de financiamento. Também se destacaram discussões e propostas sobre inclusão digital, além de temas relacionados a órgãos reguladores e fiscalização dos meios de comunicação.

No total foram aprovadas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom 131 propostas, dentre as quais 52 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 25 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 54 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final dos trabalhos, foram eleitos 36 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.

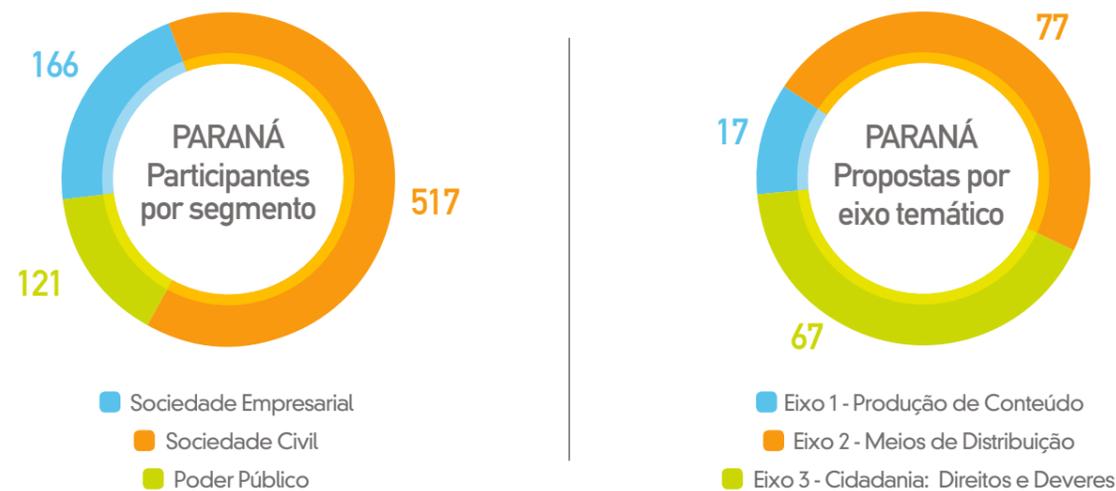


## Paraná

No Paraná, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-PR) aconteceu no Canal da Música, em Curitiba, entre os dias 6 e 8 de novembro de 2009. Dentre as Conferências Estaduais, foi a que contou com o maior número de participantes: 804. A Sociedade Civil Empresarial teve 166 representantes, a Sociedade Civil um total de 517 e o Poder Público foi representado por 121 pessoas.

O evento contou com 14 palestrantes, cujas falas dividiram-se em três painéis, cada um centrado em um dos eixos temáticos que estruturaram a 1ª Confecom. No eixo 1 (Produção de Conteúdo), o tema foi “Democracia e Diversidade: a produção de conteúdo midiático”. O painel do eixo 2 (Meios de Distribuição) abordou “Meios para a construção de direitos: a função social da mídia” e o eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres) discutiu “A Comunicação que temos e a Comunicação que teremos”.

A Conferência foi encerrada com 161 propostas aprovadas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom, sendo 17 no âmbito do eixo 1 (Produção de Conteúdo) 77 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 67 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-PR elegeu 81 delegados para representar o Paraná na etapa nacional.

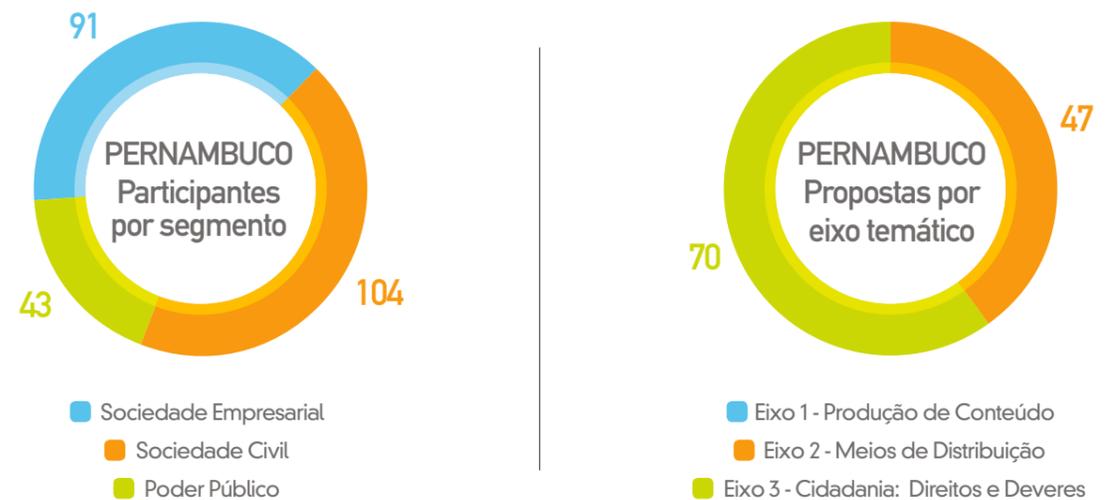


## Pernambuco

A Conferência Estadual de Comunicação de Pernambuco (Conecom-PE) foi realizada entre os dias 13 e 15 de novembro de 2009, no Hotel Jangadeiro, em Recife. Participaram do evento 238 pessoas, sendo 91 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 104 da Sociedade Civil e 43 do Poder Público.

O destaque dos três dias de debate foi o tema da valorização da cultura do Estado, evidenciado no grande número de propostas aprovadas nesse sentido, entre elas a que incentiva a regionalização da produção televisiva e a que propõe a produção local do material didático distribuído gratuitamente.

A Conferência pernambucana encaminhou à CON da 1ª Confecom um total de 117 propostas aprovadas, dentre as quais 47 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 70 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-PE foi encerrada com a eleição de 68 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.



## Piauí

A primeira Conferência Estadual de Comunicação realizada no Piauí (Conecom-PI) foi aberta em 29 de outubro de 2009. Os trabalhos se estenderam até o dia 31 de outubro do mesmo ano, no Rio Poty Hotel, em Teresina, com a presença de 263 participantes, sendo a grande maioria (219) composta por representantes da Sociedade Civil. Estiveram também no evento 23 representantes da Sociedade Civil Empresarial e 21 do Poder Público.

A Conecom-PI foi marcada pelo anúncio de novos fóruns para a discussão e regulamentação do setor no Estado: na solenidade de abertura do evento, o governador do Piauí anunciou a criação de um Conselho Estadual de Comunicação; e, no dia 31, foi lançado o Comitê do Piauí do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o 13º do país. O fim da criminalização de representantes das rádios comunitárias figurou como um dos temas mais discutidos na Conferência.

Após três dias de debates, 67 propostas foram aprovadas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom, dentre as quais 11 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 38 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 17 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final dos trabalhos, foram eleitos 24 delegados para representar o Piauí na Conferência Nacional.



## Rio de Janeiro

A Conferência Estadual de Comunicação do Rio de Janeiro (Conecom-RJ) foi realizada de 30 de outubro a 1º de novembro de 2009, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O evento contou com a participação de 494 pessoas, sendo 173 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 269 da Sociedade Civil e 38 do Poder Público, além da presença de 14 observadores.

Uma das propostas aprovadas foi sobre o fim da cobrança de direitos autorais feita pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) às rádios comunitárias. A flexibilização das regras de funcionamento destes veículos foi um dos maiores destaques em termos de discussão e propostas apresentadas na Conecom-RJ.

A Conferência aprovou 59 propostas no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 160 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 113 propostas no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres), totalizando 332 propostas aprovadas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom. Foram eleitos 126 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.

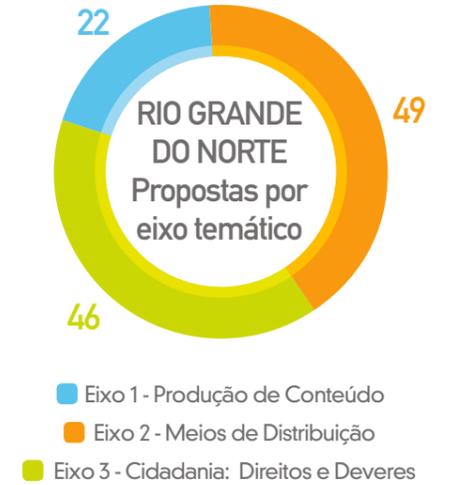


## Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-RN) aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, em Natal, na Assembleia Legislativa. Participaram 122 representantes dos três segmentos: 40 da Sociedade Civil Empresarial, 66 da Sociedade Civil e 16 do Poder Público.

Dentre as propostas apresentadas, destaca-se a criação de um Fórum Potiguar de Discussão Permanente sobre Mídia. Em palestra sobre o eixo 1 (Produção de Conteúdo), a presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRPRN), Kelly Sarmiento, sugeriu a proibição da publicidade de bebidas alcoólicas nas TVs comerciais. Já Yuno Silva, presidente da ONG SOS Ponta Negra, falou sobre a importância de um aprimoramento do conteúdo da mídia regional, defendendo que é preciso discutir o teor desses conteúdos mais do que somente definir percentagens.

A Conecom-RN encaminhou à CON da 1ª Confecom as 117 propostas aprovadas, dentre as quais 22 no âmbito do eixo 1 (Produção de Conteúdo), 49 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 46 no terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). Ao final dos trabalhos, foram eleitos 23 delegados para a Conferência Nacional.

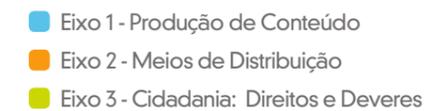


## Rio Grande do Sul

A Conferência Estadual de Comunicação do Rio Grande do Sul (Conecom-RS) ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, em Porto Alegre, no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa.

Um dos pontos mais debatidos da Conecom-RS foi a inserção do cidadão no processo da comunicação, defendida por palestrantes como o professor de psicologia da UFRGS, Pedro Guareschi, que tratou do tema Produção de Conteúdo. Outro palestrante que falou sobre a mesma temática, o advogado Eduardo Krause, disse que o grande desafio agora é aplicar, de forma prática, as ideias que foram discutidas em Porto Alegre.

No Rio Grande do Sul, foram aprovadas 407 propostas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom. Destas, 47 pertencem ao primeiro eixo temático (Produção de Conteúdo), 201 ao segundo eixo (Meios de Distribuição) e 159 ao terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 86 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.

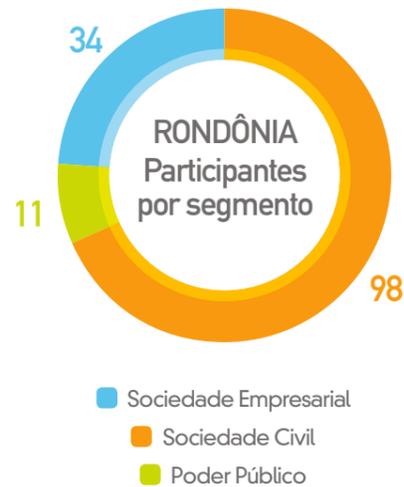


## Rondônia

A Conferência Estadual de Comunicação de Rondônia (Conecom-RO) foi realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2009, no Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia (Cetene), em Porto Velho. Dentre os 143 participantes presentes, 34 representavam a Sociedade Civil Empresarial, 98 a Sociedade Civil e 11 o Poder Público.

Antes dos debates, três painéis buscaram elaborar as questões a serem discutidas no âmbito de cada eixo temático. O primeiro tinha como objetivo tratar do terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres), a partir das exposições de Ercias Rodrigues de Sousa, Procurador do Ministério Público Federal, e de Helio Vieira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Rondônia. O professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Marco Bonito, falou no segundo painel, cujo tema, “Meios de Distribuição”, constitui o segundo eixo temático da 1ª Confecom. O primeiro eixo (Produção de Conteúdo) ficou a cargo de Jonas Valente e Rosane Bertotti, representantes da Sociedade Civil na Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Confecom. Dentre as propostas aprovadas, está a que prevê a proibição de publicidade direcionada a crianças e adolescentes.

Em Rondônia, foram aprovadas 99 propostas e enviadas à CON da 1ª Confecom. Deste total, 10 se enquadram no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 47 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 42 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). A Conecom-RO foi encerrada com a eleição dos 23 delegados para representar o Estado na etapa nacional.

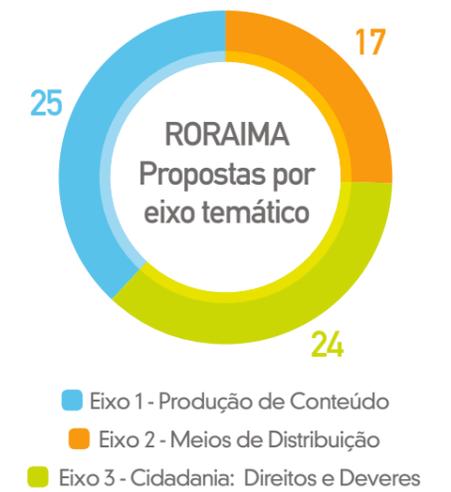
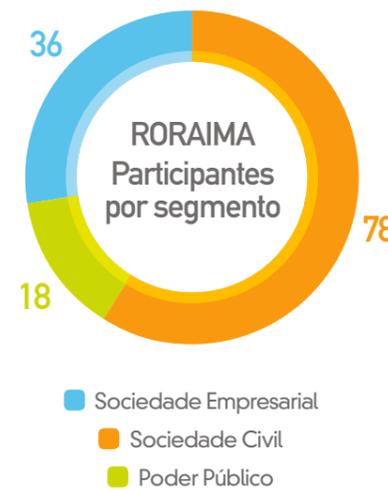


## Roraima

A Conferência Estadual de Comunicação de Roraima (Conecom-RR) aconteceu nos dias 20 e 21 de novembro de 2009, no Auditório da Assembleia Legislativa de Roraima, Sede Provisória, em Boa Vista. Participaram do evento 212 pessoas, sendo 36 da Sociedade Civil Empresarial, 78 da Sociedade Civil e 18 do Poder Público, além de 80 observadores.

Um dos temas que se destacaram nas discussões foi a importância da união entre Sociedade Civil, Sociedade Civil Empresarial e Poder Público para a construção de políticas públicas relativas à Comunicação Social. Vários participantes citaram, em suas falas, a importância da parceria dos três setores. Evilene Paixão, inscrita pela Sociedade Civil Empresarial, afirmou que “este é um momento histórico dessa união para a construção de políticas públicas que atendam a todos os segmentos”.

No total, foram encaminhadas para a CON da 1ª Confecom 66 propostas, sendo 25 relativas ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 17 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 24 ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 23 delegados do Estado para a Conferência Nacional.



## Santa Catarina

Em Santa Catarina, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-SC) foi realizada nos dias 14 e 15 de novembro de 2009, na Assembleia Legislativa, em Florianópolis. Durante dois dias, 251 participantes debateram temas relacionados à comunicação. Deste total de inscritos, 54 representavam a Sociedade Civil Empresarial, 149 a Sociedade Civil e 15 o Poder Público, além de 33 observadores.

A Conecom-SC foi marcada pela unidade dos três segmentos, o que permitiu a elaboração de propostas como a criação de uma defensoria pública especializada em cultura digital e mídia comunitária. O destaque das discussões foi a defesa de um novo marco regulatório de comunicação.

A etapa catarinense aprovou e encaminhou à CON da 1ª Confecom 482 propostas: 69 relativas ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 177 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 236 ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 45 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.



## São Paulo

A Conferência Estadual de Comunicação de São Paulo (Conecom-SP) ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2009, na capital do Estado, na Assembleia Legislativa, localizada no Ibirapuera. Participaram do evento 744 pessoas, sendo 334 da Sociedade Civil Empresarial, 310 da Sociedade Civil e 75 do Poder Público, além de 25 observadores.

A Conecom-SP foi precedida por mais de 30 conferências municipais e regionais, nas quais as rádios comunitárias foram o tema de destaque. O número de propostas apresentadas na Conferência Estadual foi acima do esperado e, por isso, a consolidação das propostas continuou após o término da Plenária final. Um dos pontos de discussão nos Grupos de Trabalho, em São Paulo, foi a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal, que trata, entre outros princípios, da promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação. O tema de maior destaque foi o processo de concessão e renovação de outorgas das emissoras de rádio e TV no país.

Ao final dos trabalhos, foram encaminhadas à CON da 1ª Confecom 661 propostas aprovadas, sendo 122 relativas ao eixo 1 (Produção de Conteúdo), 251 ao eixo 2 (Meios de Distribuição) e 288 ao eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 189 delegados para representar o Estado na Conferência Nacional.

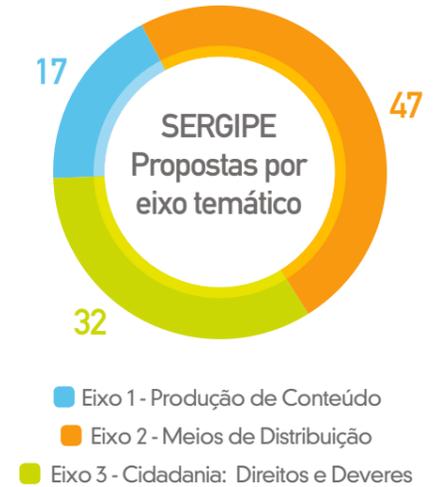


## Sergipe

A Conferência Estadual de Comunicação de Sergipe (Conecom-SE) foi realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2009, na Escola Técnica Estadual José Figueiredo Barreto, em Aracaju. O evento contou com 528 participantes: 43 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 436 da Sociedade Civil e 49 do Poder Público.

Alguns temas intensamente discutidos na Conecom-SE foram a regionalização da programação, a democratização do acesso à banda larga e a elaboração de uma nova Lei Geral da Radiodifusão, que funcione como marco regulatório para os meios de comunicação públicos, privados e estatais. Após dois dias de debates, foram aprovadas 96 propostas e encaminhadas à CON da 1ª Confecom,

dentre as quais 17 no eixo 1 (Produção de Conteúdo), 47 no eixo 2 (Meios de Distribuição) e 32 no eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres). Foram eleitos 23 delegados para a Conferência Nacional.

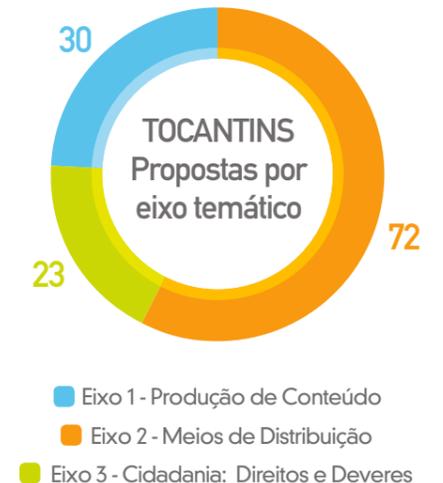
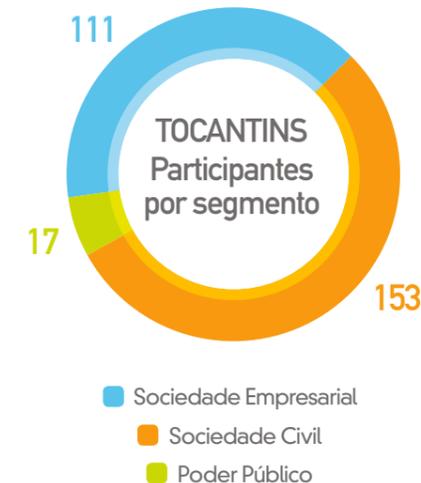


## Tocantins

Em Tocantins, a Conferência Estadual de Comunicação (Conecom-TO) aconteceu no dia 14 de novembro de 2009, no Auditório do Palácio Araguaia, em Palmas. Participaram do evento 111 representantes da Sociedade Civil Empresarial, 153 da Sociedade Civil e 17 do Poder Público, num total de 281 pessoas.

Na Conecom-TO, participaram cerca de 30 índios de etnia Xerente, que viajaram os 76 quilômetros que separam Tocantínia da cidade de Palmas, com o objetivo de acompanhar o evento. Dentre as propostas aprovadas, está a taxa específica dos produtos audiovisuais estrangeiros para financiar a programação regional e local, destinando parte dos recursos a programas educativos voltados a crianças e adolescentes.

Em Tocantins, foram aprovadas 125 propostas e encaminhadas para a CON da 1ª Confecom. Destas, 30 pertencem ao primeiro eixo temático (Produção de Conteúdo), 72 ao segundo eixo (Meios de Distribuição) e 23 ao terceiro eixo (Cidadania: Direitos e Deveres). No encerramento, foram eleitos 23 delegados para a Conferência Nacional.



# As Comissões Organizadoras Estaduais e Distrital

**Acre (AC)** – Decreto nº 4.639 de 29 de setembro de 2009

## Poder Público

**SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação do Acre**

Titular: Itaan Arruda Dias

**UFAC - Universidade Federal do Acre**

Titular: Aleta Dreves

## Sociedade Civil

**Conselho Estadual de Cultura**

Titular: Daniel Zen

**CUT-AC - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Manuel Lima

**OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, seccional/AC**

Titular: Ednei Muniz

**SINJAC - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre**

Titular: Lamid Nobre

## Sociedade Civil Empresarial

**A Tribuna** - representando os jornais impressos

Titular: José Severiano

**Oi** - representando as empresas de telecomunicação

Titular: Kátia Garbin

**Sites de notícia, blogs, provedores de internet**

Titular: Altino Machado

**TV União** - representando as emissoras de rádios e TVs

Titular: Lindomar Tojal

**Alagoas (AL)** – Portaria nº 133, de 06 de Outubro de 2009

## Poder Público

**Assembléia Legislativa de Alagoas**

Titular: Joaldo Cavalcanti

Titular: Laise Teixeira

**CEPAL - Companhia de Empreendimentos, Intermediação e Parcerias de Alagoas**

Titular: Humberto Barbosa

Suplente: Milena Andrade

**Gabinete Civil do Governo do Estado de Alagoas**

Titular: Solange Viégas

Suplente: Talita Marques

**ITEC - Instituto de Tecnologia em Informática e Informação de Alagoas**

Titular: Isabele Carvalho

Suplente: Thiago Ávila

**IZP - Instituto Zumbi dos Palmares**

Titular: Karine Marinho

Suplente: Iranei Barreto

**SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação de Alagoas**

Titular: Mário Fernando Lima Castello Branco - presidente da Comissão Organizadora

Suplente: Luana Lamenha

**SECTI - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia**

Titular: Antonio Torres

Suplente: Betania Nascimento

**SECULT - Secretaria de Estado da Cultura**

Titular: Álvaro Otacílio Vasconcelos

Suplente: Cleonilson Alves da Silva

**SEE - Secretaria de Estado da Educação e Esporte**

Titular: Goretti Lima

Suplente: Ricardo Moresi

**SESAU - Secretaria de Estado da Saúde**

Titular: Júlio Cezar

Suplente: Ednar Costa

**TJ-AL - Tribunal de Justiça de Alagoas**

Titular: Wladimir Maia Gomes Calheiros

Titular: Tarcísio César Tenório Costa

#### **UFAL - Universidade Federal de Alagoas**

Titular: Ricardo Coelho Barros

Suplente: Antonio Francisco Ribeiro de Freitas

#### **Sociedade Civil**

##### **AAI - Associação Alagoana de Imprensa**

Titular: Laurentino Veiga

Suplente: Jasson Ferreira de Lima

##### **ABRAÇO-AL - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária de Alagoas**

Titular: Paulo Mesquita

Suplente: José Paulo do Bomfim

##### **ABRP-AL - Associação Brasileira de Relações Públicas**

Titular: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

Suplente: Luiz Gonzaga Costa de Oliveira

##### **ATRIZP - Associação dos Trabalhadores do Instituto Zumbi dos Palmares**

Titular: Júlio Arantes Azevedo

Suplente: João Luiz Valente Dias

##### **CRP - Conselho Regional de Psicologia 15**

Titular: Denise Moreira de Almeida Barbosa

Suplente: Dilma Araújo Lacerda Freire

##### **CUT-AL - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Josimar Melo dos Santos

Suplente: José Cícero da Silva

##### **ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social**

Titular: Francimária Ribeiro Gomes

Suplente: Débora Raquel de Melo

##### **INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Elida Miranda

Suplente: Álvaro Brandão

##### **Sindicato dos Bancários e Financeiros de Alagoas**

Titular: Miriam Barbosa de Albuquerque

Suplente: Maria Arivoneide Cerqueira de Moraes

##### **SINDJORNAL - Sindicato dos Jornalistas do Estado de Alagoas**

Titular: Valdice Gomes Silva

Suplente: Flávio Miguel Peixoto de Oliveira

#### **SINDJUS-AL - Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal e MPU**

Titular: Luciana Wander de Oliveira Melo

Suplente: José Moraes Júnior

#### **TVCOM - Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Maceió Titular: Lutero Rodrigues Bezerra de Melo**

Suplente: Robson Sarmento da Silva

## **Amapá (AP)** – Portaria nº 086/009

### **Poder Público**

#### **ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações**

Titular: Edward Aires da Silva

Suplente: Luiz Roberto Carmona Pereira

#### **Coordenadoria Municipal de Comunicação Social**

Titular: Sérgio Cleber de Souza Barbosa

Suplente: Michele Lôbo da Costa

#### **Ministério Público do Estado do Amapá**

Titular: Dione Amaral

Suplente Natália Platton

#### **PRODAP - Processamento de Dados do Amapá**

Titular: Fernando Antonio Hora Menezes

Suplente: Moacir de Azevedo Bentes Monteiro Filho

#### **RDM - Rádio Difusora de Macapá**

Titular: Carlos Luiz Pereira Marques

Suplente: Rodiney da Silva Santos

#### **SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação**

Titular: Érika Sousa Amim

Suplente: Edy Wilson Silva

#### **SEED - Secretaria de Estado da Educação**

Titular: Reginaldo Soares dos Santos

Suplente: Antony Nelson Almeida dos Santos

#### **SETEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia**

Titular: Karina Zimerer Mendes

#### **UEAP - Universidade do Estado do Amapá**

Titular: Keila Gibson dos Santos Rebelo

Suplente: Sandra Regina Pantoja Creão

### **UNIFAP - Universidade Federal do Amapá**

Titular: Fernando Pimental Canto

Suplente: Eliana do Socorro de Brito Paixão

### **Sociedade Civil**

#### **ABRAÇO-AP - Associação de Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: João Batista Santos

Suplente: Antonio Mauricio de Medeiros

#### **COAM - Conselho das Associações de Moradores do Estado do Amapá**

Titular: Robson da Silva Bastos

Suplente: José Carlos Silva Araújo

#### **CUT-AP - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Kátia Cilene Mendonça Almeida

Suplente: Samuel Bastos Macedo

#### **Diocese de Macapá**

Titular: Alessandra Leite da Silva

Suplente: Elidiane Ribeiro Amaral

#### **Faculdade Seama**

Titular: Roberta Scheibe

Suplente: Jefferson Ferreira Saar

#### **SINDJOR - Sindicato dos Jornalistas do Amapá**

Titular: Volney Oliveira

Suplente: Ariane Lopes

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: José Samue Alcolumbre

Suplente: Eraldo Trindade

#### **ACLE-AP - Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Amapá**

Titular: Ramilton Pinto de Farias

Suplente: Antônio Luiz Pinheiro de Campos

#### **ASPF-AP - Associação de Sistemas de Publicidade Fixa do Amapá**

Titular: Lindoval Ronildo da Mota Borges

Suplente: Edimilson de Jesus Texeira

#### **SINCO - Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação Social**

Titular: José Negreiros de Araújo

Suplente: Roberto Coelho do Nascimento

### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Magno dos Santos Amanajás

## **Amazonas (AM)** – Resolução nº 4, de 6 de outubro de 2009

### **Poder Público**

#### **AGECOM - Agência de Comunicação Social do Amazonas**

Titular: Roberto Duarte

#### **ALEAM - Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas**

Titular: Luiz Castro

### **Sociedade Civil**

#### **ACVA - Associação de Cinema e Vídeo do Amazonas**

Titular: Pedro Moura

1º Suplente: Luiz Emanuel Garcia da Mota

#### **ADUA - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas**

Titular: Antônio José Vale da Costa

1ª Suplente: Juliana Mitoso

#### **Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese de Manaus**

Titular: Guilherme Cardoso

1º Suplente: Wilson Reis

#### **Fórum de Ética e Políticas Públicas**

Titular: Moisés Aragão

1ª Suplente: Neuda Maria Lima

#### **MUSAS - Mulheres Solidárias do Amazonas**

Titular: Luzarina Varela da Silva

1º Suplente: Luiz Alberto Tomaz da Aquino

#### **SARES - Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social**

Titular: Anselmo Dias

1ª Suplente: Francilene Guedes

#### **SJPAM - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas**

Titular: César Wanderley

1º Suplente: Walter Luiz Corrêa

## Sociedade Civil Empresarial

### **ABRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado**

Titular: Francisca Vânia M. Antonaccio

1ª Suplente: Rosa Minervina Guedes de Aquino

2ª Suplente: Vinicius Galo

## **Bahia (BA)** – Decreto nº 11.704 de 14 de setembro de 2009

### Poder Público

#### **AGECOM - Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia**

Titular: Robinson Santos Almeida (Presidente da Comissão)

Suplente: Marlupe Ferreira Caldas

#### **AGECOM - Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia**

Titular: Rosely Fabrícia de Melo Arantes

Suplente: Pedro Souza Gusmão

#### **AGECOM - Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia**

Titular: Edmundo Carvalho Santana Filho

Suplente: Paulo Fortes Garcia Lorenzo

#### **ALBA - Assembléia Legislativa do Estado da Bahia**

Titular: Dep. José Álvaro F. Gomes

Suplente: Cláudio Santos Mota

#### **ALBA - Assembléia Legislativa do Estado da Bahia**

Titular: Dep. José Cerqueira de S. Neto

Suplente: Seiva de Carvalho Chaves

#### **FACOM/UFBA - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia**

Titular: Profº Giovandro Marcus Ferreira

Suplente: Profª Nísia Rizzo

#### **IRDEB - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia**

Titular: Mário Celso Sartorello

Suplente: Sueide de Oliveira de Jesus Matos

### Sociedade Civil

#### **ABM - Articulação de Mulheres Brasileiras**

Titular: Sandra Muñoz

Suplente: José Batista dos Santos (Fórum do Idoso)

#### **CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**

Titular: Emanuel Souza de Jesus

Suplente: Kardelícia Mourão Lopes (SINJORBA – Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia)

#### **CRP-BA - Conselho Regional de Psicologia 03**

Titular: Marilda Castelar

Suplente: Everaldo Monteiro (SINTERP-BA – Sindicato de Trabalhadores em Rádio, TV e Publicidade do Estado da Bahia)

#### **CIPÓ - Comunicação Interativa**

Titular: Sarah Roberta de Oliveira

Suplente: Paulo Rogério Nunes de Jesus dos Santos (IME – Instituto de Mídia Étnica)

#### **FNDC-BA - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**

Titular: Jonicael Cedraz de Oliveira

Suplente: Arlene Cristina Freire Araújo (ABRAÇO-BA – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária da Bahia)

#### **INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Pedro Andrade Caribe

Suplente: Andréa de Jesus Chaves (ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação)

#### **UBM - União Brasileira de Mulheres**

Titular: Julieta Maria Cardoso Palmeira

Suplente: Sueli Araújo da Silva (UJS – União da Juventude Socialista)

## Sociedade Civil Empresarial

#### **ABMP-BA - Associação Baiana do Mercado Publicitário**

Titular: Maria de Fátima Nunes Rebouças

Suplente: Renato Ângelo Pereira Tourinho

#### **ABMP-BA --Associação Baiana do Mercado Publicitário**

Titular: José Roberto Coelho da Silva

Suplente: Derval Cardoso Gramacho

#### **Central de Outdoor - Seccional Bahia**

Titular: Roberval Nolasco Luania

Suplente: Lina Bonbardi Santana Chaves

#### **SEPEX/BA - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado da Bahia**

Titular: Pedro Augusto Menezes Dourado

Suplente: Bruno Cardoso Guimarães

### **SINAPRO-BAHIA - Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia**

Titular: Vera Maria Rocha Pereira

Suplente: Diana Costa Navarro

### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: José Ailton de Lira

Suplente: Maria Auxiliadora dos S. Caino - SINDTELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal

## **Ceará (CE)**

### **Poder Público**

#### **Casa Civil do Governo do Estado do Ceará**

Titular: Christianne Sales

Suplente: Sabrina Lemos Moura Moreira

#### **Secretaria das Cidades**

Titular: Carlos Henrique

### **Sociedade Civil**

#### **ABRAÇO-CE - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Sérgio Luis Lira Ximenes

Suplente: Ismar Capistrano Costa Filho

#### **CATAVENTO - Comunicação e Educação**

Titular: Edgard Patrício de Almeida Filho

Suplente: Amanda Nogueira de Oliveira

#### **CUT-CE - Central Única dos Trabalhadores (CUT)**

Titular: Geraldo Alves de Sales

Suplente: José Airton Lucena Filho

#### **ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social**

Titular: Raquel Dantas Pinheiro

Suplente: Livino Virginio Pinheiro Neto

#### **INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Daniel Fonseca Ximenes Ponte

Suplente: Helena Martins do Rêgo Barreto

#### **SINDJORCE - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará**

Titular: Cristiane Guilherme Bonfim

Suplente: Déborah Christina Marques Ferreira Lima

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Francisco Nerilson Moreira Araújo (Oi)

## **Distrito Federal (DF) – AGS/DF Portaria nº 01, de 07 de outubro de 2009**

### **Poder Público**

#### **AGÊNCIA BRASÍLIA - Agência de Estado de Comunicação do GDF**

Titular: Wellington Luiz de Moraes

1º Suplente: Paulo Pestana da Silva Filho

1ª Suplente Flávia Pacheco

#### **BRASILIATUR - Empresa Brasileira de Turismo**

Titular: João Raimundo de Oliveira

1º Suplente: Nei Leal

2º Suplente: Wilson Silvestre

#### **CLDF- Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Titular: Deputada Érica Jucá Kokay

#### **SCDF - Secretaria de Estado de Cultura**

Titular: José Silvestre Gorgulho

1º. Suplente: Herberto Salles Filho

2º. Suplente Alexandre Menegale

#### **SEDF - Secretaria de Estado da Educação**

Titular: José Luis Valente

1º Suplente: Eunice Santos Ferreira

2º Suplente: Mônica Torreão

### **Sociedade Civil**

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiofusores**

Titular: Flávio Lara Rezende

1ª Suplente: Heloisa Helena Macedo de Almeida

2ª Suplente: Cristina Brancaleão

#### **ABRAÇO-DF – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: João Antônio Rocha Chaves

1º Suplente: Divino Cândido Ferreira

2º Suplente: Paulo Miranda

**CRP - Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal 01**

Titular: Leovani Gregório

1ª Suplente: Patrícia Santana Santos

2ª Suplente: Michel Laiso Felix

**CUT-DF Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Cosmo José Balbino.

1ª Suplente: Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

2ª Suplente: Evaldo Alves Amorim

**FNDC-DF- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**

Titular: Gustavo Alexandre Viana Martins.

1ª Suplente Celene Rodrigues Lemos

2ª Suplente: Joaquim Carlos Carvalho.

**INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Mayrá Silva Lima.

1ª Suplente: Carolina Teixeira Ribeiro

2ª Suplente: Mel Bleil Gallo

**MNU-DF – Movimento Negro Unificado**

Titular: Marlene da Silva Lucas.

1ª Suplente: Tatiane Nascimento dos Santos

2ª Suplente Wilson Miranda

**SJPDF - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF**

Titular: Romário Cezar Schettino

1º Suplente: Leonar Soares Costa

2ª Suplente: Juliana César Nunes

**UNE-DF - União Nacional dos Estudantes**

Titular: Nayara Alves da Silva.

1º Suplente: Mateus Guimarães

2º Suplente: Jerônimo Calorio Pinto

**Sociedade Civil Empresarial****ABRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado**

Titular: Zélia Góis Gadelha Dias

**ACEL - Associação Nacional das Operadoras de Celulares**

Titular: Rogério Antonio de Lima

1ª Suplente: Mariana Brasil

2ª Suplente: Regina Aguiar do Nascimento

**SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal**

Titular: Victor Lopes Bicudo de Castro

1º Suplente: Adriano Mortagua

2º Suplente: Adriano Batista Pires

**TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Raimundo Duarte

1ª Suplente: Lenice Augusta

2º Suplente: Guilherme Oliveira Mendes

**Espírito Santo (ES)** – Portaria de 29 de outubro de 2009**Poder Público****ALES - Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo**

Titular: Deputado Estadual Cláudio

Suplente: Mônica de Oliveira Silva

**Ministério Público Estadual**

Titular: Alexandre José Guimarães, procurador de Justiça

Suplente: Josemar Moreira, promotor de Justiça

**Prefeitura Municipal de Vitória**

Titular: Ruth de Cássia dos Reis

Suplente: Célia Soares Marques

**SECOM - Superintendência de Comunicação do Governo do Estado**

Titular: Sandro Roberto Rocha

Suplente: Carlos Eduardo Lourenço

**UFES - Universidade Federal do Espírito Santo**

Titular: Fabio Malini

Suplente: Cléber Carminatti

**Sociedade Civil****CRP-ES - Conselho Regional de Psicologia 16**

Titular: Adriana Salezze

Suplente: Marcos Firmino (Conselho Estadual dos Direitos Humanos)

**CUT-ES - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: José Nilton de Oliveira

Suplente: Ernani Pereira Pinto

### **DCE-UFES - Diretório Central dos Estudantes**

Titular: Marina Machado Miguez

Suplente: José Marques Porto (FAMOPES - Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do ES)

### **SINDIJORNALISTAS- ES - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do ES**

Titular: Rodrigo Binotti

Suplente: Sueli de Freitas

### **SINTEL - Sindicato dos Telefônicos do Espírito Santo**

Titular: Nilson Hoffman

Suplente: Luciana Silveira Bernardes (UMB - União Brasileira de Mulheres)

## **Sociedade Civil Empresarial**

### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Oséas Resende

Suplente: Edymilda Goés Ferreira

### **SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço**

Móvel Celular e Pessoal

Titular: Mauro Andrade Paoliello

### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Henrique Antônio Quinelato

## **Goiás (GO)**

### **Poder Público**

#### **AGECOM - Agência Goiana de Comunicação**

Titular: Ana Maria de Souza

Suplente: Hélio Costa

#### **Assembléia Legislativa do Estado de Goiás - Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa**

Titular: Deputado Estadual Mauro Rubem

Suplente: Fábio Fazzion

#### **Câmara Municipal de Goiânia**

Titular: Vereador Charles Bento

Suplente: Alessandra Macedo de Brito

### **SEMIRA - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial**

Titular: Geralda da Cunha Teixeira Ferraz

Suplente: Víbia Camargo

### **UFG - Universidade Federal de Goiás**

Representante: Prof. Luiz Signates

Suplente: Profª. Lisbeth Oliveira

## **Sociedade Civil**

### **ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Valdeci Pereira Borges

### **APPEGO - Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado de Goiás**

Titular: Juliana Pabla Soares Martins

Suplente: Simone de Jesus

### **Associação Mulheres na Comunicação**

Titular: Geralda Ferraz

Suplente: Divina Jordão

### **Arquidiocese de Goiânia**

Titular: Marcelo Igor de Sousa

Suplente: Renatho Melo de Sousa

### **CAJU - Casa da Juventude Pe. Burnier**

Titular: Gardene Leão de Castro Mendes

Suplente: Wolney Fernandes de Oliveira

### **CARAVÍDEO - Centro Cultural**

Titular: Maria Delma Costa

Suplente: Sérgio Bernadoni

### **Centro Cultural Eldorado dos Carajás**

Titular: Ana Lúcia da Silva

Suplente: José César

### **CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Centro-Oeste**

Titular: Frei Edgar Alves Pereira

### **CRP - Conselho Regional de Psicologia 09**

Titular: Cariacy dos Santos Domingues

Suplente: Marnene Soares de Souza

### **CUFA - Central Única das Favelas**

Titular: Ana Luiza de Oliveira e Sousa

**CUT-GO - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Sandra Maria de Jesus

Suplente: Eurípedes Moreira

**FEEGO - Federação Espírita do Estado de Goiás**

Titular: Gabriel Duarte de Aquino

Suplente: Ivana Leal da Silva Raisy

**SATED-GO - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões**

Titular: José Natal de Camargo

Suplente: Geraldo Fábio de Assunção

**Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Goiás**

Titular: Maria José Braga

Suplente: Luiz Antonio Spada

**SINTFESP-GO - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde e Previdência Social**

Titular: Josias Pedreira Gomes

Suplente: Joseneide Florêncio Ramos

**Sociedade Civil Empresarial****ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Ana Paula Ferreira

**BRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado**

Titular: Ciro Pereira Figueiredo

**ACEL - Associação Nacional das Operadoras de Celulares**

Titular: Airton Bianchi

**SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal**

Titular: Luzi Karla Valadares da Silva

**TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Antonio Pereira Guimarães Jr.

Suplente: Marcelo Gomes Machado

**Maranhão (MA)** – Gab/Secom-MA, 17 de novembro de 2009**Poder Público****SECOM - Secretaria de Comunicação do Maranhão**

Titulares: Sérgio Antônio Mesquita Macedo - presidente da Comissão Organizadora

Carla Georgina da Silva

Ormuz Rivaldo

Salomão Santos

Selma Figueiredo

**Sociedade Civil****ADCP - Associação de Difusão Comunitária e Popular**

Titular: Cristian Jacques Henri Delon

Suplente: Luana Rodrigues de Camargo

**AMI - Associação Maranhense de Imprensa**

Titular: Marcos Franco

Suplente: Paulo Washington

**CEB's - Comunidade Eclesiais de Base**

Titular: Ramon Alves Rodrigues de Souza

Suplente: César Soeiro

**CUT-MA - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Teresa Cristina Ribeiro Gonçalves

Suplente: Susalvino Tadeu Lindoso Viana

**INTERVOZES- Coletivo Brasil de Comunicação**

Titular: Luciano Ferreira Nascimento

Suplente: Marcos Francisco Urupá

**LABMÍDIA - Laboratório de Mídias Livres**

Titular: Christian Jacques Henri Delon

Suplente: Luana Rodrigues de Camargo

**MATRACA - Agência de Notícias da Infância do MA**

Titular: Lisandra Leite

Suplente: Jeane Pires

**PSL-MA - Projeto Software Livre do Maranhão**

Titular: Antonio Ernane Cacique N. Júnior

Suplente: Bruno Rogens Ramos Bezerra

**SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos**

Titular: Raimundo Pereira De Souza

Suplente- Normando dos Santos Araújo

**UFMA - Dep. Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão**

Titular: Ed Wilson Ferreira Araújo

Suplente: Amarilis Cardoso Santos

## Sociedade Civil Empresarial

### **ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Katia Ribeiro Soares

Suplente: Haroldo Correa Cavalcante Neto

### **ACEL - Associação Nacional das Operadoras Celulares**

Titular: Rodrigo Pereira da Silva Junior

### **SINDTELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia**

Titular: Cristina Amélia Santos Gonçalves

### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: José Soares Junior

## Mato Grosso (MT)

### Poder Público

#### **SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação Social**

Titular: Onofre Ribeiro

Suplente: Jonas da Silva

#### **SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação Social**

Titular: Aline Lepinsk Romio e Silva

Suplente: Daniele Danchura

#### **UFMT – Diretório Central dos Estudantes e Centro Acadêmico de Comunicação Social da Universidade Federal do Mato Grosso**

Titular: Dafne Henriques Spoti

### Sociedade Civil

#### **Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos**

Titular: Auremácio Carvalho

#### **ENECOS - Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social**

Titular: Mariana Freitas

#### **SINDJOR-MT - Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso**

Titular: Ana Angélica de Araújo Werneck

### Sociedade Civil Empresarial

#### **ADJORE - Associação dos Jornais do Estado de Mato Grosso**

Titular: Francisco Delmondes Bentinho

#### **SINAPRO - Sindicato das Agências de Propaganda de Mato Grosso**

Titular: - Luiz Gonzaga Junior

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Guilherme Luiz Teixeira Alves

#### **TV Cidade Verde (Bandeirantes)**

Titular: José Roberto Amador

## Mato Grosso do Sul (MS) – Resolução SEGOV/MS Nº 50, de 6 de novembro de 2009

### Poder Público

#### **Ministério Público Estadual**

Titular: Sebastião Jorge Góes

#### **SUBSECOM - Subsecretaria de Comunicação Social**

Titular: Guilherme Villalba Zurutuza Filho

Suplente: Mariângela Yule de Queiroz

#### **TV Brasil Pantanal**

Titular: Marcelo Ricardo Miranda Espíndola

#### **UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Titular: Prof. Gerson Luiz Martins

### Sociedade Civil

#### **MESCLA ABGLT**

Titular: Lucélia Dias Macedo

#### **SINDOR-MS - Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul**

Titular: Cleyton Wander Nascimento de Sales

### Sociedade Civil Empresarial

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Salvador Rosa Sandim

#### **SINAPRO - Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Mato Grosso do Sul**

Titular: Henrique Alberto de Medeiros Filho

## Minas Gerais (MG) – Resolução nº 167, de 8 de Outubro de 2009

### Poder Público

#### ALMG - Assembléia Legislativa do Estado de MG

Titular: Deputado Carlin Moura

1º suplente: Deputado Domingos Sávio

2º suplente: Deputado Gustavo Valadares

#### Governo do Estado de Minas Gerais

Titular: Washington Thadeu de Mello, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1º suplente: Hugo Márcio Lemos Teixeira, Subsecretaria de Comunicação Social

2º suplente: Valério Fabris, Secretaria de Cultura/Rádio Inconfidência

#### SEDESE - Secretaria de Desenvolvimento Social/Subsecretaria de Direitos Humanos

Titular: João Batista de Oliveira, representante da Subsecretaria de Direitos Humanos, 1ª Suplente:

Maressa Miranda

2ª Suplente: Márcia Martini

### Sociedade Civil

#### ABCCom - Associação Brasileira de Canais Comunitários

Titular: Luiz Carlos Bernardes, representante da ABCCom - Associação Brasileira de Canais

Comunitários, como titular,

1º Suplente: Milton dos Santos Bicalho, ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

2º Suplente: José Guilherme Castro, GRES Cidade Jardim

#### FNDC-MG - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação Social

Titular: Leonardo Alves Batista

1º Suplente: Ricardo Moretzsohn, CRP - Conselho Regional de Psicologia 04

2º Suplente: Rogério Augusto Baracho, Sistema Caracol.

#### FSS - Fórum Sindical Social

Titular: Kerison Arnóbio Lopes Santos

1º suplente: Pedro Pena, Movimento de Juventude

2º suplente: Antônio Braz Rodrigues, Sind-UTE - Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação

#### Movimento Negro

Titular: Wilson Queiroga

1º Suplente: Gustavo Cunha Machala, INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social

2º Suplente: Osmar Fonseca Rezende, LGBT - Libertos Comunicação

#### SJPMG - Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Titular: Lidyane Ponciana Ferreira

1º Suplente: Cláudio Mário Braga Vilaça, AJOSP - Associação dos Jornalistas do Serviço Público

2ª Suplente: Paula de Souza Kimo, Oficina de Imagens Comunicação e Educação

### Sociedade Civil Empresarial

#### ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores

Titular: João Martins Sales Filho

1º Suplente: André Filizzola Drummond

2º Suplente: Bernardo Sales Teles de Carvalho

#### AMP - Associação Mineira de Propaganda

Titular: José Luiz da Silva

1º Suplente: Renato Bergo

2º Suplente: Paulo Joel M. Bizzaria

#### SEPEX - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior

Titular: Alexandre Davis

1º Suplente: Júlio César Carvalho Assunção

2º Suplente: José de Assis Tito

#### SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel, Celular e Pessoal

Titular: Roberval Bacha

1º Suplente: Marcos Borges

2º Suplente: João Carlos Pinheiro da Fonseca

#### TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações

Titular: Eurico José Ferreira Gonçalves Rodrigues

1ª Suplente: Érica Rache

2º Suplente: Alexandre da Silva Lopes

## Pará (PA) – Portarias nºs 437, de 29 de setembro de 2009, 443 e 444, de 01 de outubro de 2009

### Poder Público

#### ALEPA - Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Titular: Ana Claudina Melo dos Santos

Suplente: Lívia Maria Oliveira de Abreu

#### Casa Civil do Governo do Estado

Titular: Érika de Sousa Morhy

Suplente: Fábio Fonseca de Castro

#### FUNTELPA - Fundação Paraense de Radiodifusão

Titular: Regina Lúcia Alves de Lima

Suplente: Antônio Carlos Jesus dos Santos

**SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação**

Titular: Sérgio Costa dos Santos

Suplente: Ana Maria de Almeida Delgado de Oliveira

**SECULT - Secretaria de Estado de Cultura**

Titular: Zana Andréa Lobato Moura

Suplente: Fábio Tadeu Nóvoa de Sousa

**SEDECT - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia**

Titular: Edson Coelho Oliveira

**SEDUC - Secretaria de Estado de Educação**

Titular: Tereza Cristina Vasconcelos de Souza

Suplente: Danielly Fabíola Gomes

**SEIR - Secretaria de Estado de Integração Regional**

Titular: Paulo Jordão Mendes Rodrigues

Suplente: Enize Vidigal Carvalho

**SEJUDH - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos**

Titular: Leba Rafaela Peixoto Carvalho

Suplente: Maysa dos Anjos de Almeida

**SEPOF - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças**

Titular: Jaqueline Vieira Ferreira

Suplente: Erinaldo da Cruz Ramos

**Sociedade Civil****ABRAÇO-PA - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Roberto Rômulo de Melo Gadelha

Suplente: Antônio Marques dos Santos

**ACPA - Associação de Comunicadores Sociais do Estado do Pará**

Titular: Maria do Perpetuo Socorro Pereira da Encarnação

Suplente: Maria de Fátima Lima de Freitas

**APAAFIC - Associação de Pescadores e Agricultores Familiares da Ilha de Caratateua**

Titular: João da Silva Prestes

Suplentes: Cláudio Ferreira Amaral

Maria de Fátima Maciel

**ARESI - Associação das Redes Sonoras de Icoaraci**

Titular: Antonino Brito da Silva

Suplente: Luiz Cícero das Neves

**Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Ambiental Uirapurú**

Titular: Rui Rei Marques Rodrigues

Suplentes: Minorosi da Silva Batista

Sandro Luís da Silva Miranda

**CRP - Conselho Regional de Psicologia 10ª Região Pará e Amapá**

Titular: Sônia Eli Cabral Rodrigues

Suplente: Rodolfo Valentim Carvalho do Nascimento

**CUT-PA - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Valneide Ventura da Silva

Suplente: Jurema Maria do Amparo

**ENECOS-PA - Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social**

Titular: Felipe Melo dos Santos

Suplente: Raynéia da Silva Machado

**FMAP - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense**

Titular: Maria Anônia Soares Salgado

Suplente: Nilde Fernandes Rodrigues Sousa

**FMML - Fórum em Defesa de Rádios Comunitárias**

Titular: Marcos Antônio Filgueiras dos Santos

Suplentes: Enilson Nonato da Silva

Paulo de Tarso B. de Moraes

**FMRU - Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**

Titular: José Selmo Costa Souza

Suplente: Florivaldo Chaves Jinkings

**INTERVOZES-PA - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Leslie Carolina de Souza Batista

Suplente: Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima

**SINJOR-PA - Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará**

Titular: Eliete dos Santos Ramos

Suplente: Cândida Couto Vilanova

**SIPEP - Sindicato dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado do Pará**

Titular: Severina Francisca da Silva

Suplentes: Silvia Caroline Salgado Pena

Fernando José

**STRT/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio Difusão e Televisão do Estado do Pará**

Titular: Luiz Nonato da Silva Cunha

Suplentes: Antônio Alberto Araújo da Silva

Antônio Celso Vasconcelos Mendonça

**STIGPA - Sindicato de Trabalhadores da Indústria Gráfica do Pará**

Titular: Martinho Afonso da Cruz Souza

Suplente: Ivanildo de Carvalho Gomes

**UGT/PA - União Geral dos Trabalhadores**

Titular: Martinho Afonso da Cruz Souza

Suplente: Ivanildo de Carvalho Gomes

**Sociedade Civil Empresarial****ABAP-PA - Associação Brasileira de Agências de Publicidade**

Titular: Armando Augusto Ponte Sousa Chady

Suplente: Cezar Paes Barreto

**SINAPRO-PA - Sindicato das Agências de Propaganda**

Titular: Oswaldo Freitas Junior

Suplentes: Marcus Martins de Barros Pereira

Fábio Juan Diego Corea Lopes

**TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Patrick de Azevedo Ferreira

Suplente: Ana Beatriz Brasil Costa

**Paraíba (PB)****Poder Público****Assembléia Legislativa**

Titular: Hermes de Luna

Suplente: Giovanni Meirelles

**Casa Civil**

Titular: José de Arimatéia Rodrigues França

Suplente: Marta Almeida Monteiro

**Ministério Público**

Titular: Eloise Elane Gomes de Menezes

Suplente: Maria Auxiliadora Santos Silva

**SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Paraíba**

Titular: Regirlene Rolim Guimarães

Suplente: Genésio Alves de Sousa Neto

**SECT - Secretaria da Ciência e Tecnologia**

Titular: Milena Feitosa

Suplente: Leonardo Vieira

**SETDE - Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico**

Titular: Edson Weber

Suplente: Ana Lúcia Pessoa de Carvalho Neves

**TV Universitária**

Titular: Sandra Moura

Suplente: Antônio Marcus Alves de Souza

Suplente: Giovanni Meirelles

**UEPB - Universidade Estadual da Paraíba**

Titular: Rômulo Ferreira de Azevedo Filho

Suplente: Sintoval Moraes

**Sociedade Civil****ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária na Paraíba**

Titular: José Moreira da Silva

Suplente: Fabiana Veloso dos Santos

**API - Associação Paraibana de Imprensa**

Titular: Marcela Sitônio

Suplente: Lucas de Medeiros Pereira

**CACTOS - Associação Comunitária de Educação e Cultura**

Titular: David Jean de Jesus

Suplente: Ednamay Cirilo Leite.

**CRP-PB - Conselho Regional de Psicologia 13**

Titular: Sérgio Roberto Sales de Nóbrega

Suplente: Filipe Francilino de Sousa;

**CUT-PB - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Maria da Penha Araújo

Suplente: Luzenira Linhares Alves

**LIBERTA - Centro de Pesquisa, Comunicação e Educação para a Cidadania**

Titular: Sonia Maria Lima dos Santos

Suplente: Adneuse Targino

**Movimento LGBT**

Titular: José Felipe dos Santos

Suplente: Maria do Socorro Pimentel;

**Sindicato dos Jornalistas do Estado da Paraíba**

Titular: Land Seixas de Carvalho

Suplente: Paulinne Liborio Baracho Pereira

## Sociedade Civil Empresarial

### **ABAP-PB - Associação Brasileira de Agências de Publicidade**

Titular: Ruy Dantas

Suplente: Abelardo Jurema

### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Paulo Mauricio

Suplente: Marcelo Antunes

### **ACEL-Claro**

Titular: Nerciene Maria Gomes

Suplente: Antonio Sergio Bastos

Suplente: Maria Elizabete Coelho de Araújo

### **Sistema Arapuá**

Titular: João Gregório

Suplente: Elaine Dantas da Nóbrega

### **Sistema Correio de Comunicação**

Titular: Alexandre Jubert

Suplente: Ricardo Ramos

### **Sistema Paraíba de Comunicação**

Titular: Adja Brito

Suplente: Bartolomeu Honorato

### **Telebrasil – OI**

Titular: Ana Paula Silveira

### **WSCOM - Jornal Eletrônico da Paraíba**

Titular: Walter Cândido dos Santos

Suplente: Pablo Forlam Paiva

## **Paraná (PR)** – SECS Portaria nº 17/2009

### **Poder Público**

#### **Casa Civil - Departamento de Imprensa Oficial do Estado**

Titular: Geraldo Seratiuk

Suplente: Samuel Gomes

#### **CELEBRAR - Companhia de Informática do Paraná**

Titular: Cláudio Crossetti Dutra

Suplente: Luiz Fernando Esteche

#### **SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência**

Titular: Wagner de Alcântara Aragão

Suplente: Rodrigo Gava

#### **SECS - Secretaria de Estado da Comunicação Social**

Titular: José Benedito Pires Trindade (presidente da Comissão)

Suplente: Carolina Cattani

#### **SEEC - Secretaria de Estado da Cultura/Rádio e Televisão Paraná Educativa**

Titular: Elson Faxina

Suplente: Marcos Antônio Batista

#### **SEED - Secretaria de Estado da Educação/TV Paulo Freire**

Titular: Elizabete dos Santos

Suplente: Aldemara Pereira de Melo

#### **SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Titular: Florentina das Neves Souza

Suplente: Jairo Queiroz Pacheco

### **Sociedade Civil**

#### **APMP - Associação do Ministério Público do Paraná**

Titular: Nilton Marcos Carias de Oliveira

#### **CEPAC - Centro Paranaense de Cidadania**

Titular: Arildo José Martini

Suplente: Anderson Luiz Moreira

#### **Coletivo Soylocoporti**

Titular: João Paulo Lacerda Rocha Mehl

Suplente: Lizely Roberta Borges

#### **CRM-PR - Coordenação dos Movimentos Sociais**

Titular: Silvana Prestes de Araújo

Suplente: Luís Carlos Paixão da Rocha

#### **CRP-PR - Conselho Regional de Psicologia 08**

Titular: Denise Matoso

Suplente: Douglas da Silva Moreira

#### **CUT-PR - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Miguel Angel Alvarenga Baez

Suplente: Laura Bregenski Schuhli

#### **INTERVOZES-PR - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Rachel Calai Bragatto

Suplente: João Alberto Ferreira da Costa

### **SINDIJOR-PR - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná**

Titular: Aniela Gisleine de Almeida

Suplente: Ayrton Pontes

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **AERP - Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná**

Titular: Márcio Vilella

Suplente: José Francisco Linhares

#### **APJ-PR - Associação Paranaense de Jornais**

Titular: Delise Guarienti Almeida

Suplente: André Guarienti Almeida

## **Pernambuco (PE)** – Portaria SEI nº 036, de 13 de Outubro de 2009

### **Poder Público**

#### **SEI - Secretaria Especial de Imprensa do Governo do Estado de Pernambuco**

Titulares: Evaldo Costa - presidente da Comissão

Félix Galvão Batista Filho

Maria da Paz Figueredo

Suplentes: Rafael Guerra de Melo

Ricardo Braga Arruda

#### **SECTEMA - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente/TV Pernambuco**

Titular: Alessandro Costa Cavalcanti

Suplente: Alberto Adriano de Oliveira Muniz

#### **SETU - Secretaria Estadual de Turismo**

Titular: Aquiles Lopes de Oliveira

Suplente: Tatiana Marques Portela

### **Sociedade Civil**

#### **ABRAÇO-PE - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: David Vicente da Silva

Suplente: Rebeqa Oliveira de Freitas

#### **CUCA - UNE - Centro Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes**

Titular: Rafael dos Santos Barreira

Suplente: Virginia Gomes de Barros, UEP - União dos Estudantes de Pernambuco

### **INTERVOZES-PE - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Mariana Martins de Carvalho, Centro de Cultura Luiz Freire

Suplente: Cátia Patrícia de Oliveira

### **GIRAL - Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local**

Titular: Everaldo Costa Santana

Suplente: Mariana Karilena Maura da Silva

### **SINTEPE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco**

Titular: Zelito Passavante

Suplente: Cristiano Jerônimo, União Brasileira de Escritores

### **UNEGRO - União de Negros pela Igualdade**

Titular: Fernanda C. Lima

Suplente: Paula Falbo, UBM - União Brasileira de Mulheres

### **Sindicato dos Radialistas de Pernambuco**

Titular: Brivaldo Lôreto da Silva

Suplente: Guido Bianchi, Sindicato dos Publicitários

### **SinjoPE - Sindicato dos Jornalistas do Estado de Pernambuco**

Titular: Ayton Maciel

Suplente: Arnaldo José Freire, SindPD - Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de PE

### **SINDGRAF - Sindicato dos Gráficos de Pernambuco**

Titular: Vanildo Pereira de Queiroz Júnior

Suplente: Gesse Geimes

### **SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de Pernambuco**

Titular: Daniel Rodrigues Alves

Suplente: Francisco Apolinário

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Thaís Toledo

Suplente: Geraldo Ricarte

#### **Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia de Internet**

Titular: Klaus Hachenburg

Suplente: Ely Menezes

#### **Central do Outdoor**

Titular: Ricardo José de Oliveira Costa

Suplente: Telma Rebêlo de Brito Pereira

#### **SEPEX - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de Pernambuco**

Titular: Cleto Amaral Carapeba  
Suplente: Wilson da Silva Guimarães

#### **SINDUSGRAF-PE - Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Pernambuco**

Titular: Sérgio Pedro Xavier Neto  
Suplente: Valdézio Bezerra de Figueiredo

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Frederico de Siqueira Filho  
Suplente: Jacinto José Carneiro da Silva

## **Piauí (PI)** – Decreto nº 13.777, de 5 de agosto de 2009

### **Poder Público**

#### **ALEPI - Assembléia Legislativa do Estado do Piauí**

Titular: Deputada Flora Izabel

#### **CCOM - Coordenadoria de Comunicação Social**

Titular: Iraldon Motta

#### **CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí**

Titular: Oscar de Barros Sousa

#### **Fundação Antares**

Titular: Cláudia Sousa Marques Brito

#### **UESPI - Universidade Estadual do Piauí**

Titular: Orlando Maurício de Carvalho Berti

### **Sociedade Civil**

#### **ABRAÇO-PI - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Ricardo Rodrigues Campos

#### **AMARC - Associação Mundial das Rádios Comunitárias**

Titular: Márcio José de Macedo Araújo

#### **ARCEPI - Associação de Radiodifusão Comunitária do Estado**

Titular: Humberto Coelho Silva

#### **CEUT - Centro de Ensino Unificado de Teresina**

Titular: Maria Helena Almeida de Oliveira

#### **ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação**

Titular: Sarah Fontenelle - UESPI  
Suplente: Andressa Kerllen Nunes Silva - Faculdade Santo Agostinho

#### **FAMEPI - Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí**

Titular: Antônio Batista de Araújo

#### **FSA - Faculdade Santo Agostinho**

Titular: Anna Kelma Gallas.

#### **SINDIJOR-PI - Sindicato dos Jornalistas do Estado do Piauí**

Titular: Luís Carlos de Oliveira Silva

#### **SINTERTELPI - Sindicato dos Radialistas do Estado do Piauí**

Titular: Valdeck Moraes

#### **SINTEL-PI - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Piauí**

Titular: João de Moura Neto

#### **UBM - União Brasileira de Mulheres**

Titular: Maria de Lourdes Carvalho Rufino

## **Rio de Janeiro (RJ)** – Portaria SSCS/CC nº 05, de 06 de Outubro de 2009

### **Poder Público**

#### **ALERJ - Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro**

Titular : Fernanda Pedrosa  
Suplente : Pedro Motta Lima

#### **Rádio Roquette Pinto**

Titular: Eliana Caruso  
Suplente: Humberto Francisco

#### **SEC - Secretaria de Estado de Cultura**

Titular: José Emilio Rondeau  
Suplente: Mila Chaseliov

#### **SECT - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia**

Titular: Alexandre Arruda  
Suplente: Lia Baron

#### **SEE - Secretaria de Estado de Educação**

Titular: Fátima Rocha  
Suplente: Mônica Marzano

### **Subsecretaria de Estado de Comunicação Social**

Titular: Ricardo Luiz Rocha Cota

Suplente: Edgar Alencar Matos de Arruda

### **Sociedade Civil**

#### **ABCCOM - Associação Brasileira de Canais Comunitários**

Titular: Marcos Figueiredo Guimarães Oliveira

Suplente: Paulo Cesar Martins Vieira - União dos Negros pela Igualdade - UNEGRO

#### **ABCI - Associação Brasileira para a Comunicação Independente**

Titular: Moysés Chernichiarro Corrêa

Suplente: Sérgio Luiz da Silva - Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST

#### **ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: José Roberto de Souza

Suplente: Filipe Cabral - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação - ENECOS

#### **Clube de Engenharia**

Titular: Fátima Sobral Fernandes

Suplente: Telmo Lustosa

#### **CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil**

Titular: Weverton Brito Lima

Suplente: Marcos Pereira Fernandes - Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e

Telégrafos e Similares do Rio de Janeiro - SINTECT/RJ

#### **ECO - Escola de Comunicação da UFRJ**

Titular: Professor Marcos Dantas

Suplente: Marcelo Miranda - SINTTEL

#### **Ética na TV**

Titular: Cláudia Abreu

Suplente: Noeli Godoy - Conselho Regional de Psicologia - CRP

#### **UNE - União Nacional dos Estudantes**

Titular: Renato de Oliveira da Silva

Suplente: Flávia Calé da Silva - União Estadual dos Estudantes - UEE

#### **SJP-RJ Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro**

Titular: Álvaro Britto

Suplente: Cláudio Salles (Rádio Pop Goiaba)

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **ABPITV - Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão**

Titular: Luiz Alberto Carregosa Cesar

Suplente: Marco Altberg

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titular: Daruiz Paranhos

Suplente: Israel Pini

#### **ACEL - Associação Nacional das Operadoras Celulares**

Titular: Vania Beatriz Furtuna

#### **SINDISAT - Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite**

Titular: Luiz Otávio Vasconcelos Prates

Suplente: Fábio Alencar

#### **SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal**

Titular: Rodrigo Dolandeli dos Santos

Suplente: Wilson Bôtto

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: José Américo Leite Filho

Suplente: Eduardo Felipe Correa

## **Rio Grande do Norte (RN)** – GS Natal/RN - Portaria nº 003, de 11 de novembro de 2009

### **Poder Público**

#### **CODEM - Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias**

Titular: Marcos Dionísio Medeiros Caldas

#### **ASSECOM - Assessoria de Comunicação Social do Estado**

Titular: Cledivânia Pereira Alves

Suplente: Breno Berruci de Paiva

#### **FJA- Fundação José Augusto, SEEC - Secretaria de Estado da Educação e Cultura, UFRN - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia da Universidade Federal do RN**

Titulares: Fábio Henrique de Almeida Lima

Francisca Daise Galvão Freire de França

Francisca Sirleidey Pereira

José Zilmar Alves da Costa

Juciano Lacerda

### **SEJUC - Secretaria de Justiça e Cidadania**

Titular: Guiomar Veras

Suplente: Maria Amélia de Lima Freire

### **Sociedade Civil**

#### **ACECTURN - Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do RN**

Titular: Gesaias Ciríaco do Nascimento

Suplente: George Luis Bonifácio

#### **AMA - Instituto Anatália de Melo Alves**

Titular: Ibero Cristiano Pereira Hipólito

Suplente: Anekésia da Silva Oliveira

#### **Canto Jovem**

Titular: José Rodrigues de Souza

#### **CDHMP - Centro de Direitos Humanos e Memória Popular**

Titular: Aluisio Matias dos Santos

Suplente: Jerusa de Fátima Avelino

#### **CMP - Central de Movimentos Populares**

Titular: Roseli Macedo

#### **CRP-RN - Conselho Regional de Psicologia 17**

Titular: Kelly da Silva Sarmento

Suplente: Nilza Maria Molina Mendes

#### **CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**

Titular: Jaedson Ferreira de Oliveira

Suplente: Marcones Marinho da Silva

#### **CUT-RN - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Olinto Teonácio Neto

Suplente: José Nogueira Filho

#### **DCE - Diretório Central dos Estados da Universidade Federal do RN**

Titular: Alex Reinecke de Alverga

Suplente: Alessandro Muniz Fontenelle

#### **FECEB - Federação dos Conselhos Comunitários e Entidades Benéficas do Estado do RN**

Titular: Arthur Varela de Oliveira

Suplente: Diego Eisenhower Amaro da Costa

#### **FEUC - Federação de Umbanda e Candomblé do RN**

Titular: Maria das Graças da Silva Lucas

### **FITTEL - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações**

Titular: Raimunda Audinete de Araújo

#### **Fórum de Diálogo Inter-Religioso**

Titular: Cleber Pinheiro Costa

#### **Fórum de Entidades do Bom Pastor**

Titular: José Neto

Suplente: Valério Bezerra de Souza

#### **Fórum de Mulheres do RN**

Titular: Maria Goretti Gomes

Suplente: Edineusa Jones da Silva

#### **Fórum LGBT**

Titular: Wilson Dantas Sobrinho

Suplente: Marizete Gomes Da Silva

#### **INTERVOZES-RN - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Rudson Pinheiro Soares

Suplente: Yano Flávio de Souza Maia

#### **IPEJUC - Instituto de Pesquisas da Justiça e da Cidadania**

Titular: Daniel Alves Pessoa

Suplente: Daniel Dantas

#### **MMA - Marcha Mundial de Mulheres**

Titular: Laíssa da Costa Ferreira

Suplente: Melayne Macedo Silva

#### **RJNE - Rede de Jovens do Nordeste**

Titular: Valeria M. Santiago

Suplente: Robson Silva de Oliveira

#### **SINDJOR - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RN**

Titular: Jankarly Varela de Oliveira Morais

#### **SINTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações**

Titular: Aguinaldo de Azevedo Dantas

#### **SISJERN - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do RN**

Titular: Bernardino de Sena Fonseca

Suplente: Domingos Sávio Bezerra

## Sociedade Civil Empresarial

### **ABEPEC - Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Culturais e Educativas**

Titular: Josimey Costa da Silva

### **ACEL - Associação Nacional das Operadoras de Celulares**

Titular: André Avelino Teixeira Carvalho

### **BANDEIRANTES NATAL**

Titular: Djalma Correa

### **SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal**

Titular: Claudia Mendes de Souza

### **TCM – Televisão a Cabo Mossoró**

Milton Marques

### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titulares: André Avelino Teixeira Carvalho  
José Reinaldo Batista

## Rio Grande do Sul (RS) – Resolução de Mesa nº 944/2009

### Poder Público

#### **Assembléia Legislativa do Estado do RS**

Titulares: Celso Augusto Schröder  
Márcia Cardoso

#### **FAMURS - Federação dos Municípios do RS**

Titular: Sandra Domit

#### **ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas**

Titular: Marcelo Nepomuceno

### Sociedade Civil

#### **ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no RS**

Titulares: Marcos Roberto Santiago  
Alan Camargo  
Clementino Lopes

#### **ARI - Associação Riograndense de Imprensa**

Titular: Erci Torma

#### **CRP-RS - Conselho Regional de Psicologia**

Titular: Ivarlete Guimarães de França

#### **CUT-RS - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Paulo Farias

#### **FNDC-RS - Comitê pela Democratização da Comunicação**

Titular: Candice Cresqui

#### **POA TV - TV Comunitária de Porto Alegre**

Titular: Oscar Plentz

#### **SINDJORS - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS**

Titular: Márcia Camarano

#### **SINTRAJUFE - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS**

Titular: Cristina Feio de Lemos

#### **SINTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado do RS**

Titular: Jackson Rodrigues

## Sociedade Civil Empresarial

#### **ABRA - Associação Brasileira de Radiodifusores**

Titulares: Leonardo Meneghetti  
Renato Martins  
Daniel Silveira da Encarnação

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titulares: Rita Daudt  
Donaldo Oscar Kollin Junior  
Isidoro Barros Lopes

## Rondônia (RO) – Resolução nº 6, de 06 de outubro de 2009

### Poder Público

#### **Prefeitura do Município de Porto Velho**

Titular: Ely Bezerra de Salles  
Suplente: Ana Lúcia Marques Nunes

## Sociedade Civil

### CRP-RO - Conselho Regional de Psicologia

Titular: Maria Regina Azevedo dos Santos  
Suplente: Yung Fong de Pontes

### CUT-RO - Central Única dos Trabalhadores do Estado de Rondônia

Titular: Itamar dos Santos Ferreira  
Suplente: Ana Íris Arrais Ferreira

### SINTECT - Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Rondônia

Titular: Celestino Junior Quintino  
Suplente: Manoel Almeida

### SINTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado de Rondônia

Titular: João Anselmo de Oliveira Cavalcante.  
Suplente: Evaniel Medeiros de Brito

### UNEGRO - União de Negros pela Igualdade Racial

Titular: Mariane Bergnis Motta  
Suplente: Jamily Vanessa Costa Brasil

## Sociedade Empresarial

### ABRAFIX - Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado

Titular: Ricardo Borges Leite  
1ª Suplente: Rafaela Schuindt de Oliveira

### Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda

Titular: Fabio Hecktheuer  
Suplente: Rose Viegas

## Roraima (RR) – Portaria 01/AL-RR, de 17 de setembro de 2009

## Poder Público

### ALE-RR - Assembléia Legislativa do Estado de Roraima

Titular: Adriana Cruz - coordenadora  
1º Suplente: Beatriz Vasconcelos Sant'Ana  
2º Suplente: Ricardo Gomes

### Conselho Estadual de Cultura

Titular: Anísio Fernandes Filho  
1ª Suplente: Elena Campo Fioretti  
2ª Suplente: Mônica Regina Marques Padilha

### CRP-RR - Conselho Regional de Psicologia

Titular: Maria do Perpetuo Socorro Mendes de Souza Cruz  
1ª Suplente: Denise Figueiredo  
2ª Suplente: Tatiana Saldanha

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social do Governo de Roraima

Titular: Hanna Gonçalves  
1ª Suplente: Olívia Maiara Celestino  
2ª Suplente: Giselle Hansen Monques

### UFRR - Universidade Federal de Roraima

Titular: Prof. Edileuson Almeida  
1º Suplente: Prof. José Aparecido  
2ª Suplente: Profa. Sandra Gomes

## Sociedade Civil

### Associação Brasileira de Documentaristas - Seccional Roraima

Titular: Antonio Evaldo Soares  
1º Suplente: Orib Ziedson  
2º Suplente: Éder Rodrigues

### CUT-RR - Central Única dos Trabalhadores

Titular: Francisco de Assis da Silva Cavalcante  
1ª Suplente: Sylvania Severiano de Carvalho  
2ª Suplente: Rosa Maria Rodrigues Barosso

### Fórum de Cultura

Titular: Antonia Flávia Bezerra  
1º Suplente: Luiz Valério  
2º Suplente: Thiago Briglia

### Mídias Digitais

Titular: Jornalista Avery Veríssimo  
1º Suplente: Wirismar Ramos  
2º Suplente: Edgar Borges

### Rede Ponto de Cultura

Titular: Raimundo Nonato Chacon  
1ª Suplente: Liege Maria Aquino  
2ª Suplente: Catarina de Fátima Ribeiro

### **Seção Sindical dos Docentes da UFRR**

Titular: Profa. Antonia Costa

1º Suplente: Paulo Rogério

2ª Suplente: Elenize Cristina Oliveira

### **SINJOPER - Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Roraima**

Titular: José Gilvan Costa

1º Suplente: Jailton Cordeiro

2º Suplente: Paulo Thadeu Franco das Neves

## **Sociedade Civil Empresarial**

### **Empresas de Meios Impressos**

Titular: Cyneida Correia - Grupo Folha

1º Suplente: Jorge Afonso Ramos

2º Suplente: Enirlei da Costa Pereira

### **Empresas de Radiodifusão**

Titular: Evilene Paixão

1º Suplente: Rita de Cassia Lira

2º Suplente: Lindonaldo Francisco dos Santos

## **Santa Catarina (SC)** – Resolução nº 5, de 06 de Outubro de 2009

### **Poder Público**

#### **ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

Titular: Pedro Baldissera

1º Suplente: Amauri Soares

#### **Prefeitura Municipal de Brusque**

Titular: Cedenir Simom

1º Suplente: Felipe Belotto Santos

#### **Prefeitura Municipal de São José**

Titular: Gelson Albuquerque

1ª Suplente: Renata Cardoso

#### **Secretária de Comunicação do Município de Joinville**

Titular: Iraci Seefeldt

1ª Suplente: Rosimeri Comandolli

#### **TV CULTURA SC**

Titular: Aderbal da Rosa Filho

1º Suplente: Áureo Mafra de Moraes

## **Sociedade Civil**

### **ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Cássio Giovani Turra

1º Suplente: Laércio Rodrigues

2º Suplente: Claudinei Souza

### **Alquímica**

Titular: Thiago Skarnio

1º Suplente: Fabrício Lima

2º Suplente: Tália Tumelero

### **CDS-SC - Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação**

Titular: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

1ª Suplente: Camila Munarini

2º Suplente: Antonio Silvio Smaniotto

### **CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Vera Fátima Gasparetto

1ª Suplente: Nadir Cardozo dos Santos

2º Suplente: Luciléia Pereira

### **SJSC - Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina**

Titular: Rubens Lunge

1º Suplente: Itamar Aguiar

2º Suplente: Valci Zucolotto

## **Sociedade Empresarial**

### **ACI - Associação Catarinense de Imprensa:**

Titular: José Guilherme Culleton

1º Suplente: Carlos Stegemann

### **TELEBRASIL Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Gonzalo Pereira

1ª Suplente: Maria Eduarda Freiburger Nunes

### **TV Barriga Verde**

Titular: Celso Cover

Suplente: Luiz Gustavo Freitas

## São Paulo (SP) – Ato da Assembléia Legislativa, de 02 de outubro de 2009

### Poder Público

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Edmir José Abi Chedid - DEM

Suplente: Deputado Said Mourad - PSC

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado José Zico Prado - PT

Suplente: Deputado Pedro Antonio Bigardi - PC do B

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Antonio Mentor - PT

Suplente: Deputado Raul Marcelo - PSOL

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Campos Machado - PTB

Suplente: Deputado Antonio Salim Curiati - PP

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Celso Giglio - PSDB

Suplente: Deputado Reinaldo Alguz - PV

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado João Carlos Caraméz - PSDB

Suplente: Deputado Luciano Batista - PSB

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Orlando Morando - PSDB

Suplente: Deputado Baleia Rossi - PMDB

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Roberto Moraes - PPS

Suplente: Deputado Otoniel Lima - PRB

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Comissão de Transportes e Comunicações

Titular: Deputado Rogério Nogueira - PDT

Suplente: Deputada Patrícia Lima - PR

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Titular: Carmen Valio

Suplente: Ricardo de Oliveira

#### **ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de SP**

Titular: Lincoln Pereira Xavier

Suplente: Anselmo Batista de Oliveira

#### **Prefeitura da Cidade de São Paulo**

Titular: Maurício Montané Comin

#### **SECOM - Secretaria de Comunicação do Estado de SP**

Titulares: Angela Cristina Leite Vieira

Regina dos Anjos Fazioli

Sandra Hirashiki

### Sociedade Civil

#### **ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**

Titular: Jerry Alexandre de Oliveira

Suplente: Altamiro Borges - Fórum de Mídia Livre

#### **Articulação Mulher & Mídia**

Titular: Terezinha Vicente Ferreira

Suplente: Rachel Moreno - Campanha pela Ética na TV

#### **Comissão Regional Pró-Conferência da Baixada Santista**

Titular: Mariana Felipe de Oliveira

Suplente: Fernando Luis dos Santos Zar - Comissão Pró-Conferência de Araçatuba

#### **Comissão Regional Pró-Conferência de Bauru**

Titular: Luiz Marcos Ferreira Junior

Suplente: Anselmo Pires da Silva Neto - Comissão Pró-Conferência de Guarulhos

#### **Comissão Regional Pró-Conferência de Campinas**

Titular: Márcia Regina Quintanilha

Suplente: Agildo Nogueira Junior - Comissão Regional Pró-Conferência de Campinas

### **Comissão Pró-Conferência de Osasco**

Titular: Cristiane Alves da Silva

Suplente: João José de Oliveira Negrão - Comissão Regional Pró-Conferência de Sorocaba

### **Comissão Regional Pró-Conferência do ABC**

Titular: Raquel Quintino

Suplente: Fernando Rodrigues Nunes - Comissão Regional Pró-Conferência do Vale do Paraíba

### **CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras**

Titular: Sandra Maria Mariano da Silva

Suplente: Rosangela Malachias - CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

### **CRP-SP - Conselho Regional de Psicologia 06**

Titular: Sueli Schiavo

Suplente: Mila Freitas Lourenço Sanches Molina - Associação Artigo 19 Brasil

### **CUT-SP - Central Única dos Trabalhadores**

Titular: Lílian Parise

Suplente: Rafael Gomes de Jesus - CUCA/UNE - Circuito Universitário de Cultura e Arte

### **ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social**

Titular: Caio Rubens Zinet

Suplente: Bruno de Tarcis Silva - UEE - União Estadual dos Estudantes de São Paulo

### **INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**

Titular: Beatriz Costa Barbosa -

Suplente: Mirta Maria Gonzaga Fernandes - Associação Cidadania e Saúde

### **LBL - Liga Brasileira de Lésbicas**

Titular: Maria de Lourdes Alves Rodrigues

Suplente: Cláudio Cezar Xavier - Associação da Parada LGBT

### **RADIALISTAS-SP - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo**

Titular: Marco Antonio Ribeiro

Suplente: Lilian Cristina Ribeiro Romão - Projeto Revista Viração

### **SJSP - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo**

Titular: José Augusto Camargo

Suplente: Pedro Estevam da Rocha Pomar - Coletivo Sindicato é Pra Lutar!

### **Sociedade Civil Empresarial**

#### **ABPITV - Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão**

Titular: Luiz Alberto Carregosa César

Suplente: Wagner Orlandi

#### **ADJORISP - Associação dos Jornais do Interior do Estado de São Paulo**

Titular: Carlos Alberto Buzano Balladas

Suplente: Paulo Alberti da Silva Filho

#### **APP - Associação dos Profissionais de Propaganda**

Titular: André Guilherme Marques Porto Alegre

Suplente: Luiz Antonio Fiorito Neto

#### **CARTA MAIOR - Publicações, Promoções e Produções Ltda.**

Titular: Joaquim Ernesto Palhares

Suplente: Márcio Mello Casado

#### **CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania**

Titular: Sérgio Miletto

Suplente: Michel Haradon

#### **Editora CASA AMARELA**

Titular: Wagner Márcio Piazzentin Nabuco de Araújo

Suplente: Hamilton Otávio de Souza

#### **Editora MANIFESTO S/A**

Titular: José Carlos Ruy

Suplente: Armando Sartori

#### **Fórum MÍDIA LIVRE**

Titular: Renato Rovai Júnior

Suplente: Marco Antonio Piva

#### **TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações**

Titular: Marcos Augusto Mesquita Coelho

Suplente: Víctor Olszenski

## Sergipe (SE)

### Poder Público

#### Fundação Aperipê

Titular: Indira Amaral

#### SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação Social

Titular: Carlos Cauê

#### SECULT - Secretaria de Estado da Cultura

Titular: Heloisa Galdino

#### SEED - Secretaria da Educação

Titular: Ofélia Guimarães

#### UFS - Universidade Federal de Sergipe

Titular: Messiluce Hansen

### Sociedade Civil

#### CRP - Conselho Federal de Psicologia - Seção BA/SE

Titular: Edel Ferreira

#### CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Sergipe

Titular: Edval Góis

#### CUT-SE - Central Única dos Trabalhadores

Titular: Rubens Marques

#### ENECOS - Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação

Titular: Bárbara Nascoli

#### FESERCOM - Federação Sergipana de Rádios Comunitárias

Titular: Aluizio Andrade

#### INTERVOZES-SE - Coletivo Brasil de Comunicação

Titular: Ana Carolina Westrup

#### SINDJOR-SE - Sindicato dos Jornalistas do Estado de Sergipe

Titular: George Washington

#### Sindicato dos Radialistas de Sergipe

Titular: Nadja Melo

#### Universidade Tiradentes

Titular: Valéria Bonini

## Tocantins (TO) – Resolução nº 7 de 09 de outubro de 2009

### Poder Público

#### Secretaria de Comunicação de Gurupi

Titular: Paulo Albuquerque

1º Suplente: Francisco Gilson Rebouças Porto

2º Suplente: Rogério Franco

### Sociedade Civil

#### Casa da Mulher 8 de Março

Titular: Cynthia Mara Miranda

1º Suplente: Luz Arinda Malves

2º Suplente: Elcio Mendes

#### Centro Universitário UNIRG - Centro Acadêmico de Comunicação

Titular: Vinicius Reis de Barros

1º Suplente: Silvanio Mota

2º Suplente: Flavia Valeria Quirino

#### CUFA - Central Única de Favelas do Tocantins

Titular: Gleidy Braga Ribeiro

1º Suplente: Fernando Gomes

2º Suplente: Saulo Pires de Souza

#### Fórum de Articulação de Mulheres Tocantinenses

Titular: Bernadete Aparecida Ferreira

1º Suplente: Edimar Rodrigues

2º Suplente: Maria Vanir

### Marcha Mundial das Mulheres

Titular: Aline Gonçalves Sêne

1º Suplente: Erick Henrique

2º Suplente: Willian Guilherme Fernandes

### Roda de Fiar - Organização Popular de Comunicação, Cultura e Educação

Titular: Cláudia Borges dos Santos

1ª Suplente: Conceição Silva

2ª Suplente: Daniele Matos Braga

### Sociedade Empresarial

#### ACEL - Associação Nacional das Operadoras de Celulares

Titular: Marcelus Nahime Astolpho

#### LUPA Comunicação - Jornal Mulheres

Titular: Ana Maria Bittencourt Viana

1º Suplente: Ito Silveiro Ribeiro Guedes

2º Suplente: Wesley Silas Barbosa da Cruz

# Propostas Aprovadas por Consenso

## GT 1

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Garantia de Distribuição

#### PL 450

**Proposta:** Integrar as rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais dos municípios com a criação de centrais públicas de comunicação – ou pontos de mídia, que funcionem como espaços para a produção cidadã e que estejam ligadas a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção. Para que se garanta a independência dessa produção em relação ao governo municipal, essas centrais devem ser geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da Sociedade Civil local.

Origem: RS.

#### PL 455

**Proposta:** Acervamento e distribuição de conteúdos gerados por financiamentos públicos (ex. TVs e rádios públicas, vídeo e voz na Internet etc.) por meio de uma rede de instituições que mantenha a herança cultural do audiovisual digital brasileiro (ex. Cinemateca, CTA v – Minc; IBICT – MCT, Fiocruz – MS etc.).

Origem: BA.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Produção Independente

#### PL 460

**Proposta:** Ampliar o volume de recursos públicos destinados à produção independente por meio de leis de incentivos e regionalização de editais.

Origem: AP.

#### PL 463

**Proposta:** Viabilizar permanentemente editais públicos destinados especificamente ao financiamento da produção independente (organizações sociais e MPEs – micro, pequenas e médias empresas sem participação acionária ou societária de acionistas ou sócios de emissoras e transmissoras de conteúdo audiovisual, popular e comunitária que tenham como foco a cultura da infância e da juventude), que valorizem a diversidade (regional, étnico-racial, religiosa, cultural, de geração, orientação sexual e inclusão de pessoas com deficiência), que respeitem os direitos humanos, que não incentivem

o consumismo e que envolvam a participação de crianças, adolescentes e jovens no processo de elaboração de conteúdos.

Origem: BA.

#### PL 467

**Proposta:** Criar um fundo público de investimento para financiar com exclusividade produções em áudio e vídeo independentes, com conteúdos educacionais e culturais da Sociedade Civil.

Origem: CE.

#### PL 488

**Proposta:** Cabe ao Estado gerar incentivos fiscais à produção independente que vise a resgatar traços genuínos das culturas regionais e das memórias coletivas.

Origem: RS.

#### PL 493

**Proposta:** Valorização dos pequenos jornais e de projetos de pequenos empreendedores em comunicação.

Origem: SC.

#### PL 500

**Proposta:** Inserir na lei nacional de incentivo à produção cultural artigo que preveja apoio à produção independente de materiais jornalísticos em TV e rádio, desde que tenham conteúdos estritamente educativos.

Origem: TO.

#### PL 510

**Proposta:** Aprovar legislação que determine cotas percentuais mínimas, nas emissoras de televisão de sinais aberto e fechado, para a veiculação de animação produzida nacionalmente, garantindo participação majoritária de produções independentes – ou seja, sem relação direta ou indireta com empresas que já produzem ou distribuem conteúdo – e formas de financiamento compatíveis com o fortalecimento do setor.

Origem: PR; TO.

#### PL 513

**Proposta:** Criar um Núcleo de Comunicação Panamazônico para incentivar e fortalecer o intercâmbio da produção audiovisual, inclusive com os países do MERCOSUL, objetivando maior integração

da América Latina.

Origem: RO.

#### PL 520

**Proposta:** Apoiar a produção de conteúdos na perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Origem: RR.

#### PL 528

**Proposta:** Garantir nas redes públicas de comunicação espaços para a produção independente da juventude com diferentes conteúdos que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, de acessibilidade e religiosa, distribuídos em toda grade de programação.

Origem: BA.

#### PL 532

**Proposta:** Criar um programa de editais que contemple a aquisição de equipamentos para as TVs do campo público, assim como a redução de impostos de importação sobre equipamentos de audiovisual e áudio, não fabricados no Brasil, para fomentar a produção independente de produtos culturais que serão veiculados nas rádios e TVs privadas, públicas, estatais, bem como editais de capacitação de cursos e oficinas específicas nas áreas de audiovisuais e novas mídias.

Origem: AC.

#### PL 675

**Proposta:** Criação de programa de fomento à produção independente, com garantias de veiculação.

Origem: RN.

#### PL 722

**Proposta:** Ampliar espaço nas TVs públicas para veiculação de programas independentes, em horário acessível aos telespectadores em geral, produzidos por estudantes de Comunicação de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Origem: PI; RN.

#### PL 746

**Proposta:** Criação de mecanismos para a viabilidade comercial (para a criação de conteúdo) dos sites e da imprensa alternativa.

Origem: MG.

---

**Eixo Temático: Produção de Conteúdo**  
**Tema: Produção Regional**

**PL 536**

**Proposta:** Regionalização da produção e implantação de um programa de valorização da mídia impressa, em suas várias dimensões.

Origem: SC.

---

**PL 540**

**Proposta:** Garantia, por parte do Estado, de incentivos para produção independente, viabilizando o conteúdo regional e observando os critérios de representabilidade dos segmentos sociais para a disponibilização dos recursos.

Origem: MG.

---

**PL 544**

**Proposta:** Fomentar e desburocratizar os editais municipais, estaduais e nacionais que apoiem e financiem a produção de conteúdo e criar programas específicos que discutam as realidades culturais locais e regionais, com a participação dos artistas, em seus mais diversos segmentos, dos meios de rádios, TV e Internet, bem como nos veículos de comunicação impressa.

Origem: PB.

---

**PL 551**

**Proposta:** Criação de canais Públicos Regionais com a infraestrutura necessária (estúdio, câmeras, ilha de edição, antenas, transmissores), priorizando conteúdos locais, sendo um espaço aberto para a cidadania, compartilhado por ONGs e Associações Cívicas legalizadas.

Origem: MG.

---

**PL 553**

**Proposta:** Distribuição de conteúdos audiovisuais regionais (realizados fora dos grandes centros de produção), com a criação de políticas públicas que estabeleçam critérios de estímulo à distribuição de produtos audiovisuais regionais, priorizando a difusão de conteúdos autorais, independentes, experimentais, comunitários, universitários, populares, sindicais, minoritários.

Origem: MT.

---

**PL 556**

**Proposta:** Fomentar o intercâmbio de redes regionais de comunicação privada, estatal e comunitária, como forma de difundir o conteúdo produzido nas regiões.

Origem: PA.

---

**PL 562**

**Proposta:** As mídias radiotelevisivas, jornais, revistas, cinema devem contemplar a produção e conteúdos locais e regionais.

Origem: ES; MG; MS; PA; PB; RN; RS; SC; SE; SP; AM; DF.

---

**PL 567**

**Proposta:** Criação imediata de um acervo no Ministério da Cultura a partir de inventário, digitalização e disponibilização de produções existentes, com a construção de modelos de grade de rede do campo público de televisão diferenciado do sistema comercial, que sejam flexíveis e que contemplem e valorizem, efetivamente, os conteúdos regionais e locais, tendo também o Cinema Brasileiro como parceiro estratégico.

Origem: GO; AP.

---

**PL 570**

**Proposta:** Estímulo à produção local, regional e independente, por meio da construção compartilhada com produtoras, TVs Públicas, Ministério da Cultura e Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Origem: RS; GO.

---

**PL 575**

**Proposta:** A produção regional deve atender a requisitos de qualidade, profissionalismo, ética e respeito à diversidade cultural regional e direitos humanos, sob pena de ser enquadrada em lei específica.

Origem: RR.

---

**PL 581**

**Proposta:** Promover a descentralização da produção de conteúdo dos estados, expandindo para além do eixo Rio/São Paulo.

Origem: RS.

---

### PL 585

**Proposta:** Que sejam fomentadas as produções nacionais e regionais de conteúdos, soluções e aplicações, assegurando pluralidade de informação e de opiniões.

Origem: DF.

---

### PL 723

**Proposta:** Ampliação e divulgação do programa estadual de incentivo a produtos jornalísticos que registrem e interpretem a cultura popular regional.

Origem: MG.

---

### PL 724

**Proposta:** Estimular a produção de conteúdo regional em todos os estados brasileiros, visando à descentralização da produção de conteúdo midiático, com conteúdo de produção independente, e à expansão da capacidade de difusão da TV pública.

Origem: SP.

---

#### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Garantia de Distribuição

### PL 587

**Proposta:** Criação de novos formatos de programação elaborados a partir das possibilidades interativas do público com a TV digital.

Origem: AP.

---

### PL 589

**Proposta:** Estimular a produção e a veiculação na televisão de filmes sobre ciência e tecnologia no Brasil e sua história.

Origem: BA.

---

### PL 592

**Proposta:** Realização de estudo específico para a regulamentação da distribuição e do licenciamento de programas e produtos da TV pública, no novo contexto tecnológico.

Origem: DF.

---

### PL 597

**Proposta:** Inserir nas bibliotecas públicas mais jornais e revistas de conteúdos diversificados e alternativos de vários Estados.

Origem: PB.

---

### PL 600

**Proposta:** Garantir espaços de exibição de conteúdo audiovisual regional e nacional nas escolas de ensino fundamental e médio.

Origem: RR.

---

### PL 602

**Proposta:** Criação de mecanismos de acesso público aos conteúdos produzidos pelos veículos de comunicação, que fazem parte da memória histórica, cultural e social da humanidade.

Origem: RS.

---

### PL 608

**Proposta:** Estimular a utilização das TVs Câmaras para veiculação de produtos regionais, garantindo a representatividade da comunidade em que ela esteja inserida, e que esta seja feita pelos produtores independentes.

Origem: SP.

---

### PL 611

**Proposta:** A Empresa Brasileira de Correios deve implementar política específica de distribuição de publicações impressas de caráter comunitário, regional e de pequeno porte, transformando-se em alternativa às grandes distribuidoras comerciais.

Origem: SP.

---

### PL 612

**Proposta:** Criar os circuitos nacionais e regionais para exibição de filmes, contos e poesias, com o objetivo de diversificar a programação da mídia.

Origem: SP.

---

### PL 615

**Proposta:** Estimular as emissoras de rádio a dar visibilidade a produções educativas.

Origem: SP.

---

### PL 618

**Proposta:** Ampliar a circulação dos produtos culturais, em especial de produção independente, garantindo a consolidação de espaços de liberdade de expressão.

Origem: DF; SP; PR.

---

### PL 621

**Proposta:** O governo federal deve criar cinemas e cineclubes populares comunitários com preços populares em todos os municípios do Brasil, como forma de universalizar o acesso ao cinema produzido nacional e internacionalmente e formar plateia.

Origem: RR.

---

### PL 623

**Proposta:** Simplificar a contratação de conteúdos regionais e independentes pela EBC e outras empresas públicas gestoras de canais de rádio e TV.

Origem: MG.

---

## GT 2

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Incentivos

### PL 220

**Proposta:** Implementação por parte dos estados e do Governo Federal (Ministério das Comunicações) de uma política de apoio a programas e projetos de formação, produção, difusão e distribuição em comunicação e direitos humanos desenvolvidos por organizações não governamentais e movimentos sociais de direitos humanos.

Origem: CE.

---

### PL 247

**Proposta:** Implementação de um edital anual, pelo Ministério das Comunicações (em parceria com outros ministérios, secretarias e coordenadorias), de premiação a iniciativas no campo da comunicação e dos direitos humanos.

Origem: CE.

---

### PL 252

**Proposta:** Criação de um centro de documentação de memória do movimento estudantil.

Origem: DF.

---

### PL 258

**Proposta:** Garantir a criação de políticas públicas que disponibilizem verbas para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de campanhas educativas para a produção de vídeos e publicações, observando-se os requisitos de acessibilidade às comunicações, sobre os direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/AIDS e doenças infectocontagiosas.

Origem: DF.

---

### PL 261

**Proposta:** Utilizar a comunicação para promover a inclusão, democratizar informações sobre os direitos e as especificidades de jovens com deficiência, desmistificando estigmas, garantindo o direito de expressão e maior participação de jovens com deficiência na mídia visando ao combate à discriminação.

Origem: DF.

---

### PL 266

**Proposta:** Consolidar a capacitação tecnológica do país para a implementação, o desenvolvimento e as inovações de técnicas digitais para os sistemas de comunicação de massa, em particular a TV digital aberta e o rádio digital.

Origem: DF.

---

### PL 272

**Proposta:** Incentivo à produção cultural nas escolas em todos os ciclos.

Origem: MG.

---

### PL 273

**Proposta:** Fortalecimento dos meios de produção público-estatal.

Origem: MG.

---

### PL 291

**Proposta:** Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias nacionais de comunicação.

Origem: MG.

#### PL 295

**Proposta:** Arquivamento e distribuição de conteúdos gerados por financiamentos públicos (ex. TVs e rádios públicas, vídeo e voz na Internet etc.) por meio de uma rede de instituições que mantenha a herança cultural do audiovisual digital brasileiro.

Origem: MG.

#### PL 298

**Proposta:** Estudar a criação de fundos e editais para uma política pública de comunicação de estímulo à produção e circulação de projetos de comunicação independentes, livres, alternativos ou comunitários, em qualquer mídia ou suporte, de interesse público e finalidade social e cultural.

Origem: MT.

#### PL 302

**Proposta:** Campanhas nacionais de comunicação devem definir uma sistemática mais organizada que privilegie os diversos temas, a exemplo do que já ocorre de forma mais regular com o SUS – Sistema Único de Saúde.

Origem: PA.

#### PL 304

**Proposta:** Criar projetos de incentivo aos artistas locais e às comunidades em geral para produzir eventos que deem visibilidade a todas as formas de manifestações artísticas e culturais, garantindo – via edital – que parte do incentivo seja para ampla divulgação e cobertura nos meios de comunicação privados. Estimular os veículos públicos e estatais a garantir a divulgação dos projetos e a cobertura desses eventos.

Origem: PB.

#### PL 312

**Proposta:** Incentivar nas escolas a produção de jornais educativos de textos e desenhos elaborados pelas crianças.

Origem: PB.

#### PL 315

**Proposta:** Promover o funcionamento de programas educativos voltados para alunos dos ensinos funda-

mental e médio, em horários compatíveis com o público-alvo.

Origem: PI.

#### PL 318

**Proposta:** Políticas de formação para o midiavivismo e o midiavivista em espaços formais e informais de educação, com a participação e o apoio dos Setores de Extensão das universidades públicas.

Origem: RJ.

#### PL 322

**Proposta:** Incentivar a indústria do cinema com financiamento para produção de cinema comunitário.

Origem: RJ.

#### PL 327

**Proposta:** Incentivar a implementação dos pontos de mídia livre e independente, por meio da criação de centrais públicas de produção e formação em comunicação, com disponibilização de equipamentos para interessados em construir seus próprios produtos e criação de editais regulares para incentivar o financiamento de iniciativas de Comunicação comunitária e independente, com a possibilidade de participação de pessoas físicas e coletivos informais.

Origem: SP.

#### PL 331

**Proposta:** Incentivar a produção das rádios e TVs comunitárias, devidamente regulares, da mídia impressa, dos pontos de mídia livre e dos pontos de cultura por parte de estudantes e a comunidade em geral.

Origem: SP.

#### PL 339

**Proposta:** Criar canais para imagens de câmeras digitais e celulares, gerando nova janela de difusão de conteúdo e fomento de produções do gênero.

Origem: SP.

#### PL 369

**Proposta:** Todas as instituições financiadas com verba pública devem ser responsáveis pela criação e pela manutenção dos pontos de cultura e telecentros nas periferias da região em que atuam, com

vistas a consolidar o conceito de comunicação como direito fundamental.  
Origem: SP.

### PL 373

**Proposta:** Editais de fomento à Sociedade Civil e à comunidade científica, e apoio às universidades públicas para o desenvolvimento de tecnologia e fabricação de equipamentos eletroeletrônicos e acessórios referentes à construção de linguagem audiovisual.

Origem: SP.

### PL 377

**Proposta:** Incentivo público para produção nacional e regional de programação infantil de TV e Rádio.

Origem: TO.

### PL 381

**Proposta:** Fomentar a produção de programas de incentivo a projetos acadêmicos e sociais.

Origem: TO.

### PL 384

**Proposta:** Incentivo à produção de programas locais que respeitem as características regionais.

Origem: PB; BA; PA; MG; SP; TO; AC.

### PL 388

**Proposta:** Implementação de políticas de estímulo à produção audiovisual universitária.

Origem: DF; RJ.

### PL 390

**Proposta:** Formular diretrizes para os desenvolvimentos industriais e tecnológicos que repercutam na formação de recursos humanos para a produção de cinema, televisão comunitária, rádio, radiodifusão comunitária, vídeo e multimídia. Além disso, implantar um programa de valorização da mídia impressa em suas várias dimensões.

Origem: ES; MG.

### PL 391

**Proposta:** Fomento à criação e à disponibilização de redes e bases de dados geridas colaborativamente

para as redes de comunicação e cultura.  
Origem: MA.

### PL 393

**Proposta:** Criação do Instituto de Estudos e Pesquisa de Comunicação Pública, cuja finalidade será buscar a excelência no setor, fomentar a estruturação de grupos de trabalho permanente, com formato de laboratório e participação de todas as vertentes do campo público de televisão para a realização de pesquisa e desenvolvimento em inovação de linguagem, em conteúdos para convergência digital.

Origem: GO.

### PL 396

**Proposta:** Estabelecer programas de incentivo à participação de crianças e adolescentes nos processos de produção dos conteúdos midiáticos a eles direcionados, respeitados os termos da lei.

Origem: DF.

### PL 398

**Proposta:** Incentivo à leitura nas escolas sobre temas regionais, estaduais e nacionais, por meio do acesso a informações que contemplem as realidades sociais e culturais diversas, sem que isso signifique a aquisição de jornais, revistas e assinatura de TVs com verba pública.

Origem: SC.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Fiscalização

### PL 400

**Proposta:** Cumprimento do limite diário de 25% destinados à publicidade, de acordo com a lei vigente.

Origem: DF.

### PL 403

**Proposta:** Fazer aplicar punição prevista em lei e Acordos Internacionais para combater os abusos ocorridos em todos os formatos de mídia.

Origem: RS; SC; MT.

## GT 3

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo Tema: Financiamento

#### PL 138

**Proposta:** Criar e fortalecer fundos públicos e estatais em níveis federal, estadual e municipal para fomentar a produção pública, independente, comunitária e de conteúdo jornalístico profissional independente. Este fundo deve contemplar a regionalização do conteúdo, respeitando a pluralidade e a diversidade cultural do povo brasileiro.

Origem: AC.

#### PL 143

**Proposta:** Garantir recursos públicos para produção em formatos adequados à acessibilidade, incluindo veiculação de campanhas públicas em rádios e TVs comunitárias e comerciais.

Origem: AP.

#### PL 151

**Proposta:** Estimular financiamentos público, estatal e privado à produção e à divulgação de livre pesquisa acadêmica em comunicação.

Origem: PI.

#### PL 157

**Proposta:** Financiamento público para incentivo à produção de programas de conteúdo sindical voltados às questões dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Origem: RN.

#### PL 161

**Proposta:** Criação de fundos de fomento à pesquisa e à difusão de linguagens que atendam às diversidades culturais e populacionais brasileiras.

Origem: SP.

#### PL 176

**Proposta:** Implantação de uma política de fomento à produção popular, que apoie e financie iniciativas de realização de conteúdos escritos e audiovisuais por segmentos historicamente marginalizados na sociedade brasileira.

Origem: SC; SP; DF.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo Tema: Tributação

#### PL 183

**Proposta:** Mudança no estatuto das pequenas empresas, para que atenda à demanda de produtoras de audiovisual e que elas sejam beneficiadas pelo Simples.

Origem: BA.

#### PL 201

**Proposta:** Propõe-se a criação de novo marco regulatório para a questão do direito autoral que preveja, dentre outros, que o uso de obras autorais protegidas seja remunerado conforme a efetiva utilização das mesmas, vedando-se a cobrança referente ao ECAD, ABEM e ABER por meio do percentual sobre o faturamento das utilizadoras, e que preveja que as rádios comunitárias tenham isenção total das taxas pagas a estas entidades, favorecendo a regionalização da cultura nacional.

Origem: MT; DF; BA.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo Tema: Órgãos Reguladores

#### PL 271

**Proposta:** Apoio à instalação de film comissions em âmbitos nacional, estadual e municipal, nos modelos europeus e americanos.

Origem: RJ.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo Tema: Marco Legal e Regulatório

#### PL 301

**Proposta:** Regulamentação da atividade dos produtores independentes, criando um fundo para financiar a atividade dos atores, que estariam cadastrados em um sistema nacional, que visaria à prestação de contas e a facilitar a inserção da produção destes nos meios de comunicação.

Origem: DF.

### PL 324

**Proposta:** Gerar uma diretriz nacional, para que os filmes produzidos com recursos públicos sejam exibidos em projetos sociais e culturais, sem fins lucrativos, bem como unidades de ensino das redes pública e privada, não necessitando de pagamento de direitos autorais.

Origem: MA.

### PL 328

**Proposta:** Apoiar a aprovação do Plano Nacional de Cultura.

Origem: BA.

### PL 333

**Proposta:** Aplicação dos princípios e das diretrizes constantes na Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco.

Origem: MG.

### PL 363

**Proposta:** Garantir a regulamentação da profissão de jornalista, entendendo essa legislação como uma necessidade social e essencial para assegurar a produção de conteúdos jornalísticos de boa qualidade e como contribuição à democratização dos meios de comunicação.

Origem: MT; DF; SC; SP.

### PL 368

**Proposta:** Alteração da legislação de Direito Autoral para garantir a ampliação das possibilidades de uso das obras protegidas e, para fins de educação, pesquisa, de difusão cultural, preservação, interoperabilidade e portabilidade, uso privado de cópia integral sem finalidade comercial. Garantir a supervisão do Estado nas entidades de gestão coletiva para estímulo ao licenciamento alternativo e garantia à proteção dos conteúdos em domínio público de modo que esses conteúdos permaneçam livres.

Origem: SC; TO; PR; RJ.

### PL 370

**Proposta:** Formular políticas públicas e marco regulatório dos direitos autorais que permitam potencialização da produção, acesso e difusão da cultura e informação pelas tecnologias digitais.

Origem: PR; SP.

### GT 4

#### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Conteúdo Nacional

### PL 462

**Proposta:** Promover a descentralização da produção de conteúdo dos estados, valorizando a diversidade cultural, o sotaque, a realidade e as culturas populares das diversas regiões do país, preservando a identidade nacional.

Origem: AP.

### PL 505

**Proposta:** A União deverá lançar, com o auxílio do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, campanhas sistemáticas e permanentes, em todas as mídias, sobre temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos, contemplando a responsabilidade dos meios de comunicação como concessionários públicos.

Origem: DF.

### PL 509

**Proposta:** Maior inserção de programas de debate e diálogo nas grades de programação dos diferentes meios de comunicação, aumentando e estimulando a participação da sociedade e a construção de novas ideias.

Origem: DF.

### PL 516

**Proposta:** Garantir um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do mercado nacional de radiodifusão e TV por assinatura para a produção de conteúdo nacional.

Origem: DF.

### PL 518

**Proposta:** Criação e manutenção de equipamentos públicos para produção, armazenamento, documentação e distribuição de conteúdos audiovisuais, sonoros, impressos e dos conteúdos produzidos pelas redes de comunicação e cultura sem fins lucrativos de forma livre e disponibilizada em acervos livres, priorizando esta distribuição para povos tradicionais e comunidades com dificuldade de acesso a este recurso; geridos por meio de conselhos paritários, que envolvam o Poder Público, a Sociedade Civil e membros das comunidades beneficiadas.

Origem: MA.

---

#### PL 521

**Proposta:** Os prestadores de serviços de comunicações que transmitem conteúdos audiovisuais – incluindo o rádio, a TV aberta e a TV por assinatura – devem implementar as finalidades educativas, culturais, informativas e artísticas previstas na Constituição Federal, devendo reservar no mínimo 10% das horas veiculadas semanalmente a cada uma delas.

Origem: PR.

---

#### PL 530

**Proposta:** Adoção de parâmetros de qualidade da programação para as grades televisivas das empresas públicas, comerciais e estatais, abertas e pagas, como critério de aferição do cumprimento do artigo 221 da Constituição Federal nas renovações de concessão ou permissão de prestação de serviço.

Origem: RJ.

---

#### PL 534

**Proposta:** Abertura de editais – nos âmbitos municipal, estadual e nacional – que estimulem e valorizem conteúdos diversificados para os diferentes meios de comunicação.

Origem: RN.

---

#### PL 538

**Proposta:** Assegurar o fomento à própria produção de conteúdo, por meio de incentivos públicos, qualificação profissional, sensibilização de potenciais investidores privados e valorização por parte do público.

Origem: RN.

---

#### PL 541

**Proposta:** Estimular, pelas esferas municipal, estadual e federal, a digitalização e disponibilização, através da Internet, de arquivos de clássicos regionais e nacionais de importante histórico cultural.

Origem: RR.

---

#### PL 546

**Proposta:** Criar rádios e jornais públicos, com a programação definida por conselho popular, com controle de temas e artigos.

Origem: RS.

---

#### PL 549

**Proposta:** Que os órgãos públicos e autarquias divulguem a sua propaganda oficial nos meios de comunicação locais, municipais e regionais.

Origem: SP.

---

#### PL 565

**Proposta:** Estabelecer um mínimo de produção própria tanto para televisão quanto para emissoras de rádio, respeitando a realidade local.

Origem: SP.

---

#### PL 593

**Proposta:** Incentivo à digitalização e à disponibilização, através da Internet, de arquivos de clássicos brasileiros, nacionais e regionais, de importância histórica, por meio de programas pactuados por relação Federativa entre os entes da União.

Origem: MG.

---

#### PL 601

**Proposta:** Evitar o uso abusivo de termos estrangeiros na mídia, traduzindo-os para o português.

Origem: MG.

---

#### PL 605

**Proposta:** Incentivar os diversos setores da mídia a discutirem e promoverem imagens não estereotipadas e positivas de mulheres e também valorizarem a igualdade de gênero.

Origem: MG.

---

#### PL 609

**Proposta:** Criar núcleos de produção com a Sociedade Civil e estudantes de diversos cursos nos meios universitários de todos os campi.

Origem: DF.

---

#### PL 629

**Proposta:** Que a produção e veiculação de conteúdos, das emissoras de TV e rádio, contemplem e respeitem a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade: gênero, raça, etnia, cultura,

orientação sexual, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, crenças, classe social etc.

Origem: DF.

### PL 632

**Proposta:** Que seja garantida nas campanhas publicitárias institucionais a representação dos grupos étnico-raciais da sociedade brasileira.

Origem: DF.

### PL 636

**Proposta:** A formulação de política pública para estímulo à produção, visando a elevar o Brasil a produtor internacional de conteúdos diversificados da cultura brasileira.

Origem: DF; MT; PA; PR; SC.

### PL 644

**Proposta:** Defender e estimular a produção de conteúdos destinados ao público infanto-juvenil por meio de políticas públicas de fomento para a produção de conteúdos com recursos de fundos públicos e privados, por uma perspectiva de diversidades cultural, regional, de igualdade, de gênero, raça, etnia, orientação sexual, pessoa com deficiência.

Origem: PA; PI; SP.

### PL 648

**Proposta:** Incentivar a criação de mecanismos de estímulo à produção de conteúdos de promoção à saúde e ao bem-estar da população, a exemplo do que ocorre com a educação e o meio ambiente.

Origem: BA; RR.

### PL 652

**Proposta:** Implementar políticas públicas que estimulem a produção e viabilizem a veiculação em todos os meios de comunicação, por meio de aulas, programas e campanhas voltadas para a construção da cidadania e o combate ao analfabetismo, ao racismo, à homofobia, à intolerância religiosa e a todas as formas de discriminação.

Origem: BA; ES; PA; PB; RS.

### PL 663

**Proposta:** Estimular a produção e veiculação de conteúdos produzidos por mulheres, por meio de seleções públicas de projetos, visando à desconstrução de mitos e estereótipos de gênero e raça/etnia.

Origem: BA; PA; SP.

### PL 666

**Proposta:** Demandar ao Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que realize uma campanha permanente pelo fim das representações e produções imagéticas de programas e conteúdos, na mídia, que degradem, violentem e estereotipem as mulheres.

Origem: DF.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Propriedade das entidades produtoras de conteúdo

### PL 678

**Proposta:** Criação de um banco nacional de conteúdos que disponibilize programas para emissoras públicas, que possa ajudar as grades de programação locais, atendendo as especificidades regionais.

Origem: AC.

### PL 685

**Proposta:** Viabilizar uma produção audiovisual nacional de qualidade, desde que as plataformas pagas de distribuição destes conteúdos sejam organizadas de modo a garantir a distribuição de conteúdos brasileiros, de origens diversificadas, com a proibição do controle por determinado grupo econômico de mais que 20% da grade de programação e distribuição das seguintes plataformas: TV a cabo, DTH, MMDS, televisão pelo celular, IPTV.

Origem: PR.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Propriedade intelectual

### PL 688

**Proposta:** Apoio à indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação para desenvolvimento de soluções inovadoras nas diversas etapas de projetos que envolvam produção, digitalização, indexação, catalogação, disseminação, difusão e uso de conteúdos digitais relevantes para a cultura brasileira, em softwares preferencialmente livres.

Origem: AC.

---

#### PL 691

**Proposta:** Promover nesse marco regulatório o princípio de que os conteúdos produzidos pelo governo e pelo setor público são – ressalvadas restrições legais – livres, públicos e de domínio de toda a população, e que a disseminação da informação deve ser considerada prioridade de governo.

Origem: AC.

---

#### PL 696

**Proposta:** Ampliar a discussão sobre Direitos Autorais.

Origem: DF.

---

#### PL 698

**Proposta:** Redução do tempo de usufruto dos direitos autorais.

Origem: DF.

---

#### PL 707

**Proposta:** Que documentos e obras públicas sejam disponibilizados em padrões abertos e registrados com licenças livres e no idioma português, com garantia de acessibilidade.

Origem: SP; MA.

---

#### PL 708

**Proposta:** Implantar e fomentar políticas públicas para o desenvolvimento de plataformas em software livre, estabelecidas com relação Federativa pactuada entre os entes da União e com a participação da Câmara Setorial da Sociedade Civil.

Origem: SC; SP.

---

#### GT 5

**Eixo Temático: Meios de Distribuição**

**Tema: Rádio**

#### PL 308

**Proposta:** Criação de sistema estratégico de rádios nas fronteiras, observando a complementaridade prevista na

constituição da participação dos sistemas privado, público e estatal, visando à integração informativo-cultural das populações fronteiriças, fortalecendo a soberania nacional, a língua e a cultura brasileiras.

Origem: DF.

---

**Eixo Temático: Meios de Distribuição**

**Tema: Rádios e TVs comunitárias**

#### PL 799

**Proposta:** Mudança da legislação no que se refere a rádios e TVs comunitárias, revisando para que atenda às demandas da sociedade e ao direito da comunicação.

Origem: PA.

---

#### PL 802

**Proposta:** Garantia de suporte técnico, por parte do Ministério das Comunicações, para as comunidades que queiram instalar uma rádio comunitária.

Origem: RN; PA; RO; RS; MT.

---

#### PL 803

**Proposta:** Participação das TVs Comunitárias, em atividade, no novo Canal da Cidadania, reservado para a União pelo Decreto 5820.

Origem: DF; AP; BA; GO.

---

#### PL 807

**Proposta:** Promover intercâmbios com rádios, TVs e clubes comunitários internacionais.

Origem: SP; AM; DF; GO; MG; MT; MS; PA; RO; SC; SE; RS.

---

#### PL 810

**Proposta:** Realização de pesquisa para identificar as rádios comunitárias no país para conhecimento da radiodifusão sonora (total do Brasil) e sua ampla divulgação.

Origem: SP.

---

#### PL 812

**Proposta:** Aplicação imediata da legislação – artigo 20, Lei 9612/98 – que garante verbas para a capaci-

tação das emissoras do Serviço Nacional de Radiodifusão Comunitária.

Origem: RS.

#### PL 817

**Proposta:** Definição do modelo de transmissão digital que utilize tecnologia nacional nas Rádios Comunitárias.

Origem: CE.

#### GT 6

##### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Internet

#### PL 454

**Proposta:** Incentivo à criação de portais nacionais da produção cultural brasileira, inclusive com download de conteúdo com licenças criativas e softwares livres. Multiplicar as políticas e os programas de financiamento público à produção cultural e favorecer a livre circulação das obras e dos produtos financiados por recursos públicos. Os portais devem prever recursos de acessibilidade, inclusive com a tradução para a língua brasileira de sinais – Libras.

Origem: AC.

#### PL 466

**Proposta:** Incentivar programas de educação que permitam aos usuários da Internet participar ativamente não apenas do consumo, mas também da produção de conteúdos. Esses programas devem incluir noções sobre linguagens, técnicas, tecnologias de Comunicação e software livre, além de prevenção contra os riscos da Internet.

Origem: DF.

#### PL 470

**Proposta:** Manter o processo de governança da Internet no Brasil como modelo multissetorial e democrático, garantindo assim a participação da sociedade.

Origem: DF.

#### PL 476

**Proposta:** Qualificar e estimular o uso das lan houses, a partir do debate de políticas de estímulo que

ofereçam aos proprietários qualificação para prestar serviços de qualidade aos usuários, como política complementar de inclusão digital.

Origem: SP.

#### PL 480

**Proposta:** Promover a fiscalização efetiva do cumprimento integral dos padrões contratados quanto à velocidade e à disponibilidade do serviço de Internet fornecido ao usuário final.

Origem: TO.

#### PL 487

**Proposta:** Assegurar a neutralidade da Internet por meio de tratamento isonômico a todos os seus usuários.

Origem: DF.

#### PL 498

**Proposta:** Manter livre de restrições a circulação de informações pela Internet.

Origem: BA.

#### PL 502

**Proposta:** Impedir a aprovação de qualquer projeto de lei que trate a Internet e seus usuários sob o ponto de vista penal, antes da discussão e da aprovação de um código de direitos civis dos usuários de internet.

Origem: PR.

#### PL 511

**Proposta:** Aprovação de lei que defina os direitos civis nas redes digitais que inclua, mas não se limite a garantir a todos os cidadãos o direito ao acesso à Internet – sem distinção de renda, classe, credo, raça, cor, orientação sexual, discriminação física ou cultural; o direito à acessibilidade plena, independente das dificuldades físicas ou cognitivas que possam ter; o direito de abrir suas redes e compartilhar o sinal de internet, com ou sem fio; o direito à comunicação não vigiada.

Origem: PA.

#### PL 519

**Proposta:** Programa de subsídio às famílias de baixa renda para acesso à internet com a utilização do FUST.

Origem: GO.

---

#### PL 523

**Proposta:** Direito à privacidade na internet, com regulação eficaz do habeas-data.

Origem: DF.

---

#### PL 533

**Proposta:** Indicar a alteração legal para promover a inclusão digital no país, sem obrigatoriedade de um provedor para os clientes das operadoras de telecomunicações.

Origem: AC.

---

#### PL 537

**Proposta:** Preservar a dinâmica do ambiente legal e regulatório para Internet como espaço de colaboração. Isso deve ocorrer a partir da afirmação de direitos dos usuários, da delimitação da responsabilidade civil dos intermediários e prestadores de serviços e da definição de diretrizes comuns para regulação e definição de políticas públicas, no âmbito do governo.

Origem: MG.

---

#### PL 547

**Proposta:** Ampliação da adoção do software livre e de suas aplicações nas redes públicas e governamentais.

Origem: DF; MG; RS; PA; DF; PE; SC.

---

#### PL 550

**Proposta:** Utilizar recursos do FUST para investir na rede, ampliando o alcance da RNP e de outras redes alternativas de acesso à internet.

Origem: ES; PA; PE.

---

#### PL 554

**Proposta:** Utilização de redes de internet públicas federais, estaduais e municipais, como base de infraestrutura para disponibilização de servidores de internet públicos com conselhos de gestão paritários entre Poder Público e Sociedade Civil, de modo que tal infraestrutura seja gerida de forma colaborativa, visando à construção de redes de comunicação e cultura.

Origem: ES; PE; SC.

---

#### PL 560

**Proposta:** Que novas tecnologias, como a internet pela rede elétrica, venham a suprir a demanda de ampliação da rede no Brasil.

Origem: DF; GO; MS; SC.

---

#### PL 568

**Proposta:** Contra o AI-5 digital do senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG) e por direitos civis na internet, garantindo um ambiente legal e regulatório que respeite o caráter aberto da rede, o direito à privacidade e às liberdades.

Origem: DF; MG; PE; RS; ES; SC.

---

#### PL 572

**Proposta:** Garantir a internet de forma que o uso seja livre na rede com direito a partilha de conhecimento, bens culturais e garantia da liberdade de expressão.

Origem: DF; GO; MG; MS; PE; PI; RJ; SC; SE.

---

#### PL 574

**Proposta:** Construção de plataformas públicas que possibilitem a difusão e maior visibilidade de conteúdo para as mídias livres.

Origem: PE; MG.

---

#### PL 709

**Proposta:** Contemplar a região Amazônica no PNBL e estudar a viabilidade de instalação de pontos de acesso à internet em lugares públicos e estratégicos.

Origem: RR.

---

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Telecomunicações

#### PL 583

**Proposta:** Traçar políticas que valorizem a tecnologia nacional.

Origem: AM.

---

### PL 586

**Proposta:** Criar centrais de comunicação nos hospitais, um rádio amador em cada comunidade, um em cada ambulância, um em cada carro de equipe móvel da zona rural, um no barco que faz atendimento no rio, qualificando atendimento na saúde.

Origem: AM.

### PL 588

**Proposta:** Constituir uma empresa nacional de desenvolvimento e produção de equipamentos de telecomunicações de grande porte e competitiva.

Origem: DF.

### PL 590

**Proposta:** Criação de um banco de dados on-line de acesso livre a todos, contendo as principais notícias e reportagens veiculadas pelos meios de comunicação, controlado e fiscalizado pelos segmentos estatal, empresarial e popular, com direito a discutir e enviar reportagens que seriam acrescentadas ao banco de dados.

Origem: MG.

### PL 594

**Proposta:** Apoio tanto da Sociedade Civil quanto das representações políticas para solicitar o subsídio da telefonia fixa para quem ganha até 1 salário mínimo.

Origem: PA.

### PL 599

**Proposta:** Dar competitividade e autonomia tecnológica à indústria brasileira de comunicação, mídias digitais e redes, incluindo os setores de telecomunicações, de comunicação sem fio e de tecnologias de banda larga, entre outros, possibilitando ampliar sua participação nos mercados interno e externo, contribuindo para reduzir o correspondente déficit da balança comercial e os custos dos programas de inclusão digital.

Origem: DF.

### PL 610

**Proposta:** Criar um meio de comunicação que atenda o setor pesqueiro (radioamador, telefone via satélite), facilitando a comunicação e a segurança do pescador e de seus respectivos recursos pesqueiros.

Origem: DF.

### PL 617

**Proposta:** Defesa do desenvolvimento e adoção de tecnologia nacional para as tecnologias da informação e comunicação, obtendo o fortalecimento de um Sistema Nacional da criação e produção de tecnologias práticas, inclusive dando a elas a preferência em financiamentos públicos para sua adoção com recursos dos fundos setoriais envolvidos.

Origem: MG; DF; PI.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Banda Larga

### PL 619

**Proposta:** Priorizar a Amazônia Legal no Plano Nacional de Banda Larga.

Origem: AM.

### PL 624

**Proposta:** Ampliação ou implantação da Internet banda larga para pesquisa, nas bibliotecas públicas e espaços pertinentes ligados à educação e à cultura, de todos os municípios.

Origem: SP.

### PL 639

**Proposta:** Garantir debate amplo na sociedade sobre o uso de bandas licenciáveis.

Origem: TO.

### PL 643

**Proposta:** Ampliar a banda larga da internet no Brasil e criar políticas públicas que a tornem acessível.

Origem: MS.

### PL 672

**Proposta:** Garantir que o Governo Federal estabeleça uma Política Pública que amplie o acesso de banda larga à Internet da população rural e situada em locais remotos no Brasil, utilizando também satélites de comunicações, a ser incorporada ao Plano Nacional de Banda Larga.

Origem: AM; BA; CE; DF; ES; GO; MG; MT; PA; RJ; RO; RR; RS; SC; SE; SP; RN.

## PL 676

**Proposta:** Apoiar o programa governamental para o desenvolvimento de uma infraestrutura de rede de banda larga universal para acesso à Internet e canal de retorno de TV Digital.

Origem: DF; MG; RJ; SP; PA.

## PL 682

**Proposta:** Maior oferta de serviços de banda larga com incentivos na criação e/ou implantação de novas empresas e suas redes, aumentando a oferta e qualidade de serviço.

Origem: SE; RJ.

## PL 683

**Proposta:** Universalização da banda larga e inclusão digital.

Origem: DF; AM; CE; ES; MG; PR; SP; MS; RS; TO; SC.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Infraestrutura

## PL 687

**Proposta:** Determinar a instalação de postos de atendimento dos Correios para atender às realidades interioranas.

Origem: AM.

## PL 689

**Proposta:** Implementar “Pontos de Comunicação” que garantam o acesso da população aos diversos meios de comunicação (internet etc.) de qualidade que possibilitem a distribuição e a publicação de conteúdos comunitários e sociais.

Origem: MG.

## PL 697

**Proposta:** A infraestrutura da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa deve evoluir continuamente para prover soluções avançadas em educação, saúde, cultura e pesquisa colaborativa.

Origem: DF; MG.

## GT 7

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Televisão Aberta

## PL 58

**Proposta:** Criar mecanismos menos onerosos de verificação de audiência e circulação, sendo que o organismo de medição necessariamente deva representar os diversos segmentos da sociedade, devendo ter a participação da Sociedade Civil, emissoras de radiodifusão, jornais, revistas e internet, universidades, associações de classe e sendo fiscalizado pelo Poder Público.

Origem: DF.

## PL 60

**Proposta:** Criar mecanismos para garantir a interatividade plena na produção de conteúdos a serem veiculados pela TV digital.

Origem: SP.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: TV por assinatura

## PL 67

**Proposta:** Fim dos pacotes fechados das TVs por assinatura (que o assinante possa fazer o seu próprio pacote).

Origem: DF.

## PL 69

**Proposta:** O fim da regulamentação da televisão por assinatura por tecnologia, com uniformização de direitos e obrigações entre prestadores que ofereçam serviços similares, independentemente da tecnologia empregada. A eliminação das restrições contidas na Lei do Cabo e na Lei Geral de Telecomunicações que impedem a livre prestação do serviço de TV a cabo por parte das prestadoras de telecomunicações, possibilitando o oferecimento de pacotes de serviços por essas empresas, ampliando a competição neste mercado, incentivando o barateamento dos preços, novos investimentos e a modernização do setor. A manutenção de conquistas da Lei do Cabo, como a obrigatoriedade de carregamento de canais de acesso público. A ampliação de canais de distribuição de conteúdos nacionais e independentes nas grades das programações, possibilitando o crescimento do mercado brasileiro de produção de conteúdo audiovisual.

Origem: DF

## PL 72

**Proposta:** Viabilização de uma produção audiovisual de qualidade, desde que as plataformas pagas de distribuição desses conteúdos sejam organizadas de modo a garantir: a) a distribuição de conteúdos brasileiros, de origens diversificadas, com garantia de que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da grade não obrigatória (“must carry”) seja fornecida por produtores brasileiros de conteúdo; b) a distribuição de conteúdos brasileiros, de origens diversificadas, com a proibição do controle por determinado grupo econômico, de mais de 25% (vinte e cinco por cento) da grade de programação de toda e qualquer plataforma de distribuição (TV a Cabo, DTH, MMDS, televisão pelo celular etc.).

Origem: BA; DF; SP.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Cinema

## PL 73

**Proposta:** Democratizar o acesso ao cinema, permitir a diversidade cultural, a divulgação de produtos independentes, regionais, de curta e média metragem, desatrelado do circuito comercial.

Origem: PB.

## PL 75

**Proposta:** Manutenção do mecanismo da cota de tela para filmes brasileiros, a ser determinada de forma ponderada, com realização de audiências e consultas públicas. As salas de exibição que receberem qualquer incentivo público deverão cumprir percentual adicional à cota de tela estabelecida.

Origem: SP.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Publicidade

## PL 96

**Proposta:** A viabilidade econômica da radiodifusão deve ser garantida com ampla liberdade de publicidade comercial na medida em que existe competição de novas plataformas, que se mantém com outras formas de remuneração, diferentemente do que acontece na radiodifusão. No entanto, nenhuma emissora de radiodifusão poderá ter mais de 50% da verba publicitária pública e privada, incluindo-se eventuais propriedades cruzadas ou participações societárias, de modo a garantir a livre concorrência e a pluralidade das comunicações.

Origem: DF.

## PL 99

**Proposta:** Garantir a aplicação dos limites legais de tempo de publicidade na programação de emissoras de radiodifusão.

Origem: MG.

## PL 102

**Proposta:** Apoiar a aprovação da lei proibindo a veiculação de publicidade dirigida a menores de 12 anos – seja nos intervalos das programações ou por meio da introdução de merchandising de produtos ao longo dos conteúdos –, de forma a regulamentar princípios já presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor.

Origem: CE.

## PL 106

**Proposta:** Ampliação dos critérios para destinação de verbas de publicidade governamental nos níveis federal, estadual e municipal, de maneira a democratizar a aplicação do dinheiro público no setor, inclusive da comunicação livre, alternativa e comunitária, visando à segmentação, à pluralidade e à regionalização, gerando um marco regulatório oficial e legal.

Origem: DF; ES; MA; MG; PB; RR.

## PL 107

**Proposta:** Adoção do critério de mídia técnica na publicidade institucional e de utilidade pública nas três esferas de poder, com incentivo à regionalização e verificação de circulação e audiência.

Origem: MG.

## GT 8

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Sistema de outorgas

## PL 129

**Proposta:** Garantir o acesso público aos dados oficiais sobre as concessões de rádios e TV existentes em funcionamento atualmente e em processos de tramitação no Ministério das Comunicações. Disponibilização de dados sobre: nomes dos sócios e diretores; datas de concessões e renovação; projetos apresentados; histórico dos processos de concessões.

Origem: AC.

### PL 146

**Proposta:** Que as regras para concessão de TVs e Rádios tenham ampla divulgação sobre seus critérios, tendo caráter comunitário, público, educativo ou comercial.

Origem: MS.

---

### PL 156

**Proposta:** A apresentação por parte do concessionário e do Ministério, no ato de renovação, de comprovação do atendimento dos compromissos firmados no ato da concessão, da permissão ou da autorização.

Origem: SC.

---

### PL 160

**Proposta:** Conceder às faculdades, escolas técnicas e de ensino médio públicas o direito de pleitear concessões abertas ou fechadas de rádios e televisões educativas.

Origem: SP.

---

### PL 165

**Proposta:** Estabelecimento de penalidades e critérios para cassação das outorgas em caso de descumprimento dos critérios estabelecidos, em especial aqueles determinados pela legislação eleitoral.

Origem: SP.

---

### PL 169

**Proposta:** Considerar a vedação da outorga de radiodifusão para ocupantes de cargos públicos e o subsequente combate à burla da regra.

Origem: MG; DF; RN; RS; SC; SP; PA.

---

### PL 172

**Proposta:** Revisão e atualização dos atuais marcos legais para a outorga e a renovação de TVs e rádios, inclusive as comunitárias.

Origem: DF; AP; MA; SC; SP; RS; MG; MT; PR; RN; TO; PI.

---

### PL 173

**Proposta:** Garantir o respeito à disposição legal que estabelece número máximo de outorgas e o combate à burla da regra.

Origem: DF; MG.

---

### PL 190

**Proposta:** Garantir a laicidade na exploração dos serviços de radiodifusão.

Origem: SC; SE; RS; SP; AC.

---

### PL 191

**Proposta:** Que o processo de aperfeiçoamento, nos trâmites legais para a obtenção de concessões e suas renovações, deva observar a agilidade do Poder Público, na tramitação dos processos, com as devidas transparência e eficiência, conforme reza a atual Constituição Federal.

Origem: BA; CE; DF; MG; MT; PA; PR; RS; SC; SE; SP; TO; AM; GO.

---

### PL 194

**Proposta:** Aperfeiçoamento dos trâmites legais para obtenção das concessões e suas renovações.

Origem: AM; DF; RS; SC; SP; RN; RR.

---

### PL 198

**Proposta:** Diferenciar o processo de emissão de licenças de radiodifusão, baseando-se na cobertura prevista da rádio, de forma a tornar o processo mais ágil e menos burocrático para as rádios comunitárias. Além disso, liberar novas fatias de espectro para a radiodifusão em geral, pois o espectro atual, para tal fim, é limitado, desde que observado o processo digital.

Origem: PA.

---

### PL 208

**Proposta:** Agilidade e eficiência por parte do Ministério das Comunicações no processo de concessão e renovação de outorga.

Origem: RJ.

---

### PL 219

**Proposta:** Que deputados e senadores sejam impedidos de votar e deliberar nas concessões/outorgas e

renovações de Rádio e TV que estejam diretamente ligados a eles, assim como aos seus parentes de até terceiro grau.

Origem: PA.

#### PL 898

**Proposta:** Que as outorgas e as possíveis renovações sejam realizadas da mesma forma como ocorre em outros tipos de concessões públicas, formalizadas por meio de contratos publicizados.

Origem: MG.

#### PL 50

**Proposta:** Simplificar o procedimento de outorga das rádios comunitárias de forma a reduzir os prazos.

Origem: MG.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Fiscalização

#### PL 225

**Proposta:** Fiscalização maior sobre as empresas de telemarketing que invadem a privacidade e abusam da boa vontade dos cidadãos.

Origem: RS.

#### PL 233

**Proposta:** Realizar auditorias periódicas nas concessões, permissões e autorizações de rádio e TV em todo o Brasil.

Origem: PR.

#### PL 241

**Proposta:** Participação efetiva do Ministério Público e da Defensoria Pública, em âmbitos estaduais e federais, com a respectiva especialização de promotorias, procuradorias e defensorias, com o intuito de proteger os direitos dos usuários dos serviços de comunicação.

Origem: SC.

#### PL 248

**Proposta:** Implementar uma fiscalização mais efetiva dos poderes públicos em relação a todos os meios de comunicação.

Origem: PB.

#### PL 256

**Proposta:** Aperfeiçoar o sistema de fiscalização e fortalecer a estrutura administrativa responsável pela sua implementação, acelerando o processo de instalação das delegacias regionais do Ministério das Comunicações.

Origem: DF; MG.

#### PL 267

**Proposta:** Controlar o cumprimento das regras pertinentes às da radiodifusão comunitária, exigindo de quem tem outorga a observância deste compromisso.

Origem: SP.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo

#### PL 277

**Proposta:** Contribuir para a criação de uma política de reestruturação dos sistemas e mercados de comunicação, que contemple restrições à propriedade cruzada; à formação de cadeias de valor verticalizadas e de monopólios e oligopólios no setor; e que se oriente em prol da diversidade e da pluralidade.

Origem: DF; MG; RJ; SP.

#### PL 292

**Proposta:** A fim de garantir o respeito à pluralidade e a prevalência do interesse público, os serviços de radiodifusão não devem ser explorados por: a) entes em cujo quadro conste ocupante de cargos públicos eletivos (como Presidente da República, deputados, senadores, governadores, vereadores e prefeitos) ou seus parentes até o segundo grau; e b) entes com participação em instituições financeiras.

Origem: MG; PR; TO.

## PL 303

**Proposta:** Impedir a concentração da propriedade dos meios de comunicação e proibir a propriedade cruzada no Brasil. E, ainda, nenhuma emissora de radiodifusão poderá ter mais de 50% do total das verbas destinadas ao mercado publicitário público e/ou privado, aí se incluindo eventuais propriedades cruzadas ou participações cruzadas ou participações societárias, de modo a garantir a livre concorrência e a pluralidade das comunicações.

Origem: DF.

## GT 9

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Sistemas público, privado e estatal

## PL 31

**Proposta:** Fortalecer a TVE, principal instrumento de política pública estadual, destinando-lhe recursos orçamentários, a fim de que ela faça uma grade de programação de grande alcance popular.

Origem: BA.

## PL 35

**Proposta:** Que as concessões para a radiodifusão, a partir de 2010, sejam concedidas proporcionalmente, de acordo com o princípio constitucional da complementaridade entre sistemas privados, público e estatal.

Origem: MG.

## PL 37

**Proposta:** Instituir a figura do Operador Nacional de Rede Digital Pública a ser gerido pela EBC, cabendo a este operador propiciar as plataformas comuns de operação para todas as emissoras públicas de televisão.

Origem: MG.

## PL 40

**Proposta:** Que a FUNTELEPA implante gerador digital em todos os municípios polos e repetidoras nos demais municípios da região e forme uma rede de correspondentes, em parceria com entidades locais e respectivo orçamento.

Origem: PA.

## PL 41

**Proposta:** Lutar pela ampliação dos mecanismos de gestão da EBC e demais emissoras públicas, garantindo maior participação social nos conselhos e autonomia da sociedade na indicação de seus membros.

Origem: RS.

## PL 43

**Proposta:** Ampliação do projeto RITU – já disponível para a troca de conteúdos entre TVs universitárias para todas as TVs do campo público. É importante salientar que não há imposição de uso de programas na grade de cada TV, apenas a disponibilidade.

Origem: RS.

## PL 44

**Proposta:** Que a Conferência apresente alternativas de regulamentação que implementem os princípios que constam nos itens 4 e 5 do Caderno de Debates, vol.2, do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Segundo estes textos, as TVs públicas, independente da forma jurídica com que estejam configuradas, devem observar e garantir os seguintes princípios: a) não ter fins lucrativos; b) ter participação social em sua gestão; c) ter possibilidade de receber recursos públicos e privados; d) ter gestão e controle públicos de todos os recursos e atividades; e) buscar a livre cooperação entre as TVs públicas (integração / interatividade).

Origem: RS.

## PL 45

**Proposta:** Garantir condições técnicas necessárias para que os sinais analógicos e digitais das emissoras públicas atinjam todos os municípios.

Origem: AM.

## PL 46

**Proposta:** Distribuir as outorgas de radiodifusão em tecnologia digital de forma equitativa entre os sistemas público, privado e estatal, respeitando as consignações realizadas com base no Decreto 5.826/06.

Origem: MG.

## PL 48

**Proposta:** Garantir autonomia de gestão e financiamento para as emissoras públicas, instituindo conselhos

formados por setores eleitos da sociedade para orientar seu conteúdo e sua programação.

Origem: AP.

#### PL 51

**Proposta:** Buscar espaço para a exibição de conteúdo produzido por movimentos sociais nas TVs públicas e estatais, como a TV Brasil e a NBR.

Origem: RJ.

#### PL 55

**Proposta:** Financiamento público para a migração das rádios comunitárias para o sistema digital e criação de um sistema brasileiro de rádio digital.

Origem: RO.

#### PL 57

**Proposta:** Criar, no sistema público de comunicação, uma central de reprodução e distribuição da produção dos pontos de cultura, comunitários, livres, independentes, educativos e universitários.

Origem: ES.

#### PL 59

**Proposta:** Construção e implementação de um sistema público de comunicação e de políticas públicas que garantam a participação dos diferentes agentes da produção cultural brasileira, a interatividade e a universalidade do acesso aos meios de produção e disseminação.

Origem: SP.

#### PL 61

**Proposta:** Definição dos conceitos dos sistemas de comunicação privado, público e estatal, previstos no artigo 223 da Constituição Federal.

Origem: GO; DF; MG.

#### PL 62

**Proposta:** Definir um Plano Nacional de Universalização do Sinal das Emissoras Públicas e Estatais, tendo como prazo-limite dezembro de 2012. É importante ainda que haja a construção de infraestrutura de transmissão comum a todas as TVs do campo público, além de criar um operador de rede para as TVs do campo público.

Origem: PR; MG; SC.

#### PL 65

**Proposta:** Fortalecer ferramentas de controle público na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), como audiências públicas sistemáticas para prestação de contas à sociedade.

Origem: RS; SC; TO.

#### PL 97

**Proposta:** Considerar como mídias públicas e ações midiáticas públicas – e, portanto, objeto de promoção e proteção pelo sistema público de comunicação – as chamadas mídias sociais compartilhadas, ou seja, aquelas produzidas sem finalidade de lucro por sistemas colaborativos e recursos compartilhados entre mídias comunitárias e não comerciais de organizações sociais e movimentos sociais em torno de temas de interesse da Sociedade Civil.

Origem: AC; BA; MG; RJ; RS; SP.

#### PL 101

**Proposta:** Garantir a ECT como sistema público para a distribuição física (jornal impresso, catálogo, agenda, audiovisual etc.) de conteúdos produzidos pelas redes de comunicação e cultura. Será instituída política tarifária diferenciada para esses setores.

Origem: SC.

#### PL 103

**Proposta:** Regulamentação da Rede da Cidadania Digital prevista no decreto 5820/2006, assegurando a gestão destes canais pelas prefeituras e a participação das comunidades por meio de organismos colegiados e representativos.

Origem: DF.

#### PL 894

**Proposta:** Tornar obrigatória a criação de Conselhos Curadores, com realizações de audiências públicas periódicas, para todos os canais públicos, em todas as esferas da federação, que terão poder efetivo sobre as diretrizes de programação destes canais. Suas recomendações serão de acolhimento obrigatório pelos dirigentes.

Parágrafo 1º. Os Conselhos contarão com representantes dos poderes Executivo e Legislativo, nas respectivas esferas da federação e com representação majoritária e pluralista da Sociedade Civil, assegurados mecanismos de participação das instituições representativas na indicação dos conselheiros.

Origem: PR.

---

**Eixo Temático: Meios de Distribuição**  
**Tema: Tributação**

**PL 66**

**Proposta:** Leis de incentivo aos softwares livres e isenção de impostos aos pequenos grupos atuantes nas áreas de comunicação social.

Origem: DF.

---

**PL 68**

**Proposta:** Criar políticas para a redução dos impostos dos serviços de assinatura da Telecom para possibilitar a ampliação do serviço com a indispensável qualidade exigida.

Origem: MS.

---

**PL 71**

**Proposta:** Isenção da tributação municipal das rádios comunitárias.

Origem: PA.

---

**PL 74**

**Proposta:** Criação de Fundo Estadual destinado à sustentação das rádios, TVs e jornais comunitários, bem como abertura de financiamentos pelos Bancos Públicos.

Origem: PA.

---

**PL 76**

**Proposta:** Garantir a entrada das agências de propaganda e agências de comunicação no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), Lei 123/06, que reduz a carga tributária de acordo com o faturamento das empresas.

Origem: PI.

---

**Eixo Temático: Meios de Distribuição**  
**Tema: Financiamento**

**PL 78**

**Proposta:** Regular a utilização de recursos do FUST, destinando-os ao financiamento de programas de universalização e acesso às telecomunicações: tecnologias de voz, de dados e Internet, inclusive para as comunicações que utilizam tecnologia sem fio, tais como SMP e SCM.

Origem: BA.

---

**PL 80**

**Proposta:** Criar mecanismos de compra de insumos básicos – como o papel jornal – para os pequenos jornais, similares aos modelos disponíveis aos grandes.

Origem: DF.

---

**PL 82**

**Proposta:** Formular e implementar política pública de financiamento estatal para: a) rádios e TVs comunitárias; b) jornais populares de circulação em bairros; c) veículos que não visem a lucros; d) destinar verbas de publicidade oficial para todos os veículos de caráter eminentemente comunitário.

Origem: SP.

---

**PL 84**

**Proposta:** Criar linhas de crédito especiais para a população inscrita no CAD Único do Governo Federal, com vistas à aquisição de computadores e demais equipamentos para inclusão digital e midiática.

Origem: PB.

---

**PL 86**

**Proposta:** Criação de lei de incentivo aos meios de comunicação alternativos e inclusão no Programa Pró-mídia do BNDES, financiamento para a mídia alternativa.

Origem: SP.

---

**PL 87**

**Proposta:** Manutenção e ampliação do financiamento público para a comunicação livre.

Origem: MS; SP; RS; RJ; DF.

---

## PL 89

**Proposta:** Financiamento e estímulo do governo federal para criação, ampliação e manutenção de rádios e TVs universitárias e para que as emissoras tenham autonomia universitária no que tange o seu gerenciamento, sem prejuízo ao previsto na Lei 11.652/2008.

Origem: PA.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Competição

## PL 91

**Proposta:** Manutenção do monopólio da ECT – Empresa Brasileira de Correios – no que tange a distribuição de materiais, de correspondências e demais entregas, com a proteção dos serviços prestados à população e excelência no atendimento. Em consequência, a retirada do PL 3677/08, com a declaração de sua ilegalidade.

Origem: RS.

## PL 94

**Proposta:** Garantir o monopólio postal da União.

Origem: DF.

## GT 10

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Marco Legal e Regulatório

## PL 628

**Proposta:** Assegurar à Comunicação o status de política pública institucionalizada, por meio da elaboração de um Plano Nacional de Comunicação como política de longo prazo construída de forma democrática, com a participação efetiva da sociedade.

Origem: AC; MG.

## PL 630

**Proposta:** Incluir no capítulo dos direitos fundamentais da Constituição Federal o direito humano à comunicação, compreendido como uma concepção que contemple a liberdade de expressão e o direito à informação, mas que vá além ao afirmar o direito de todas as pessoas a ter acesso aos meios de produção e veiculação de informações, possuírem condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidas e de ter conhecimento necessário para estabelecerem uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.

Origem: ES; MG; PA; RS; SP.

## PL 635

**Proposta:** Inscrição do direito humano à Comunicação como um dos princípios do modelo institucional das comunicações brasileiras, bem como da Política Nacional do setor e de suas normas.

Origem: MG.

## PL 638

**Proposta:** Instituir marco legal para regular o direito de resposta e indenizações a julgados prejudicados por parte de profissionais e empresas de mídia.

Origem: MG.

## PL 640

**Proposta:** Promover as reformas necessárias dos marcos regulatórios e normativas para o setor de Comunicação, que deem conta da convergência e da natureza específica de cada segmento.

Origem: MG.

## PL 641

**Proposta:** Criação e disponibilização de redes e bases de dados para as redes de comunicação e cultura.

Origem: RJ.

## PL 645

**Proposta:** Criar uma lei de regulamentação dos veículos de mídia exterior, alternativa e ao ar livre como outdoors luminosos e mobiliários urbanos.

Origem: PI.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Normas e padrões

## PL 647

**Proposta:** Adoção de padrões abertos (ODF) como norma de troca de documentos digitais.

Origem: PR.

## PL 650

**Proposta:** Categorizar cada site por conteúdo, ou seja, extensões no endereço dos sítios eletrônicos tais como: .xxx. para sítios pornográficos ou .inf. para infantis. Além disso, cada sítio deve fornecer ao usuário a classificação etária referente ao conteúdo existente no site, de modo que os pais possam controlar de maneira mais eficaz o tipo de conteúdo acessado por seus filhos. No caso de blogs, deve constar no termo de adesão ou uso do serviço a classificação etária a partir da descrição do conteúdo do blog feito pelo usuário.

Origem: PI.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Administração do espectro

## PL 653

**Proposta:** Alocar faixas do espectro para o atendimento à zona rural.

Origem: DF; MG.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Órgãos reguladores

## PL 654

**Proposta:** Recomendar ao Governo Federal que reestruture o Ministério das Comunicações e dê maior transparência aos projetos, estratégias e ações da pasta, de maneira a garantir que atenda aos interesses da sociedade e não apenas dos grandes grupos de mídia.

Origem: ES.

## GT 11

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Democratização da comunicação

## PL 278

**Proposta:** Criar programas de formação para educadores trabalharem com diversas mídias com conteúdo transversal às disciplinas, envolvendo universidades, centros de pesquisa, organizações da Sociedade Civil e empresas de comunicação.

Origem: ES.

## PL 282

**Proposta:** Criação de um Plano Nacional de Comunicação que garanta a democratização da Comunicação no país, apoiando as alternativas de comunicação popular, universalizando a internet, estimulando a produção de conteúdo livre e independente, a leitura crítica da mídia etc.

Origem: RJ.

## PL 340

**Proposta:** Potencializar os meios alternativos, conscientizando a população de seus direitos e deveres.

Origem: RJ.

## PL 356

**Proposta:** Promover e estimular a criação de espaços públicos destinados ao ensino, à produção e à expressão das manifestações artísticas e culturais; e apoiar os espaços comunitários e alternativos, propiciando o acesso democrático a todas as modalidades de emanção da produção intelectual do povo brasileiro.

Origem: RR.

## PL 379

**Proposta:** Estabelecer uma política de fomento aos meios públicos e comunitários, com espaço para essas emissoras nos espectros analógico e digital, garantindo a eles instrumentos de gestão democrática e mecanismos que viabilizem sua sustentabilidade, com a construção de um fundo público para seu financiamento.

Origem: RJ; RO; BA; PA.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Participação Social na Comunicação

## PL 383

**Proposta:** Criação de espaços culturais para a produção e exibição audiovisual nas cidades de municípios periféricos no interior dos estados.

Origem: CE.

## PL 399

**Proposta:** Articular parceria com o Conselho Nacional da Juventude, de modo a pressionar o governo brasileiro para dar mais representatividade aos jovens em eventos voltados para a Comunicação.

Origem: SP.

---

#### PL 408

**Proposta:** Fomentar a discussão sobre uma Lei Geral da Comunicação, contemplando a ampla participação da Sociedade Civil.

Origem: PR.

---

#### PL 419

**Proposta:** Que o Estado brasileiro realize o aperfeiçoamento do Modelo Institucional de Comunicações para adaptar o atual marco legislativo e regulatório às novas necessidades da sociedade e do Estado brasileiro. Que se estabeleçam políticas e incentivos para o uso de soluções com TICs para a universalização dos serviços do Estado providos por todos os níveis de governo e de poderes da República, em todo, Brasil. Que se promova uma legislação que estimule a prestação de serviços integrados de comunicações, assegurando o papel regulador do Estado, por meio de uma agência estruturada para atuar em um ambiente convergente. Que sejam fixadas Diretrizes e Metas para a universalização, a qualidade e a transparência dos serviços de competência do Estado, que proporcionem o pleno acesso da população a esses serviços, em especial os de cunho educacional, de saúde, de previdência e de segurança, que promovam a inclusão social, rumando para um “Brasil Digital”, por intermédio das TICs.

Origem: DF.

---

#### PL 447

**Proposta:** Institucionalização das conferências nacionais de comunicação.

Origem: SC; RN; PI.

---

#### GT 12

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Soberania nacional**

#### PL 372

**Proposta:** Todo processo de discussão de assuntos internacionais de interesse do cidadão precisa ser democratizado, assim como o direito de comunicação deve ser efetivado e a regulamentação por parte do governo ao acesso à informação, garantida.

Origem: SP.

---

#### PL 386

**Proposta:** Apoiar a criação de um centro de estudos, pesquisas e sistematização de informações, dados e indicadores, vinculados à administração pública federal, para o setor de Comunicação.

Origem: SP.

---

#### PL 405

**Proposta:** Promover a integração das redes da América do Sul, por meio da articulação de rádios e TVs públicas e comunitárias do Brasil com rádios e TVs públicas e comunitárias nacionais e regionais das Américas e Caribe. Essa articulação poderá se dar por meio de intercâmbios e coproduções, bem como a realização de conferências regionais e latino-americanas e caribenhas de comunicação, envolvendo os setores público e social no debate conjunto sobre as comunicações das Américas.

Origem: RJ.

---

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Desenvolvimento Sustentável**

#### PL 410

**Proposta:** Que a cadeia produtiva de comunicação respeite a sustentabilidade ambiental.

Origem: SP.

---

#### PL 416

**Proposta:** Implantação das propostas voltadas para a área de comunicação, incluídas nos planejamentos da Agenda 21 e do Plano Diretor Municipal, onde existirem.

Origem: SP.

---

#### PL 428

**Proposta:** Fomentar a formação de salas de cinema totalmente digitais.

Origem: BA.

---

#### PL 435

**Proposta:** Utilização dos canais de telefonia móvel para emissão de mensagens e campanhas de prevenção e promoção de saúde.

Origem: RJ.

---

## Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

### Tema: Educação para a Mídia

#### PL 441

**Proposta:** Divulgar denúncias, estudos e consultas, contribuindo para a reflexão da mídia-educação.

Origem: RJ.

#### PL 456

**Proposta:** Criar a função de um mediador de comunicação nas escolas públicas e particulares para promover ações de Edu comunicação e leitura crítica em sala de aula, articulando as escolas com os veículos de comunicação do seu entorno, visando a uma maior integração entre escolas e comunidade, além da criação da disciplina de Edu comunicação nos cursos superiores de licenciatura para que o debate da comunicação possa se solidificar na sociedade.

Origem: BA.

#### PL 461

**Proposta:** Que a comunicação social priorize a educação em direitos humanos, centrando no aspecto da tolerância, da diversidade e da educação em direitos.

Origem: CE.

#### PL 474

**Proposta:** Criar centros de educação e formação permanentes para comunicadores comunitários e populares, e apoiar ações já existentes, por meio de parcerias público-privadas. Criação de cursos nas localidades regionais.

Origem: CE.

#### PL 477

**Proposta:** Fomentar linhas de pesquisa sobre comunicação, cultura e educação nas universidades.

Origem: CE.

#### PL 483

**Proposta:** Descentralizar as capacitações técnicas em comunicação realizadas pelo governo federal, para que sejam feitas também em parceria com entidades que já trabalham com comunicação (instituições da Sociedade Civil).

Origem: CE.

#### PL 486

**Proposta:** Reivindicar uma formação profissional que, além dos aspectos técnicos, valorize a formação humanística e a capacitação também para a atuação nos meios de comunicação públicos, universitários e comunitários.

Origem: DF.

#### PL 512

**Proposta:** Desenvolver estratégias de qualificação de comunicadores – em parceria com universidades, centros de pesquisa, organizações da Sociedade Civil e empresas de comunicação – com o objetivo de capacitar estes profissionais para a veiculação responsável e ética de imagens que respeitem a identidade de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiências e que combatam a violência de gênero, o racismo, a homofobia e a intolerância religiosa.

Origem: DF.

#### PL 529

**Proposta:** Garantir a inclusão de indicadores nos currículos dos cursos das áreas de Ciências Humanas e Sociais, principalmente nos de Comunicação Social, Pedagogia e Psicologia, para que contemplem aspectos relacionados à educação para mídia, proporcionando aos estudantes subsídios teóricos e práticos em sua formação.

Origem: ES.

#### PL 542

**Proposta:** Estimular programas educativos para crianças e adolescentes em todas as mídias que envolvam o público-alvo no seu desenvolvimento.

Origem: GO.

#### PL 552

**Proposta:** Incentivar a criação de grêmios, diretórios acadêmicos e núcleos de comunicação, adaptados para pessoas com deficiência nas instituições de ensino (níveis fundamental, médio e superior) como estratégia para facilitar a comunicação entre estudantes, professores, funcionários e essas entidades, bem como a produção de jornais, programas de TV e rádio, coordenado por estudantes e sob orientação de professores.

Origem: GO.

#### PL 558

**Proposta:** Estimular as instituições de ensino superior a oferecerem cursos de extensão em parceria com os comunicadores populares para as comunidades interessadas em produzir comuni-

cação, garantindo a veiculação do referido conteúdo nas mídias universitárias e comunitárias, onde houver.

Origem: MS.

### PL 566

**Proposta:** Gerar e garantir políticas públicas de comunicação nas escolas, visando promover uma cultura de Paz entre a comunidade escolar (professores, pais e alunos), estimulando a preservação do patrimônio, a defesa da criança e do adolescente, bem como promover o combate às drogas e à violência.

Origem: PA.

### PL 573

**Proposta:** Importância da adoção, pelos meios de comunicação, de linguagens e posturas que reforcem os valores da não violência e do respeito aos direitos humanos, em uma perspectiva emancipatória. Sensibilizar os proprietários de agências de publicidade para a produção voluntária de peças de propaganda que visem à realização de campanhas de difusão dos valores e princípios relacionados aos direitos humanos, propondo aos meios de comunicação a realização de programas de entrevistas e debates sobre os direitos humanos e a educação em direitos humanos, envolvendo entidades comunitárias e populares, levando em consideração as especificidades e as linguagens adequadas aos diferentes segmentos do público e de cada região do país.

Origem: PB.

### PL 582

**Proposta:** Fomentar pesquisas nas áreas de educação e direitos humanos, junto a professores e estudantes de comunicação por meio de órgãos públicos de pesquisa e sensibilizar os diretores de órgãos da mídia para a inclusão dos princípios fundamentais de direitos humanos em seus manuais de redação e orientações editoriais.

Origem: PB.

### PL 591

**Proposta:** Apoiar e financiar projetos de caráter educativo, de autoria de alunos, professores e organizações não governamentais, que visem à democratização da comunicação e do audiovisual no âmbito escolar, ampliando e consolidando as tecnologias em comunicação pública do Estado.

Origem: PE.

### PL 596

**Proposta:** Criar canais de comunicação de formas variadas, que venham contemplar as temáticas diversas sobre a área educacional, com projetos voltados para uma interação entre as universidades, setores das redes estaduais e municipais, governamentais e não governamentais, onde houver espaço para a exploração das diversas formas e disciplinas voltadas à concepção do conhecimento científico.

Origem: PE.

### PL 603

**Proposta:** Garantir às escolas e aos cineclubes o acesso livre e gratuito aos conteúdos produzidos por programas e projetos de mídia e audiovisual financiados por verbas públicas.

Origem: RJ.

### PL 607

**Proposta:** Implementar educação audiovisual e mídias digitais, inclusão de lógica de programação e desenvolvimento de softwares livres na educação básica e em cursos livres e cursos universitários.

Origem: RJ.

### PL 616

**Proposta:** Incluir a formação em Educação Comunicação dos educadores das escolas estaduais e municipais para ministrarem aulas de leitura crítica da mídia dentro do currículo transversal, com vistas a formar para autonomia da produção de conteúdo e gestão de veículos populares, e que seja estabelecido um plano de diretrizes e metas de seu cumprimento.

Origem: RJ.

### PL 620

**Proposta:** Criar cursos de capacitação para formar agentes multiplicadores em comunicação e mídia, para que grupos excluídos nas mídias convencionais tenham espaço para contar suas histórias e experiências.

Origem: SP.

### PL 622

**Proposta:** Reforçar e apoiar propostas já existentes de educação para a comunicação socioambiental.

Origem: SP.

### PL 625

**Proposta:** Incentivar as experiências não formais de educação para a mídia, promovendo iniciativas deste tipo direcionadas à sociedade em geral.

Origem: DF; ES; MG; PE; PR; RS; RJ.

---

### PL 633

**Proposta:** Incorporar a disciplina sobre as questões de gênero nos cursos de Comunicação Social.

Origem: RS; SC; DF; SP.

---

### PL 637

**Proposta:** Criar núcleo permanente de comunicação popular para informar e orientar os diferentes segmentos da sociedade e movimentos sociais sobre os direitos e deveres e possibilidades que têm na utilização das tecnologias e meios de comunicação e implantação de políticas públicas, para estimular a comunicação popular.

Origem: RJ; SP.

---

### PL 642

**Proposta:** Inserir nos parâmetros curriculares dos ensinos fundamentais e médios conteúdos específicos de educação para a mídia e estimulando a prática transversal do tema, ministrados por professores que apresentem formação compatível com o tema e que estimulem a apreensão crítica de formatos como o entretenimento, o jornalismo e a publicidade.

Origem: CE; ES; PR; RS; SC; SP; GO; MG; PE; RJ; PA; TO; RR.

---

### PL 649

**Proposta:** Garantir programa educativo nas escolas de Comunicação Social, incentivando a leitura a jovens e adolescentes.

Origem: SP; PA; SC.

---

### PL 651

**Proposta:** Criar políticas públicas de educação que contemplem os conteúdos da mídia, numa vertente de cidadania e direitos humanos. Uma dessas políticas é incluir a Edu comunicação na grade curricular escolar, utilizando a transversalidade do sistema escolar, e usando a escola como local de formação de cidadãos críticos em relação à Mídia e à Comunicação Social, em todos os seus meios e formas.

Origem: CE; GO; MG; MT; PA; SP.

---

### PL 655

**Proposta:** Reserva de verba pública pelo Ministério das Comunicações para criação dos pontos de mídia, à semelhança do que ocorre com os pontos de cultura.

Origem: SP.

---

### PL 656

**Proposta:** Formação e qualificação técnica e em gestão dos profissionais de Comunicação e Telecomunicação do campo público de televisão.

Origem: DF.

---

### PL 660

**Proposta:** Promover – junto com as instituições de ensino superior – cursos de extensão, de ensino e de pesquisa, em parceria com os fazedores de mídia, e estimular a criação de centros livres de formação em disciplinas específicas de mídia livre e Cultura Digital nas instituições de ensino superior, além de parcerias com os movimentos sociais e iniciativas de escolas livres.

Origem: RJ.

---

### PL 664

**Proposta:** Criação e manutenção de escolas livres de formação multimidiática com núcleos regionais e/ou estaduais, reunindo experiências metodológicas já desenvolvidas por instituições de reconhecimento público, com ênfase na formação continuada para o desenvolvimento de novas práticas nas relações de mercado na área do audiovisual, cultura digital, economia solidária e do comércio justo.

Origem: RJ.

---

### PL 669

**Proposta:** Investimento nas instituições de ensino superior que atuam no interior dos estados, possibilitando ensino, pesquisa e extensão de qualidade, com emparelhamento tecnológico que permita um aprendizado voltado para as novas mídias e mudanças tecnológicas.

Origem: RN.

---

### PL 671

**Proposta:** Incentivar e criar polos de comunicação, de distribuição e produção nas periferias e escolas, a fim do despertar crítico e da mediação das notícias locais.

Origem: SP.

---

### PL 674

**Proposta:** Apoio aos debates públicos plurais e democráticos, incentivando a promoção de encontros, fóruns, debates, congressos, reuniões, festivais, mostras, cursos de formação, redes de troca de conhecimento referentes à Comunicação.

Origem: SP.

### PL 677

**Proposta:** Melhoria e expansão do CNPq, apoio à pesquisa acadêmica na área da Comunicação. Incentivo a programas de iniciação científica júnior (ensino médio), iniciação científica, pesquisas de campo, teses de conclusão de curso, especializações, mestrados, doutorados, pós-doutorados.

Origem: SP.

### PL 681

**Proposta:** Promover a capacitação de profissionais para atuar em campanhas educativas, afirmando positivamente a imagem de negros, idosos, deficientes, mulheres, indígenas etc., combatendo as diferentes formas de discriminação perpetradas pela mídia.

Origem: DF.

### PL 684

**Proposta:** Envolver universidades no sentido de qualificar os comunicadores informais de rádios e TVs comunitárias.

Origem: RN; RJ; SP; RS.

### PL 693

**Proposta:** Divulgar e esclarecer a população sobre a legislação dos veículos comunitários (televisão e rádio).

Origem: SP.

### PL 695

**Proposta:** Criar um Fundo Nacional e estimular a criação de um Fundo Estadual de Comunicação que destine cota de recursos para a formação de comunicadores populares em favelas e periferias de cidades e em comunidades tradicionais, como quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e indígenas, de modo a garantir a autonomia comunicativa desses segmentos sociais.

Origem: RJ.

### PL 699

**Proposta:** Considerar a Democratização dos Meios de Comunicação como eixo transversal do currículo de Jornalismo, permeando todas as disciplinas existentes na grade curricular.

Origem: SP.

### PL 702

**Proposta:** Criar políticas públicas que visem à capacitação da sociedade, envolvendo os debates teóricos, político e técnico sobre a Comunicação, incluindo a leitura crítica da mídia e o debate estético, proporcionando orientações à sociedade para a compreensão e a fiscalização de questões atinentes às comunicações e seus reflexos na produção de subjetividades, com destaque para as decorrências sociais da propaganda e da publicidade.

Origem: DF.

### PL 704

**Proposta:** Nos Conselhos de Comunicação, investir na capacitação dos conselheiros e da Sociedade Civil acerca da real função e do interesse social dos veículos de comunicação, de forma a contribuir com a análise crítica dos conteúdos da mídia.

Origem: SC.

### PL 706

**Proposta:** Garantir a criação de centros de formação em Comunicação Social que funcionem com espaço transversal e comunitário e trabalhem a comunicação de forma política, pedagógica e emancipatória.

Origem: ES.

### PL 710

**Proposta:** Garantir que as bibliotecas públicas e da rede de ensino público tenham espaços reservados à discussão e à pesquisa, fazendo da biblioteca um centro de estudos sobre cultura, educação e comunicação, dentre outras áreas.

Origem: CE.

### PL 749

**Proposta:** Oferecer disciplinas com espaços para estudantes de Comunicação Social na produção em emissoras universitárias.

Origem: DF.

### PL 896

**Proposta:** Obrigatoriedade da disciplina Mídia e Igualdade Racial nos cursos de jornalismo e publicidade em todo o território nacional (conforme contribuição enviada ao MEC por Cojiras e Núcleos de Jornalistas Afrodescendentes no âmbito de revisão de diretrizes curriculares do curso de jornalismo).

Origem: BA.

---

#### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Acesso à cultura e à educação

### PL 613

**Proposta:** Fomentar o surgimento de veículos de comunicação nas escolas, universidades e associações, com incentivo e financiamento para que esse trabalho se efetive com continuidade e permanência.

Origem: AP.

---

### PL 626

**Proposta:** Criação de uma rede de comunicação institucional para a troca de informações entre estudantes de escolas e universidades do Brasil com estudantes de países africanos de língua portuguesa.

Origem: RS.

---

### PL 657

**Proposta:** Com o advento da televisão digital, firmar a criação de canais específicos que priorizem a educação, cultura e cidadania.

Origem: SC.

---

### PL 658

**Proposta:** Garantir que as editoras privadas e públicas repassem, por meio de doação, no mínimo 3% do seu volume de publicações anuais para bibliotecas públicas.

Origem: SC.

---

### PL 659

**Proposta:** Criar e manter escolas livres de formação multimidiática, com núcleos regionais e/ou estaduais, em parceria com a iniciativa privada, instituições de ensino e organizações não governamentais.

Origem: SC.

---

### PL 661

**Proposta:** Que as empresas que produzem equipamentos tecnológicos destinem percentual da produção de novas tecnologias aos movimentos sociais e educacionais, para que estes tenham acesso simultâneo aos demais setores sociais, a fim de assegurar iguais direitos aos cidadãos.

Origem: SP.

---

### PL 667

**Proposta:** Acesso facilitado a eventos culturais e produções midiáticas em geral, como o sistema de “meia-entrada” e outros meios promocionais, garantidos por lei, porém, que apresentem falhas.

Origem: SP.

---

### PL 668

**Proposta:** Pela publicização das teses acadêmicas da área de comunicação social e outras áreas para conhecimento público, para que não fiquem restritas aos arquivos da universidade.

Origem: SP.

---

### PL 673

**Proposta:** Valorizar e/ou incentivar a educação participativa nas escolas, por meio de programas educativos e culturais.

Origem: AP.

---

### PL 679

**Proposta:** Instalação de bibliotecas e videotecas públicas para a difusão de produtos nacionais como filmes, material fonográfico e literário, incentivando a produção local em todas as áreas.

Origem: RS.

---

### PL 897

**Proposta:** Registrar e disseminar a produção científica brasileira na Internet.

Origem: RR.

---

## GT 13

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Classificação indicativa

##### PL 148

**Proposta:** Revisão dos horários de exibição de conteúdo dos meios de comunicação, considerando os fusos horários, ampliando o tempo de divulgação de material educativo, informativo e cultural nos meios de comunicação, observando a qualidade, a classificação indicativa e a relevância social.

Origem: SP.

##### PL 158

**Proposta:** Garantir que a tarja com a classificação indicativa que ocupa espaço na tela contenha áudio, linguagem de libras e que a tarja permaneça pelo tempo necessário à leitura das libras no início de programas e filmes.

Origem: PA.

##### PL 159

**Proposta:** Garantia do cumprimento da política de classificação indicativa em todas as regiões do país, extinguindo a possibilidade de descumprimento arbitrário das regras estabelecidas e ampliando a estrutura de fiscalização do Estado para o acompanhamento de seus resultados.

Origem: MG; PE; DF.

##### PL 162

**Proposta:** Favorecer o cumprimento dos artigos 221, da CF, e 76, do ECA, por meio de participação interministerial e popular para definir o que vem a ser produções educativas, artísticas, culturais e informativas; e o cumprimento integral das Portarias da Classificação Indicativa.

Origem: MG; MT; PE; RR; SP.

##### PL 164

**Proposta:** Estender a classificação indicativa já em vigor em programas de televisão aberta, cinema e jogos eletrônicos para as emissoras de TV por assinatura e para o rádio.

Origem: ES; DF; PR.

##### PL 167

**Proposta:** Rever a classificação indicativa dos programas de TV, de acordo com a faixa etária, conforme preconiza o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, e principalmente no uso correto de termos referentes à infância e à adolescência na mídia.

Origem: PE; SC.

##### PL 168

**Proposta:** Fortalecimento de campanhas informativas nacionais permanentes acerca do funcionamento da classificação indicativa em todas as mídias.

Origem: MG; TO.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Órgãos Reguladores

##### PL 174

**Proposta:** Garantir a formação de uma Comissão Pró-Conferência Nacional e Comissões Pró-Conferência Estaduais que objetivem a mobilização social para as próximas Conferências Nacionais de Comunicação.

Origem: AM.

##### PL 178

**Proposta:** Implementação de Conselhos Curadores nas empresas públicas de comunicação (de âmbitos federal, estadual ou municipal), com ampla participação da Sociedade Civil organizada, buscando aperfeiçoar essas experiências, no sentido de dotar tais Conselhos de mecanismos de maior controle público e autonomia, não apenas com foco no conteúdo da programação, mas também na gestão administrativa dessas empresas.

Origem: RJ.

##### PL 186

**Proposta:** Dentro do caráter comunitário com pessoas eleitas nas diferentes entidades, movimentos e grupos organizados, com atuação na comunidade, que se estabeleçam Conselhos de programação estatutários em rádios e TVs comunitárias, auxiliando na democratização da gestão das entidades responsáveis.

Origem: MG.

## PL 189

**Proposta:** Criar conselhos editoriais e de gestão autônomos em relação à reitoria, com ampla participação da Sociedade Civil, para regular os conteúdos dos meios de comunicação universitários.

Origem: DF.

## PL 195

**Proposta:** Criação do Conselho Nacional de Comunicação com representação do Setor Público, da Sociedade Civil e do Setor Empresarial.

Origem: SC.

## PL 197

**Proposta:** Atribuição de papel mais democrático e efetivo a agentes públicos como a Anatel, o Conselho de Comunicação Social e outros.

Origem: GO; MG.

## PL 200

**Proposta:** Efetivar o caráter público dos Conselhos Curadores da Fundação Padre Anchieta, da EBC e dos canais educativos municipais de maneira a assegurar que suas composições sejam feitas a partir de indicações da Sociedade Civil e de Conselhos Públicos Setoriais, tais como os Conselhos de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes dos movimentos sociais, de matriz Africana, Idosos e de Pessoas com Deficiência, bem como redefinir o papel desses Conselhos Curadores, adequando-os à realidade e aos princípios democráticos e de transparência.

Origem: PR; SP.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Aspectos federativos

## PL 202

**Proposta:** Assegurar que os poderes públicos nacional, estadual e municipal desenvolvam políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial na área de comunicação.

Origem: PI.

## PL 204

**Proposta:** Reativação das delegacias do Ministério das Comunicações nas capitais brasileiras.

Origem: RS.

## PL 209

**Proposta:** O estabelecimento de amplo Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho e de Programa Nacional de Saúde do Trabalhador Elitista, buscando o atendimento aos empregados da empresa que nesse momento se encontram com sua capacidade laboral restrita devido a fatores relacionados ao trabalho (LER/DORT) e, muitas vezes, compelidos a aposentadorias precoces.

Origem: RS.

## PL 231

**Proposta:** A Confecom defende a organização dos trabalhadores da comunicação por meio de regulamentações profissionais que resguardem e respeitem suas especificidades e sejam defendidas e atualizadas buscando evitar sobreposição de funções. A Confecom reconhece que a formação superior específica é uma necessidade essencial ao exercício do jornalismo profissional, asseguradas a colaboração especializada e a livre manifestação de pensamento e opinião dos comunicadores populares e todos os cidadãos, em todos os veículos de comunicação.

Origem: DF; SC.

## PL 236

**Proposta:** Resgate e efetivação das deliberações pertinentes à Comunicação nas várias conferências.

Origem: RN; SC.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Marco Legal e Regulatório

## PL 242

**Proposta:** Retomar as discussões, na sociedade e no Congresso Nacional, de um novo marco legal para as agências reguladoras, que leve em conta os riscos advindos para sua autonomia e que tenha como pressupostos fundamentais: a) o de que o risco maior de quebra da referida autonomia é a partidarização de todo e qualquer processo que envolva a regulação e a fiscalização setoriais; e b) o de que o enquadramento funcional da regulação setorial como carreira típica de Estado é passo essencial para a redução desse e outros riscos de inibição da autonomia das agências reguladoras.

Origem: DF.

## PL 249

**Proposta:** Encaminhamento de lei revisora ao projeto de Lei nº 5.498-F de 2009, que contém no âmbito dos artigos referentes à propaganda por meio de cartazes, que, conforme hoje aprovado, provoca abate de cerca de 2 milhões de árvores precoces a cada pleito; custo de 20 vezes superior ao gasto, quando se usavam estruturas de mídia já instaladas; poluição visual descontrolada.

Origem: MG.

## PL 265

**Proposta:** TVs Legislativas propõem que a Conferência apresente alternativas de regulamentação constitucional que implementem os princípios que constam nos itens 4 e 5 do Caderno de Debates, vol.2, do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Segundo estes textos, as TVs públicas, independentemente da forma jurídica com que estejam configuradas, devem observar e garantir os seguintes princípios: a) não ter fins lucrativos; b) ter participação social em sua gestão; c) ter possibilidade de receber recursos públicos e privados sem publicidade; d) ter gestão e controle públicos de todos os recursos e atividades; e) buscar a livre cooperação entre as TVs públicas (integração/interatividade).

Origem: SC.

## PL 275

**Proposta:** Que representantes dos diversos segmentos da cadeia de valor de serviços de telecomunicações, incluindo usuários desses serviços, façam parte do Conselho Gestor do Funtel, de modo paritário, para a definição de programas estruturantes do desenvolvimento de soluções tecnológicas para e com serviços de telecomunicações.

Origem: SP.

## PL 279

**Proposta:** Regulamentar os dispositivos do Capítulo da Comunicação Social da Constituição, que ainda não têm norma infraconstitucional.

Origem: DF.

## PL 283

**Proposta:** Inclusão da Comunicação como direito humano na Constituição Federal Brasileira.

Origem: SC.

## GT 14

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Fiscalização**

## PL 205

**Proposta:** Exigir cumprimento de legislação específica e da Constituição Federal de forma que as estratégias de Comunicação Social de órgãos públicos atuem no repasse de informações de efetivo interesse público, com vistas a estimular a cidadania e o protagonismo da população na formulação e controle social de políticas públicas, não servindo, em nenhum momento, à mera promoção de pessoas ou grupos.

Origem: SC.

## PL 210

**Proposta:** Implantação de uma comissão sobre violações de direitos humanos nas comunicações, composta por indicados pelo Conselho Nacional de Comunicação, com a função de receber reclamações e denúncias e encaminhar sugestões de reparação ou punição aos órgãos responsáveis pela aplicação de sanções aos prestadores de serviços.

Origem: RS.

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Direito à Comunicação**

## PL 211

**Proposta:** Implantar uma política de Estado para a inclusão digital, definida por meio de legislação ordinária, que contemple aspectos como políticas de acesso e uso comunitário, produção e difusão de cultura e informação, aplicada de forma integrada e coordenada entre as diferentes esferas de governo.

Origem: SP.

## PL 212

**Proposta:** Fazer convênio com o Ministério de Ciência e Tecnologia para facilitar pontos de Internet gratuitos nos bairros.

Origem: SP.

### PL 213

**Proposta:** Políticas que estimulem a universalização do acesso aos aparelhos receptores, como televisão, rádio, computador com software livre, dentre outros.

Origem: SP.

### PL 216

**Proposta:** Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e à difusões culturais do Estado incentivem a promoção de festivais que contemplem a mulher na música, tanto como cantora, quanto como compositora, visando à veiculação de conteúdo produzido por elas.

Origem: MS.

### PL 222

**Proposta:** Que o Estado desenvolva políticas de fortalecimento da universalização da comunicação escrita impressa na era digital, buscando fortalecer a empresa estatal – Correios – de forma a garantir essa universalização a toda a população.

Origem: CE.

## Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

### Tema: Inclusão social

### PL 221

**Proposta:** Um modelo de inclusão sociodigital democrático implica na apropriação das Tecnologias da Informação e da Comunicação por parte de todas as pessoas, com investimento educacional para que possam fazer delas usos criativos, com gestão compartilhada dos espaços públicos de inclusão e incentivo para a produção independente de conteúdos.

Origem: BA; DF; PB; MG; MA.

### PL 227

**Proposta:** Implementação de uma política nacional para garantir um computador portátil para cada aluno da rede pública e/ou de baixa renda.

Origem: SP.

### PL 228

**Proposta:** Criação de telecentros (em escolas, entidades e outros locais) que possibilitem a utilização de computadores nos finais de semana. Esses serviços devem ir além do que é oferecido atual-

mente, em estruturas semelhantes. A ideia é que os usuários aprendam a fazer uso adequado da internet, voltado para sua educação e formação.

Origem: SP.

### PL 229

**Proposta:** Incentivar pais e responsáveis à formação digital gratuita nos centros culturais e telecentros e divulgar programas livres de monitoramento preventivo.

Origem: SP.

### PL 234

**Proposta:** Adoção nas escolas de softwares livres voltados para deficientes visuais.

Origem: PE.

### PL 237

**Proposta:** Ampliar e fortalecer as Ilhas Digitais de caráter público e educativo em todos os municípios brasileiros, garantindo uso de tecnologias livres e acessibilidade às pessoas com deficiência e pessoas de maioridade.

Origem: CE.

### PL 240

**Proposta:** Criação de programas de acessibilidade para deficientes visuais e cursos sobre comunicação voltados para esse público.

Origem: PE.

### PL 245

**Proposta:** Facilitar a compra do eletroeletrônico (rádio Ondas Curtas) para toda a população brasileira. A ação vai ainda levar ao conhecimento da sociedade os meios de radiodifusão.

Origem: RR.

### PL 246

**Proposta:** Estimulação da inclusão digital por meio de políticas de acesso e uso comunitário que estimulem a produção e a difusão de cultura e informação e que estejam integradas entre as diferentes esferas de governo, com sustentabilidade e permanência garantidas independentemente de mudanças de gestão. O acesso deve vir acompanhado tanto de inves-

timentos em educação e no desenvolvimento de habilidades, quanto tendo em vista uma apropriação crítica e autônoma do cidadão.

Origem: MG.

#### PL 250

**Proposta:** Implementação de legendas nos materiais audiovisuais distribuídos por órgãos públicos (incluindo as escolas), contendo intérprete de Libras audiodescritos.

Origem: MG.

#### PL 274

**Proposta:** Tradução de espetáculos para a Língua de Sinais Brasileira (Libras), legenda em tempo real e audiodescrição para que todos possam participar.

Origem: MG.

#### PL 341

**Proposta:** Criação de publicidades oficiais inclusivas, não apenas com a existência dos recursos de acessibilidade mínimos – audiodescrição, legenda, Braille e intérpretes de Libras –, mas com a presença de pessoas com deficiência em todas elas.

Origem: CE; MG; PA.

#### PL 376

**Proposta:** Fazer do acesso livre e equânime à informação e do acesso aos meios necessários à sua produção instrumentos de qualificação das comunidades regionais e nacionais e de promoção da liberdade, da equidade, do respeito às diferenças, da justiça, do bem-estar e do desenvolvimento de uma sociedade igualitária.

Origem: RS; AC; BA; PE; RN; DF; GO; SP; RR; PA; RJ; SC.

#### PL 378

**Proposta:** Criação de uma política nacional de comunicação de enfrentamento do racismo e pela democratização da mídia, criando um observatório no Brasil para desenvolvimento de estudos sobre mídias e racismo.

Origem: BA.

### GT 15

#### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

**Tema: Respeito e promoção das diversidades cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual**

#### PL 452

**Proposta:** Estimular os veículos de comunicação e operadoras de telecomunicações para a criação e aplicação de Planos de Promoção da Igualdade Racial, assegurando desde o ingresso de profissionais negros nas empresas ao devido tratamento dos entrevistados negros/indígenas e das questões étnico-raciais, até a inclusão na pauta diária de reportagens sobre racismo, igualdade racial, homofobia, sexismo, religiosidade africana, população e culturas negra/indígena.

Origem: DF.

#### PL 472

**Proposta:** Promoção no âmbito das faculdades e universidades de Comunicação Social de eventos como Semana pela Diversidade Racial, Religiosa e Gênero, concurso de reportagens (entre alunos e entre profissionais) que veiculem denúncias contra racismo, intolerância religiosa, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia, biofobia e machismo, ou que promovam um olhar crítico e construtivo sobre o panorama da diversidade racial no Brasil, seminários e debates que explorem datas como 20 de novembro, 21 e 29 de janeiro, 17 de maio, 28 de junho e 8 de agosto, 8 e 21 de março ou episódios da história do Brasil relacionados aos negros e aos índios (conforme contribuição enviada ao MEC por Cojiras e Núcleos de Jornalistas Afrodescendentes) no âmbito da revisão de diretrizes curriculares do curso de jornalismo.

Origem: DF.

#### PL 479

**Proposta:** Garantir nas parcerias firmadas junto a órgãos públicos, empresas e outras instituições a adoção de critérios que levem em conta o percentual de estudantes negros e indígenas na contratação de estagiários, bem como acompanhar a interação e desempenho dos estagiários junto a essas empresas e instituições no que se refere a respeito à diversidade.

Origem: DF.

#### PL 482

**Proposta:** Criação de um programa de comunicação para a juventude negra, que ofereça espaço e capacitação na área de produção e reflexão sobre atividades midiáticas e audiovisuais, além de editais para o financiamento de equipamentos necessários à atividade de Comunicação.

Origem: DF.

495

**Proposta:** Capacitação de núcleos jurídicos para que a população negra e afro-religiosa seja devidamente assistida em casos de violação de direitos na mídia, garantindo direito de resposta ou mesmo processo judicial contra os veículos de comunicação responsáveis pela divulgação de imagens ou informações estigmatizadoras ou inverídicas.

Origem: DF.

#### PL 499

**Proposta:** Incentivo à utilização de novas tecnologias e redes sociais por pontos de cultura, comunicadores, artistas negros/indígenas e afro-religiosos, e pessoas com deficiência, empenhados em efetivar o direito à informação, à comunicação e à cultura, além de combater o racismo, a discriminação, a intolerância religiosa e a homofobia.

Origem: DF.

#### PL 501

**Proposta:** Criar, na Secretaria de Comunicação da Presidência da República - SECOM/PR, uma portaria para garantir o reconhecimento do segmento LGBT (com recortes de identidade de gênero, étnico-racial e geracional) da população brasileira.

Origem: DF.

#### PL 504

**Proposta:** Aplicação dos princípios e das diretrizes no âmbito da comunicação, da igualdade racial, das diversidades étnico-racial, cultural e de gênero previstas na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, nas conferências nacionais de Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres, Direitos Humanos e de Saúde, além do Plano Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Planapir).

Origem: DF.

#### PL 508

**Proposta:** Que os meios de comunicação se comprometam a disseminar as conquistas e iniciativas e a reparar os processos históricos de discriminação e preconceito sofridos pela população brasileira.

Origem: DF.

#### PL 517

**Proposta:** Garantir que a educação superior, especificamente no campo da Comunicação, aborde de

forma equilibrada os temas relativos a movimentos sociais, deficiência, diversidade étnica, comunidades tradicionais, orientação sexual e identidade de gênero.

Origem: DF.

#### PL 531

**Proposta:** Realização de censos étnico-racial, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, comunidades tradicionais, geracional, pessoas com deficiência, religiosidade e portador de sofrimento psíquico nas empresas de telecomunicação e de comunicação (públicas, educativas, privadas e comunitárias).

Origem: DF.

#### PL 535

**Proposta:** Realização de campanhas de promoção da saúde da população negra e de combate ao racismo institucional, garantindo o reconhecimento dos terreiros como espaços de saúde.

Origem: DF.

#### PL 561

**Proposta:** Promover nos meios de comunicação e telecomunicação campanhas de combate ao racismo, à xenofobia, à lesbofobia, à homofobia, à transfobia, à biofobia, e de promoção da diversidade étnico-racial no esporte, com vistas à realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil.

Origem: DF.

#### PL 564

**Proposta:** Promover nos meios de comunicação e telecomunicação campanhas publicitárias para valorização das identidades negra e indígena, com vistas ao fortalecimento dessas populações para a rodada de censo 2010.

Origem: DF.

#### PL 571

**Proposta:** Garantir o registro e a disseminação da produção científica brasileira nos meios de comunicação, especialmente sobre os indicadores socioeconômicos das populações negras e indígenas, dando visibilidade aos estudos realizados por pesquisadores negros e indígenas.

Origem: DF.

### PL 577

**Proposta:** Estimular a inserção de conteúdo relacionado à promoção da igualdade racial nos sites oficiais dos órgãos públicos, meios de comunicação e telecomunicação.

Origem: DF.

### PL 598

**Proposta:** Que seja garantida, nas propagandas, a paridade entre negros, outras etnias e gêneros.

Origem: DF.

### PL 627

**Proposta:** Criação, em âmbito nacional, de um observatório dos conteúdos das emissoras de TV, rádio, mídia impressa, programas de auditório humorísticos, a fim de evitar intolerâncias religiosas e discriminações por gênero, orientação sexual, identidades de gênero, sexo, étnicas, geracional, raça e de pessoas com sofrimento psíquico.

Origem: MG.

### PL 634

**Proposta:** Que se formulem ações de sensibilização e esclarecimento dos órgãos públicos e privados de imprensa quanto às políticas de promoção da igualdade racial para que haja uma cobertura mais equilibrada dos assuntos relacionados à temática e, desta forma, se possibilite que a população brasileira receba informações mais qualificadas.

Origem: RS.

### PL 755

**Proposta:** Implantar políticas públicas para estimular a veiculação, em todos os meios de comunicação, de programas para os povos de santos, a favor do combate ao racismo, com as comunidades tradicionais.

Origem: BA.

### PL 756

**Proposta:** Garantir que parte do conteúdo veiculado aborde a temática dos direitos humanos, com participação efetiva dos segmentos de crianças e adolescentes, comunidades tradicionais, mulheres, negros, idosos, índios, pessoas com deficiência e sofrimento psíquico e LGBTTT na produção dos programas.

Origem: CE.

### PL 757

**Proposta:** Exigir formação específica baseada no respeito e na promoção de direitos civis, sociais, políticos, culturais e ambientais para os profissionais que atuam nos meios de comunicação.

Origem: ES.

### PL 758

**Proposta:** Realizar seleções públicas de projetos formulados para produção multimídia que desconstruam mitos e estereótipos de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, pessoas com deficiência, religiosidade, portadores de sofrimento psíquico.

Origem: GO.

### PL 759

**Proposta:** Promover campanhas e capacitações, de formação anual, para os profissionais da área de segurança pública, quanto aos direitos do LGBT, geracional, étnico-racial, orientação sexual, identidade de gênero, comunidades tradicionais, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e vulnerabilidade social e portadores de sofrimento psíquico.

Origem: GO.

### PL 760

**Proposta:** Promover campanhas de saúde sexual e reprodutiva na prevenção de HIV/AIDS e outras doenças transmissíveis sexualmente, abordando outras doenças – como anemia falciforme, tuberculose e hanseníase – e questões de pessoas com deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, intolerância religiosa e os soropositivos.

Origem: GO.

### PL 763

**Proposta:** Realizar seleções públicas de projetos formulados por mulheres para a produção de conteúdo audiovisual que desconstrua mitos e estereótipos de gênero, raça/etnia.

Origem: PA.

### PL 765

**Proposta:** Garantir a participação do movimento negro, de LGBTTT, das religiões de matrizes índia e africana, de carnavalescas, quilombolas, ciganos, indígenas, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, da juventude e de outros segmentos, considerados “minorias”, nos conselhos de comunicação social e nos demais órgãos de regulação da comunicação, nas três esferas públicas.

Origem: PB.

---

#### PL 766

**Proposta:** Vetar programação com linguagens depreciativas, cenas e situações de incentivo à violência, assédio e apelo sexual; não expor pessoas em situação e imagens vexatórias, garantindo também a preservação da imagem de crianças e adolescentes, de acordo com normativas específicas do ECA.

Origem: PE.

---

#### PL 767

**Proposta:** Abolir expressões depreciativas de raça e etnia, como lista negra, programa de índio, preto de alma branca e o uso do verbo denegrir.

Origem: PE.

---

#### PL 769

**Proposta:** Incluir nos contratos de TV cláusulas que obriguem as emissoras a efetivar a convenção 111 da OIT, dando oportunidade de participação a mulheres negras, de acordo com o percentual deste grupo na população.

Origem: PE.

---

#### PL 770

**Proposta:** Combater a folclorização das manifestações religiosas de matrizes africana e afro-brasileira nas mídias, promovendo os direitos humanos e a liberdade de crença e expressão.

Origem: PE.

---

#### PL 771

**Proposta:** Implantar políticas públicas que estimulem a produção e garantam a veiculação, em todos os meios de comunicação, de aulas, programas e campanhas voltadas para o combate ao analfabetismo, ao racismo, à homofobia, à discriminação de gênero, à intolerância religiosa e a todas as formas de discriminação.

Origem: PR.

---

#### PL 772

**Proposta:** Criar, no Ministério da Justiça, comissão permanente em comunicação e orientação sexual e identidade de gênero, a fim de combater a homofobia.

Origem: RN.

---

#### PL 773

**Proposta:** Promoção da imagem positiva da família homossexual, combatendo a veiculação exclusiva da família criada nos moldes heterossexistas e patriarcal.

Origem: RN.

---

#### PL 774

**Proposta:** Instituir normas e mecanismos para assegurar que os meios de comunicação: a) garantam aos diferentes gêneros, raças e etnias, orientações sexuais e classes sociais que compõem o contingente populacional brasileiro, espaço coerente com a dimensão de sua representação na sociedade; b) realizem programação de qualidade voltada para o público infantil e infanto-juvenil, não explorando a imagem de crianças e adolescentes e não veiculando publicidade que vise à sedução do público infantil; c) abram espaços para manifestação de partidos políticos, sindicatos, organizações da Sociedade Civil e movimentos sociais do campo e da cidade (direito de antena); d) garantam todas as condições para acessibilidade das pessoas com deficiência aos serviços de radiodifusão.

Origem: RN.

---

#### PL 776

**Proposta:** Garantir o recorte racial no Fundo de Universalização das Telecomunicações - Fust, do governo federal, para a realização de projetos na área de tecnologia da informação e da comunicação para a juventude negra.

Origem: RS.

---

#### PL 777

**Proposta:** Desenvolver processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos e que contribuam para a redução de vulnerabilidades.

Origem: SC.

---

#### PL 778

**Proposta:** Incentivar a divulgação, na mídia nacional e internacional, das paradas do orgulho LGBT via secretarias afins e Ministérios.

Origem: SC.

---

### PL 779

**Proposta:** Promover, através das diversas mídias, de maneira sistemática, a divulgação de direitos reivindicados e já conquistados para a população LGBT.

Origem: SC.

### PL 780

**Proposta:** Criação de práticas e planos editoriais pelas emissoras de rádio e televisão, que garantam diversidade e pluralidade e, inclusive, com a proporcionalidade étnica-racial, de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, de comunidades tradicionais, geracional, de pessoas com deficiência, de religiosidade e de portador de sofrimento psíquico em todos os níveis (profissionais, conteúdos produzidos etc.), com definição operacional que permita o acompanhamento destas questões.

Origem: SP.

### PL 781

**Proposta:** Criar ouvidorias com registros, relatórios e publicações das reclamações e sugestões feitas pela população usuária dos meios de comunicação com respeito à promoção das diversidades cultural, religiosa e étnico-racial.

Origem: SP.

### PL 782

**Proposta:** Reparar, por meio de ações no Ministério Público, falsidades não nominativas (que atinjam um grupo ou segmento social) veiculadas pelos meios de comunicação.

Origem: SP.

### PL 783

**Proposta:** Criar peças publicitárias com informação sobre direitos dos segmentos sociais – idosos, mulheres, pessoas com deficiência etc. – em parceria com o Poder Público e Sociedade Civil organizada.

Origem: SP.

### PL 784

**Proposta:** Que no caso de temas de cidadania – como programas voltados à inclusão de segmentos como terceira idade, crianças e adolescentes – não sejam gastos recursos para a veiculação de editais nas emissoras de televisão. Como forma de limitar os gastos com editais, que a informação seja veiculada no site das próprias emissoras, destinando a maior parte dos recursos para a produção de conteúdo.

Origem: SP.

### PL 785

**Proposta:** Garantir que as emissoras veiculem trabalhos sociais e campanhas educativas, contemplando diversificados setores da sociedade.

Origem: SP.

### PL 790

**Proposta:** Fomentar a produção de jogos educativos que contemplem a diversidade sociocultural.

Origem: TO.

### PL 791

**Proposta:** Exibição de programas que abordem a cultura afrodescendente, garantindo um número mínimo de atores negros nas produções televisivas, considerando o percentual da população negra no conjunto da população brasileira. Os índios, ciganos e migrantes também devem ser incluídos na programação televisiva brasileira.

Origem: MG.

### PL 793

**Proposta:** Apoiar a implementação do Eixo 8 – Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias – do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM).

Origem: RR.

### PL 796

**Proposta:** Garantia, via apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de espaços públicos dentro dos meios de comunicação em geral, para os movimentos de mulheres, visando à veiculação de conteúdo produzido por elas.

Origem: PB; RS.

### PL 798

**Proposta:** Produção e veiculação de materiais informativos e educativos veiculados em rádio e TV, com participação de trabalhadores negros, deficientes e LGBTs.

Origem: DF.

## PL 801

**Proposta:** Promoção de campanhas institucionais e publicitárias de combate ao racismo e à discriminação contra religiões de matriz africana, por meio das secretarias e assessorias de comunicação do Estado (Governo Federal, Legislativo, Judiciário, GDF, Câmara Legislativa, Ministério Público), das mídias públicas, estatais e legislativa.

Origem: DF.

## PL 804

**Proposta:** Coibir a discriminação, a intolerância religiosa e a violência praticadas contra os adeptos, seguidores e praticantes das religiões de matrizes africana, indígena, ameríndia, afroameríndia, hindu-oriental e europeia, por meio de levantamento de casos, punição dos responsáveis e garantia da liberdade de culto, especialmente nos meios de comunicação.

Origem: DF.

## PL 805

**Proposta:** Realizar campanhas educativas contra a violência ao segmento LGBT, com recorte étnico/racial e geracional, utilizando instrumento de acessibilidade como braile e libras, apoiando a conferência nacional de comunicação e outros segmentos.

Origem: DF.

## PL 806

**Proposta:** Que o idoso seja entendido como sujeito de políticas públicas, tendo acesso aos meios de distribuição das comunicações, rádios comunitárias e outros meios de distribuição que tenham a inclusão da população idosa nos debates, formas de discussão e outros.

Origem: BA.

## PL 808

**Proposta:** Criar mecanismos para normatização e regulação dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação e responsabilização, na perspectiva de evitar as práticas discriminatórias e a violação dos direitos humanos.

Origem: MS; SP; CE; DF.

## PL 809

**Proposta:** Garantir a promoção da difusão da cultura brasileira por meio de todas as suas manifestações, estimulando a produção de conteúdos que valorizem a nossa diversidade cultural, sotaque, realidade e as culturas populares das diversas regiões do país.

Origem: SP.

## PL 811

**Proposta:** Aplicar os princípios e as diretrizes constantes na Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco.

Origem: RS.

## PL 813

**Proposta:** Que seja estimulado junto aos Sindicatos de Jornalistas o debate sobre a inclusão da autodeclaração étnico-racial nas fichas sindicais, medida que deve ser precedida por uma campanha de esclarecimento junto à categoria.

Origem: RS.

## PL 814

**Proposta:** Garantir a transversalidade da questão de gênero no desenvolvimento das políticas públicas de comunicação, assim como nos conselhos existentes no setor.

Origem: AM; RS.

## PL 815

**Proposta:** Regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas, incluindo cerveja, principalmente nos horários de programação livre (TV) e no entorno de escolas. Proibição de patrocínio de bebidas alcoólicas em festas e eventos para crianças e adolescentes, proibição de associação entre bebida alcoólica e esporte.

Origem: SP.

## PL 818

**Proposta:** Criar uma legislação que proteja a mulher da exploração de sua imagem e vulgarização, garantindo os direitos civis femininos e o desenvolvimento de mecanismos nas programações dos meios de comunicação de massa que discutam a desigualdade de gênero, em suas múltiplas facetas, favoráveis a uma visão de equidade entre homens e mulheres e a propostas de ações de reparação e instalação de uma verdadeira igualdade, como preconiza a Constituição Federal.

Origem: PR; SC; SP; MG; DF; ES; PA; PE.

### PL 819

**Proposta:** Políticas públicas que estimulem a difusão e a promoção de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados das mulheres, valorizando as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, geração e com necessidades especiais.

Origem: RS; GO.

### PL 821

**Proposta:** Incentivo e apoio à produção de pesquisas com a percepção de mulheres e homens sobre a representação da mulher nos meios de comunicação.

Origem: PE; RS; SP; MG; PA; RR.

### PL 823

**Proposta:** Estimular a produção e a difusão de conteúdos relativos às mulheres, não discriminatórios e não estereotipados, valorizando as dimensões de raça e etnia, orientação sexual e geração.

Origem: PE; RN; GO; RS; SP; SC; AP.

### PL 825

**Proposta:** Aprovar lei proibindo a veiculação de qualquer publicidade dirigida a crianças – seja nos intervalos das programações ou por meio da introdução de merchandising de produtos ao longo do conteúdo –, de forma a regulamentar princípios já presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor.

Origem: PR; RO; MT; SC.

### PL 827

**Proposta:** Promover a participação plena e equitativa da mulher nos meios de comunicação, inclusive sua participação na gestão, produção de programas, educação, treinamento e pesquisa.

Origem: RS; RN; SP; PE.

### PL 828

**Proposta:** Normalizar as disposições já previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto à preservação da imagem e à observância das regras de identificação desse público (art. 17), determinando instruções precisas para a exibição de crianças e adolescentes em conteúdos de radiodifusão, da mídia impressa e da internet, e as punições cabíveis aos desrespeitos, de forma a garantir o respeito à identidade, à dignidade e às opiniões desse público.

Origem: BA; MG; DF; SP; TO; SC.

### PL 830

**Proposta:** Implantar uma política afirmativa que garanta a exibição de programas que abordem a cultura afrodescendente. Outra ação afirmativa deve ser garantir a representação negra nas produções televisivas, considerando o percentual da população negra no conjunto da população brasileira.

Origem: TO; RS.

### PL 831

**Proposta:** Garantir que a produção de conteúdo respeite a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade: gênero, raça, etnia, cultura, orientação sexual, identidade de gênero, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, crenças, campo social, dentre outros.

Origem: TO; SP; GO; PE; RN; RS; PI; PR; AC; SC.

### PL 833

**Proposta:** Que existam na programação de comunicação cotas para tratar do tema étnico-racial, tendo como referência a Lei 10.639, que institui o ensino de história afro-brasileira nos ensinos médio e fundamental do país.

Origem: DF; SC; SP; RS; PR.

### PL 834

**Proposta:** Apoiar campanhas e eventos alusivos a datas de referência, ou quando for pertinente, relacionadas a populações LGBTT, indígenas, negros, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Origem: CE; MG; RN.

### PL 837

**Proposta:** Que a renovação das concessões tenha como um dos critérios as questões: de gênero, faixa etária, diversidade sexual, étnico-raciais.

Origem: DF; AM; SC; RO.

### PL 839

**Proposta:** Cotas para estudantes negros em todos os cursos de Comunicação Social das universidades públicas.

Origem: DF.

## PL 840

**Proposta:** Garantia de concessões para comunidades tradicionais, com recorte para matriz africana: paridade racial e de gênero na publicidade; percentual nos sistemas públicos, privados e estatais para programas que tratem da história da África e da população de origens africana e indígena no Brasil, considerando a lei 10.639; participação dos movimentos negro e indígena organizados no Conselho de Comunicação Social e demais órgãos de regulação; política específica de inclusão digital para as comunidades tradicionais; criação de penalidades específicas para combater o racismo e todas as demais formas de discriminação e exclusão nos meios de comunicação.

Origem: MG; DF; ES; GO.

## PL 841

**Proposta:** Contrariedade à exploração da imagem de homem, mulher, criança e adolescente na mídia. Inúmeros setores da sociedade não apenas estão excluídos de acesso aos meios, impedidos de exercer a liberdade de expressão e de ter acesso às informações, mas frequentemente são alvos de tratamento discriminatório, como os negros, os trabalhadores, as mulheres e os movimentos sociais populares.

Origem: SC; RS; SP; PE; AP.

## PL 842

**Proposta:** Estimular a produção e a difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados das mulheres, valorizando as dimensões de raça/etnia, orientação sexual e geração, por meio de seleções públicas de projetos formulados por mulheres para produção de conteúdos de audiovisual que desconstruam mitos e estereótipos de gênero, raça ou etnia.

Origem: AC; PI; DF.

## PL 844

**Proposta:** Sobre as igrejas: temos que garantir a liberdade de pensamento. Não se deve tirar o direito de elas praticarem comunicação, mas garantir um canal religioso com a presença de todas, incluindo as religiões de matriz africana.

Origem: SP.

## PL 845

**Proposta:** Desenvolver nas três esferas de poder políticas públicas focadas na utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de promoção da cidadania LGBT.

Origem: SC.

## PL 846

**Proposta:** Criar normas que impeçam os meios de comunicação de usar estereótipos – rotulação de algo ou alguém, a associação de adjetivo ao sujeito – relativos a hábitos culturais, religião e crença, relativo a gênero, orientação sexual, posição política ou filosófica, formando ou reforçando preconceitos, discriminação e estigma social, e resquício de sentimento de colônia, determinando punições cabíveis aos eventuais desrespeitos da norma.

Origem: PR; MG; DF; AC; GO; MT; PA; AP; BA; PB; PE; SP; SC; RS; RO.

## PL 847

**Proposta:** Prioridade para a política de comunicação considerando a perspectiva de gênero para diferentes frentes: 1) ampliar o debate nas esferas do Estado e da sociedade sobre a representação das mulheres na mídia e os significados dessa representação para a construção de uma sociedade mais solidária e igualitária. 2) contribuir para a formulação de um marco regulatório do sistema de comunicação do país, com propostas para o enfrentamento de abordagens preconceituosas e discriminatórias com relação a gênero, raça/etnia e orientação sexual, bem como de mecanismos institucionais que estimulem a produção e a veiculação de mensagens e discursos visuais e sonoros não discriminatórios. As medidas devem ser definidas com a participação do movimento de mulheres e feminista, e sua implementação deve ser garantida num prazo máximo de seis meses, a partir da realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Origem: DF; ES.

## PL 848

**Proposta:** Definir e garantir critérios para criação e veiculação de peças publicitárias governamentais que contemplem as temáticas de gênero, raça/etnia, orientação sexual e geracional.

Origem: GO.

## PL 850

**Proposta:** Estimular no âmbito das administrações públicas municipal, estadual e federal ações de combate ao preconceito, à homofobia, à lesbofobia, à transfobia e à Aidsfobia, ao recorte de raça e etnia, gênero, classe social e considerando a dimensão geracional.

Origem: GO; MG; SC.

## PL 853

**Proposta:** Estimular pesquisas, reflexões e debates sobre o quadro de desigualdade de gênero, raça e etnia nos espaços de decisão editorial e gestão de diferentes mídias, com vistas à superação de uma visão estereotipada de determinados meios de comunicação e profissionais de imprensa.

Origem: SP; RS; AC; GO; RN; RR; MG.

### PL 855

**Proposta:** Garantir a diversidade de crenças sem imposições religiosas nos meios de comunicação, respeitando a laicidade do Estado.

Origem: GO; DF.

### PL 856

**Proposta:** Promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso de pessoas com deficiência sensorial à programação em todos os meios de comunicação e informação, em conformidade com o decreto 5.296/04, bem como o acesso a novos sistemas e tecnologias, incluindo internet.

Origem: SC; PE; SP.

### PL 858

**Proposta:** Promover a aderência das políticas de comunicação à convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, adotada pela assembleia geral da Unesco, em 21 de outubro de 2005, e promulgada no Brasil pelo decreto-lei nº 6.177, de 1º de Agosto de 2007.

Origem: GO; MG; RR; SP.

### PL 859

**Proposta:** Estimular a produção audiovisual com temas relacionados à população LGBT, privilegiando a livre orientação sexual e as identidades de gênero, dando oportunidade aos profissionais LGBT em telenovelas, seriados, campanhas, filmes e outros similares.

Origem: SC; RN.

### PL 860

**Proposta:** Assegurar, por mecanismos legais, o respeito aos costumes, crenças e tradições das comunidades tradicionais em filmes, novelas, seriados, documentários e outros, bem como a eliminação – em materiais didáticos, peças publicitárias, jornais e revistas de expressões – da apresentação de povos, costumes e tradições de forma pejorativa ou com intolerância religiosa.

Origem: SP; SC.

### PL 861

**Proposta:** Implementar políticas de fomento à produção de conteúdo de modo a contemplar e respeitar a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade: gênero, etnia, cultura, orientação sexual, iden-

tidade de gênero, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, crenças, campo social, dentre outros.

Origem: PR; SP; PA; PE; SC; CE.

### PL 862

**Proposta:** Promover o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel para a promoção da cultura em direitos humanos.

Origem: SC; SP; TO; PE; GO; RN.

### PL 863

**Proposta:** Que a programação da TV pública e estatal priorize a educação, a cultura e a formação, respeitando a diversidade de pensamentos, crenças, etnias e gêneros.

Origem: GO; SP.

### PL 866

**Proposta:** Classificação como inadequadas para crianças e adolescentes obras audiovisuais que apresentem conteúdos homofóbicos, racistas ou degradantes à população LGBT, em atenção à Portaria 1220/07, que regula a classificação indicativa para a programação de filmes, espetáculos e programas de televisão no Brasil.

Origem: MG; SC.

### PL 867

**Proposta:** Garantir a continuidade dos cursos de Comunicação Social já existentes nas universidades brasileiras, a abertura em outras instituições públicas e privadas e trabalhar a formação dos profissionais de Comunicação para a cultura da igualdade de gênero, raça/etnias, respeito à orientação sexual e de inclusão da juventude e idosos.

Origem: GO; RS; SC; PA; MS; DF.

### PL 868

**Proposta:** Garantir em todos os veículos e meios de comunicação pública a inclusão na grade de programação de assuntos voltados à valorização, ao respeito e à promoção da cidadania de LGBT.

Origem: RN; SC; MG.

### PL 869

**Proposta:** Promover campanhas publicitárias de combate à discriminação e de valorização da população LGBT, bem como de suas uniões afetivas em diversas mídias, públicas e privadas, garantindo acessibilidade em libras, braile, letras ampliadas, bem como em formato digitalizado e audiovisual.

Origem: SC; GO; RN.

### PL 871

**Proposta:** Limitar a participação do trabalho infantil nas TVs e rádios.

Origem: SC.

### PL 872

**Proposta:** Revisão crítica dos livros didáticos e de todas as categorias de materiais informativos oficiais com relação às imagens de gênero, raça/etnia e orientação sexual, à discriminação e/ou a estereótipos. Para inclusão da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade, de seus direitos e da discussão das questões de gênero.

Origem: AP; RS.

### PL 889

**Proposta:** Adequação da Lei 9612/98 sobre Rádios Comunitárias – ou outra lei que venha a substituí-la – à legislação brasileira, de maneira que garanta o respeito às formas específicas de organização sociopolítica das comunidades tradicionais, como povos indígenas e comunidades quilombolas, para que elas possam ter acesso às outorgas de RadCom.

Origem: DF.

### PL 890

**Proposta:** Preservar a laicidade do Estado, proibindo a concessão de radiodifusão para religiões, o que não significa impedir a visibilidade de eventuais aspectos: calendários/programas culturais/antropológico/sociológico para todos os segmentos religiosos e ateus, preservando o tratamento de respeito da diversidade.

Origem: TO.

### PL 895

**Proposta:** Garantir ação afirmativa e respeito à diversidade étnica racial, à orientação sexual e de identidade de gênero na contratação dos profissionais de comunicação e telecomunicação.

Origem: DF.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes

### PL 849

**Proposta:** Determinar que todas as instituições governamentais que trabalham a correção comportamental dos jovens/adolescentes infratores utilizem os meios de comunicação (TV, rádio) nos canais educativos, fazendo da comunicação a grande ferramenta de ressocialização.

Origem: BA.

### PL 851

**Proposta:** Criação de uma Lei que proíba a publicidade infantil: comercial de bebidas, comidas de baixo valor nutricional, bem como as que apelam para o consumismo e sexismo.

Origem: DF.

### PL 852

**Proposta:** Estabelecer conselho/instância dedicado(a) à interface mídia e infância, com a participação da Sociedade Civil, academia, governo e empresas, dedicado (a) proteger os direitos específicos desse público de possíveis violações – garantindo o encaminhamento legal devido –, a incentivar a implementação de políticas públicas específicas para esta área e promover uma mídia de qualidade.

Origem: DF.

### PL 854

**Proposta:** Criar mecanismos e ou/ legislação para coibir a veiculação de materiais de caráter preconceituoso. No caso de propaganda, legislação válida para anunciantes e agências.

Origem: GO.

### PL 857

**Proposta:** Que a política nacional de comunicação promova a discussão do debate nacional sobre a luta antimanicomial e divulgue experiências bem-sucedidas, a exemplo dos CAPs (Centro de Atendimento Psicossocial).

Origem: GO.

### PL 873

**Proposta:** Aprovação da regulamentação específica sobre o trabalho de crianças e adolescentes em produções midiáticas, garantindo respeito aos dispositivos previstos no ECA e nos tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e as Convenções da OIT e

fortalecendo instâncias dedicadas ao acompanhamento dessas medidas.

Origem: MG.

#### PL 874

**Proposta:** Proteção às vítimas de violência, sendo proibida a publicação de imagens dessa vítima, de seus familiares e/ou de qualquer coisa que possa ferir a sua honra e a sua dignidade, em todos os meios de comunicação, salvo em casos de pessoas públicas. Evitar a normalização da violência.

Origem: GO.

#### PL 875

**Proposta:** Garantir a divulgação de informação na produção de texto voltada também para os conceitos de saúde no controle social que trabalha o cidadão de forma global: saúde, educação, moradia, gênero etc., em que tudo envolva a saúde.

Origem: PA.

#### PL 876

**Proposta:** Fazer cumprir os artigos 3º, parágrafo único, item VII, e 24, do Estatuto do Idoso. Tratam da prioridade das ações da comunicação com relação à terceira idade e a aspectos informativos dos direitos do idoso e garantia de mecanismos nos meios de comunicação com espaços destinados aos idosos.

Origem: PR.

#### PL 877

**Proposta:** Resgatar a plenitude do desenvolvimento da criança em virtude do assédio do mercado, fortalecendo os valores da infância, priorizando o ato de brincar e não o objeto.

Origem: DF; MG; RO.

#### PL 878

**Proposta:** Garantir o respeito à criança e ao adolescente nos meios de comunicação, por meio da criação de mecanismos que impeçam a exploração de sua imagem e a vinculação de publicidade que vise à sedução do público infantil.

Origem: RN.

#### PL 879

**Proposta:** Que as reais necessidades da criança sejam contempladas quanto à preservação da saúde, inclusive quando são evidentes os apelos publicitários para o consumo de alimentos inadequados e prejudiciais, como gorduras trans e outros, camuflados em elaboradas mensagens publicitárias.

Origem: DF; RO.

#### PL 880

**Proposta:** Assegurar o cumprimento dos direitos humanos de pessoas presas em flagrante, acusadas de algum crime ou detidas nas delegacias, vedando à imprensa a exibição de sua imagem, a divulgação de seu nome ou qualquer característica capaz de identificar o acusado, até a sentença condenatória transitada em julgado, sob pena de responsabilidades administrativa e civil, e avaliando o uso de algemas.

Origem: DF.

#### PL 882

**Proposta:** Medidas que proíbam a exposição da criança em publicidade dirigida ao público infantil. Tal exposição cria o estereótipo de criança incompatível com a realidade da estrutura familiar contemporânea.

Origem: DF; MG; SC; RS.

#### PL 883

**Proposta:** Garantir que os meios de comunicação elaborem materiais e instrumentos que respeitem as especificidades da pessoa com deficiência e campanhas visando à conscientização da população.

Origem: SP.

#### PL 884

**Proposta:** Defesa de políticas que produzam uma mudança no imaginário social relativo ao dano produzido pelo consumo abusivo de substâncias psicoativas, em especial tendo por alvo as crianças brasileiras que se veem assediadas pelo mito de reconhecimento do campo social, estimuladas por estes simulacros publicitários.

Origem: DF; MG.

#### PL 886

**Proposta:** Inserção de um 4º Eixo Temático nas Conferências de Comunicação: IV – CULTURA MIDIÁTICA, SAÚDE E IDOSO.

Origem: SP.

#### PL 887

**Proposta:** É dever do Ministério Público detectar – nas relações entre os veículos de comunicação com o conjunto da sociedade em que se inserem – os cidadãos hipossuficientes por eles afetados, e é seu dever realizar a devida intervenção em nome da sociedade na defesa de direitos difusos e coletivos violados.

Origem: RS.

## Propostas Aprovadas com Índice Superior a 80%

### GT 2

**Eixo Temático: Produção de Conteúdo**

**Tema: Incentivos**

#### PL 413

**Proposta:** Garantir a implementação gradual do uso de softwares livres nas diversas esferas governamentais, incentivando a utilização e o aprimoramento de tecnologias livres, para obter economia, independência financeira e intelectual sobre os meios.

Origem: DF; ES; PA.

#### PL 415

**Proposta:** Estabelecer para as esferas federal, estadual e municipal um percentual financeiro, extraído dos impostos já existentes, para a criação e manutenção de editais e programas de fomento para a produção de conteúdos voltados para programação de TVs, rádio e internet, para produção cinematográfica e editorial (jornais, revistas e livros) por parte da Sociedade Civil em geral.

Origem: PB; DF; MG; ES; PR; TO; MS; GO; SP; MT; PB.

#### PL 420

**Proposta:** Incentivo governamental para criação de condições técnicas e estruturais necessárias para jovens produzirem comunicação.

Origem: DF; MA.

#### PL 424

**Proposta:** Promoção de uma política de Estado, com o objetivo de criação de mídias alternativas e comunitárias, na forma de um fundo público.

Origem: MG.

### GT 3

**Eixo Temático: Produção de Conteúdo**

**Tema: Tributação**

#### PL 181

**Proposta:** Redução da carga tributária em projetos (nacional e regionais) populares de inclusão ao acesso à comunicação (produções independentes, internet etc.).

Origem: AC.

#### PL 188

**Proposta:** Apoiar a redução de tributos de importação de equipamentos para a produção audiovisual que não tenham similares fabricados no Brasil.

Origem: MS.

**Eixo Temático: Produção de Conteúdo**

**Tema: Marco Legal e Regulatório**

#### PL 382

**Proposta:** Que produtos (áudio, vídeo, impresso e digital) construídos com financiamento público sejam liberados para exposição, utilização e veiculação em veículos, fóruns, escolas e demais espaços de debate da Sociedade Civil não empresarial, sem a cobrança de direitos de exploração comercial. A utilização seria unicamente de cunho cultural e educativo.

Origem: CE; ES.

## GT 4

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Conteúdo nacional

##### PL 492

**Proposta:** Por meio de um diálogo com o Ministério da Educação, criar mecanismos para implantar a educação em todos os segmentos formais e informais de educação como prática metodológica que favoreça a compreensão da comunicação como um direito humano e o aprendizado da leitura crítica dos meios desde os primeiros anos escolares.

Origem: BA.

##### PL 497

**Proposta:** Elaborar planos de comunicação participativos e de educomunicação específicos para setores-chave, identificando e provendo os meios de comunicação com conteúdos e formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à Educação Ambiental e em especial à mudança do clima, considerando as especificidades locais e regionais.

Origem: DF.

##### PL 555

**Proposta:** Produção e veiculação de conteúdos juvenis que contemplem a realidade brasileira de adolescentes e jovens dentro do âmbito educacional, de cidadania, cultural e de entretenimento, e que os conteúdos sejam pautados e produzidos pelos jovens.

Origem: SP.

##### PL 584

**Proposta:** Entre as obrigações das emissoras deve estar a veiculação de programas de debates sobre temas de relevância nacional que respeitem a multiplicidade de pontos de vista, em, pelo menos, uma hora semanal, em horário de audiência relevante.

Origem: RJ.

##### PL 614

**Proposta:** Definir espaços e fomentar a produção das populações negra e indígena em emissoras de rádio e TV públicas e privadas.

Origem: DF.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Propriedade Intelectual

##### PL 694

**Proposta:** Criar instância administrativa de mediação e resolução de conflitos que inclua as entidades de gestão coletiva e de direitos autorais.

Origem: BA.

##### PL 700

**Proposta:** Isenção de taxas de registro junto aos órgãos competentes nacionais aos autores comprovadamente carentes financeiramente, de forma a garantir o direito autoral de obras literárias, artes, inventos e software.

Origem: SC.

##### PL 703

**Proposta:** Que a reforma da lei dos direitos autorais assegure a cópia privada integral sem fins lucrativos e crie mecanismos de valorização e sobrevivência dos autores.

Origem: SP.

##### PL 705

**Proposta:** Fim das cobranças de direitos autorais de TVs e Rádios comunitárias.

Origem: TO.

## GT 5

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Rádios e TVs Comunitárias

##### PL 719

**Proposta:** Criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Comunicação Comunitária para viabilizar a implantação de rádios e TVs comunitárias. O Fundo deve atuar no financiamento, a fundo perdido, dos equipamentos necessários à instalação da emissora e à digitalização da emissora em operação. O Fundo deverá receber recursos do orçamento geral da União, do FUST, e das taxas cobradas pela ANATEL. Como contrapartida social, o beneficiário deverá assumir o compromisso, no projeto, de promover junto com Órgãos Públicos, Entidades Comunitárias e/ou ONGs iniciativas de promoção social e sustentabilidade ambiental. Destinação de publicidade pública para as rádios comunitárias, com criação, pela SECOM, de editais específicos para rádios comunitárias. O mesmo deve ser

feito nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.  
Origem: MT.

---

#### PL 731

**Proposta:** Formação de comissões (nacional e estaduais) compostas por diferentes setores sociais objetivando analisar as necessidades de se instalarem rádios comunitárias, principalmente onde ainda não existe uma.

Origem: AC; SC.

---

#### PL 735

**Proposta:** Permitir legalmente a veiculação de publicidade institucional e de utilidade pública nas rádios e TVs comunitárias.

Origem: GO; MT; SE; SP; AM; CE; DF; MG; PA; PR; RS; RJ; RO; SC.

---

#### PL 737

**Proposta:** A não obrigatoriedade da exigência de DRT para os trabalhadores de rádios comunitárias.

Origem: TO.

---

#### PL 764

**Proposta:** Edição de Medida Provisória – a exemplo da 2613 – ou inclusão na norma técnica, de dispositivo antecipando a licença provisória de funcionamento após conclusão da etapa do Relatório Final no Minicom.

Origem: RS.

---

#### PL 768

**Proposta:** Implantação e desenvolvimento de projetos alternativos aos grandes veículos de comunicação – como webrádios, jornais, TVs e rádios comunitárias – por meio da organização de cooperativas de comunicação e cultura.

Origem: RS.

---

#### PL 775

**Proposta:** Destinar canais de rádio e TV para emissoras comunitárias, universitárias e públicas no modelo digital.

Origem: PB.

---

#### PL 789

**Proposta:** Desburocratização das concessões de RadCom, por meio de: a) criação de Secretaria Nacional de Rádios e TVs comunitárias com conselho de acompanhamento de autorizações, com a participação da Sociedade Civil; b) abertura de aviso de habilitação nacional permanente, com prioridade para as regiões não atendidas pelo serviço, e respeito aos pedidos históricos; c) criação de uma lista única (disponibilizada na internet) dos processos, pela data de protocolo. Um processo só poderá passar na frente de outro anterior caso o requerente do processo não atenda às exigências de correção e/ou apresentação de documentos dentro dos prazos estabelecidos; d) agilização na tramitação dos processos com a realização de concurso público para contratação de servidores para o setor responsável pelo licenciamento das emissoras comunitárias; e) realização de mutirão para colocar em dia os processos que estão em tramitação no Ministério; f) resgate dos processos de solicitação de outorga arquivados pelo Minicom; g) garantia de suporte técnico para as comunidades que queiram instalar rádios comunitárias; h) fim do poder discricionário da ANATEL. As RadCom que solicitaram outorga há mais de 6 meses e não tiveram seu processo indeferido sem possibilidade de recurso na esfera administrativa não poderão ser multadas ou fechadas pela ANATEL pelo fato de não terem outorga. Essas emissoras só poderão ser autuadas ou fechadas se cometerem outras infrações tipificadas na lei e que atinjam igualmente as rádios com outorga; j) possibilidade de adequação às exigências técnicas e legais. Nenhum processo de solicitação de outorga poderá ser indeferido sem que sejam oferecidas ao solicitante amplas possibilidades para adequação às exigências locais e aos requisitos técnicos. Em todos os casos deve ser garantido o direito de recorrer administrativamente da decisão das instâncias superiores.

Origem: CE.

---

#### PL 835

**Proposta:** Que sejam abertos editais para habilitação para novas rádios comunitárias.

Origem: PA.

---

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Rádio

#### PL 792

**Proposta:** Criminalização da prática conhecida como “jabá”.

Origem: DF.

---

#### PL 795

**Proposta:** Manutenção do programa “A Voz do Brasil” e sua permanente qualificação e aperfeiçoamento jornalísticos, com flexibilização de horário definida pelos três poderes da União em diálogo com os setores interessados.

Origem: DF.

---

## GT 7

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Televisão aberta

### PL 63

**Proposta:** Garantir canais em TV aberta para os canais de acesso público a cabo: comunitários, universitários, legislativos e executivo-culturais.

Origem: RJ; SP; SC.

## GT 10

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Órgãos Reguladores

### PL 337

**Proposta:** Criação de um Conselho Federal de Jornalismo.

Origem: BA.

### PL 397

**Proposta:** Revisão, reestruturação e moralização do ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição –, com o estabelecimento de termo de adesão, acabando com a cobrança abusiva e injusta para todos os segmentos econômicos da sociedade, com destaque para as emissoras educativas e comunitárias, sem fins lucrativos, incluindo a extinção dos débitos retroativos em cobranças administrativa ou judicial do ECAD, ABEM e ABER, uma vez que as cobranças caracterizadas com abuso de poder econômico têm restringido a divulgação da cultura artística nacional e a sua regionalização. Cobrança somente pelo uso específico e verificado de forma a implantar gestão democrática, com definição de parâmetros de direitos autorais, por órgão externo de caráter paritário, cabendo ao ECAD apenas a arrecadação e a distribuição, com transparência e controle das entidades de artistas e produtores.

Origem: SP.

### PL 411

**Proposta:** Criação de representações estaduais do Ministério das Comunicações, iniciativa que facilitará a protocolização dos processos e o acompanhamento da sua tramitação.

Origem: PA.

### PL 412

**Proposta:** Criação do Instituto de Estudos e Pesquisa de Comunicação, cuja finalidade será buscar a excelência no setor, fomentar a estruturação de grupos de trabalho permanentes, com formato de laboratório e participação de todas as vertentes do campo, para a realização de pesquisa e desenvolvimento em inovação de linguagem em conteúdos para convergência digital, sob a responsabilidade do governo federal.

Origem: AP.

### PL 448

**Proposta:** Divulgação mais efetiva dos órgãos e institutos de defesa da população, como Defesa do Consumidor, Promotorias Públicas e Defensorias Públicas para assegurar Direitos de Comunicação aos cidadãos.

Origem: MT.

### PL 449

**Proposta:** Fortalecimento das Defensorias Públicas e maior atenção no atendimento ao previsto nas suas competências, nos casos conexos às demandas relativas à Comunicação Social.

Origem: SC.

### PL 888

**Proposta:** Criar a Secretaria Nacional de Mídia Comunitária na estrutura do Ministério das Comunicações, com o objetivo de promover a política nacional de rádios e TVs comunitárias e outros projetos de mídia alternativa, envolvendo a sociedade e suas instituições no debate e nas ações.

Origem: RS.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Aspectos federativos

### PL 443

**Proposta:** Recomendar que o Conselho Nacional de Comunicação realize audiências e consultas públicas, garantindo o acesso da sociedade brasileira a elas, para normas de impacto e temas de relevância coletiva.

Origem: MG.

## PL 458

**Proposta:** Criar, em âmbito dos governos federal, estaduais e municipais, programas de incentivo com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, a produção independente e a regionalização da produção na área de comunicação.

Origem: MG.

## PL 464

**Proposta:** Todos os municípios devem garantir o acesso de seus cidadãos aos conteúdos de comunicação produzidos no seu estado, com agilização da implantação da TV digital.

Origem: MG.

## PL 524

**Proposta:** Que a Lei nº 9.998/2000, que institui o FUST, inclua em seu artigo 5º, parágrafo 1º, áreas abrangidas pela SUDENE e SUDECO, tendo a mesma redação para o Decreto nº 3624/2000, que dispõe sobre a regulamentação do FUST em seu artigo 14º, inciso 1º.

Origem: MS.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Administração do espectro

## PL 478

**Proposta:** Reservar, na regulamentação de uso de radiofrequência, faixas licenciadas para aplicação de projetos de cidades digitais desenvolvidos pelo Poder Público, com interação da Sociedade Civil. Estimular o uso de radiofrequências por equipamento de radiação restrita, não licenciados para uso das redes comunitárias de acesso à Internet que utilizem tecnologia sem fio (Wi-Fi e redes Mesh).

Origem: MG.

## PL 485

**Proposta:** Organização do espectro de radiodifusão, assegurando 40% dos canais para o sistema público, 40% para o sistema privado e 20% para o sistema estatal.

Origem: SC; TO.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Normas e padrões

## PL 491

**Proposta:** Estender a todas as emissoras e empresas de rádio e televisão educativas, vinculadas à administração pública, os princípios, direitos, deveres, objetivos, modelos de gestão e de financiamento, dispostos na Lei 11.652/08, que autorizou a criação da EBC.

Origem: MG.

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Marco Legal e Regulatório

## PL 506

**Proposta:** Apoiar a implantação dos canais do poder executivo, da cultura, da educação e da cidadania, previstos com a criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Origem: MG.

## PL 525

**Proposta:** Criar um marco regulatório civil para a Internet no Brasil, fundado: a) na afirmação de direitos dos usuários como o acesso, a liberdade de expressão e a privacidade; b) definir com clareza os limites de responsabilidade dos intermediários fomentando a indução, promovendo mecanismos alternativos de solução de conflitos e garantindo a não discriminação (neutralidade de rede); e c) formalizar diretrizes de governo para a regulação e a elaboração de políticas públicas fundadas na abertura de informações, padrões, códigos, protocolos, no desenvolvimento de infraestrutura de acesso e na capacitação de cidadãos.

Origem: PR.

## GT 11

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Democratização da Comunicação

## PL 255

**Proposta:** Institucionalização, por meio de Decreto Convocatório Federal, das Conferências Nacionais de Comunicação, com a ampla participação da sociedade, com representação tripartite e proporcional, com o objetivo de garantir que o processo de democratização das políticas públicas de comunicação, iniciado na I Confecom, tenha continuidade. As próximas edições da Confecom terão, por indicação, a periodicidade de dois anos. A partir da próxima edição, a Confecom deverá ter etapas livres, municipais, intermunicipais, estaduais e distrital deliberativas.

Origem: PR.

## PL 268

**Proposta:** Estimular a criação de Centros de Produção de Mídia em espaços públicos, prioritariamente escolas, que funcionem como ambiente transversal e comunitário, com equipamentos e profissionais qualificados no uso educativo e democrático da comunicação.

Origem: PR.

## PL 311

**Proposta:** Criar o Conselho Nacional de Comunicação e os Conselhos Municipais, Estaduais e Distrital, como instâncias de formulação, deliberação e monitoramento de políticas de comunicações no país. Tais conselhos serão vinculados ao Poder Executivo e terão composição do Poder Público, da Sociedade Civil e da Classe Empresarial, à semelhança de todos os demais conselhos ligados aos setores do Título VIII da Constituição. Esta composição será feita com a ampla participação de diferentes setores da sociedade garantindo a diversidade. Os conselhos terão, entre outras atribuições, a busca pelo equilíbrio no setor; a realização periódica de audiências e consultas públicas para que haja uma ampla participação de toda a sociedade em suas deliberações; a indicação de conferências livres, municipais, estaduais, distrital e nacional periódicas como forma de buscar subsídios para suas ações, para um maior debate sobre as políticas públicas a serem adotadas para o setor das comunicações.

Origem: RJ.

## PL 326

**Proposta:** Cumprimento no prazo legal da lei complementar 131/2009, principalmente no que diz respeito à implementação de sistema integrado de administração financeira e controle, em tempo real, disponibilizado em meios eletrônicos de acesso público (Execuções orçamentária, financeira e dos recursos extraorçamentários).

Origem: RJ.

## PL 332

**Proposta:** Garantir que as empresas públicas de comunicação democratizem o acesso ao conteúdo de todas as suas mídias, a partir de normas já estabelecidas e novas tecnologias.

Origem: DF.

## PL 347

**Proposta:** Instituir a criação de Ouvidorias e Serviços de Atendimento ao Cidadão no interior das instituições que gozem de concessão pública de comunicações como forma de estabelecer um canal mais ágil entre os prestadores do serviço e seus usuários. O Estado deverá ainda viabilizar mecanismos de incentivo à criação e à manutenção de Observatórios de Mídia para acompanhamento, análise, sistematização e encaminhamento de propostas ao Poder Público, à sociedade

e aos veículos de comunicação relativos ao conteúdo dos meios. Tais Observatórios serão criados no âmbito das universidades públicas com incentivo à ampla participação da sociedade, de órgãos públicos, empresas do setor, ONGs, sindicatos, associações e movimentos sociais.

Origem: RJ.

## PL 578

**Proposta:** Realização de Audiências Públicas em todas as esferas de ação dos Poderes Públicos (federal, estadual e municipal), garantindo o acesso da sociedade brasileira às audiências para normas de impacto e temas de relevância coletiva no Conselho Nacional de Comunicação e nos demais órgãos do setor, garantindo assim participação social e transparência nos processos de discussão e formulação de políticas no setor.

Origem: RJ.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Participação social na Comunicação

## PL 392

**Proposta:** Controle público na gestão da EBC com participação social para indicação dos integrantes do Conselho Curador da EBC.

Origem: PA.

## PL 404

**Proposta:** Participação da Sociedade Civil na gestão da fundação CPqD para que o desenvolvimento tecnológico seja voltado ao interesse público e não para atendimento à lógica de mercado.

Origem: SP.

## PL 414

**Proposta:** Garantir a participação do Conselho Nacional de Juventude no processo de construção de políticas públicas para a comunicação, com representação junto ao Conselho Nacional de Comunicação.

Origem: GO.

## PL 422

**Proposta:** Instituir diretrizes e princípios normatizadores que assegurem a qualidade das produções midiáticas de modo que as imagens, textos e sons abstenham-se de promoção de preconceitos, humilhações e discriminações homofóbicas, racistas, étnicas, de gênero, de geração, de crianças, de intolerância religiosa, criminalização prévia e de violação dos direitos humanos. A definição dessas diretrizes e os mecanismos de fiscalização devem assegurar a participação da Sociedade Civil.

Origem: BA.

## PL 437

**Proposta:** Criar um sistema nacional de comunicação que articule uma arquitetura de participação: conferências periódicas, conselhos em todos os âmbitos, política nacional de comunicação (definida em um plano e órgão regulador com efetiva participação social, para monitoramento e avaliação, a fim de que seja assegurada a implementação do novo marco legal, baseado em padrões internacionais de direitos humanos para garantia da diversidade e pluralidade de conteúdo e que garanta conteúdo de produção independente).

Origem: SP.

## PL 665

**Proposta:** Criar conselhos deliberativos nas TVs universitárias, constituídos de forma paritária entre os três segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnico-administrativos).

Origem: PB.

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Liberdade de expressão

## PL 453

**Proposta:** Defender a organização dos trabalhadores da comunicação por meio de regulamentações profissionais que resguardem e respeitem suas especificidades e sejam defendidas e atualizadas, buscando evitar sobreposições de funções. Defender a valorização da regulamentação dos jornalistas, radialistas e outros segmentos de trabalhadores da mídia. Defender e estimular os radiocomunitaristas e os meios de comunicação alternativos e/ou ocupados pelos movimentos sociais, como blogs, sites não jornalísticos, redes, entre tantas outras formas de exercício comunicativo livre e democrático.

Origem: MG.

## PL 457

**Proposta:** Defender a necessidade de uma nova e democrática legislação para a imprensa, um texto

orgânico, não segmentado, que assegure os principais avanços previstos no PL 3.232/92, como a agilização do direito de resposta ou de retificação, proporcional ao agravo, a ser veiculada gratuitamente, sem prejuízo de eventual ação civil ou penal, a toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, bem como a qualquer coletividade que for acusada, ofendida ou atingida pela veiculação de conteúdo ou ainda de informação errônea, inverídica ou incompleta, por qualquer meio de comunicação, assegurando aos cidadãos a possibilidade de não serem injusta ou discriminatoriamente citados; a garantia de pluralidade de versões em matéria controversa, exigindo que os veículos de comunicação observem o registro das diversas posições existentes em fatos da atualidade e de interesse público que envolva polêmica.

Origem: RJ.

## PL 465

**Proposta:** Assegurar nos meios de comunicação a aplicação rápida e eficiente dos princípios constitucionais que protegem a liberdade de credo religioso, evitando conflito entre os diversos segmentos religiosos.

Origem: BA.

## PL 468

**Proposta:** Liberdade de pensamento e expressão sindical, direitos com cidadania extensivos às classes estudantis.

Origem: GO.

## PL 473

**Proposta:** O Poder Judiciário deverá disponibilizar, na rede mundial de computadores, as informações sobre os indivíduos condenados criminalmente, de forma isonômica.

Origem: DF.

## PL 475

**Proposta:** A Confecom reconhece que a formação superior específica é uma necessidade essencial ao exercício do jornalismo profissional, asseguradas a colaboração especializada e a livre manifestação de pensamento e opinião a todos os cidadãos.

Origem: DF; RJ.

## GT 14

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**  
**Tema: Inclusão Social**

### PL 223

**Proposta:** Criação de Casa de Comunicação (Municipal, Regional e Nacional), integrada a pontos de cultura, com implementação de oficinas de formação em comunicação em espaços públicos descentralizados.

Origem: PA.

### PL 230

**Proposta:** Implantação da figura de intérprete da Língua Brasileira de Sinais nas áreas de Comunicação dos órgãos públicos, visando a facilitar o diálogo com os deficientes auditivos nos eventos públicos.

Origem: SP.

### PL 232

**Proposta:** Veiculação de publicidades oficiais inclusivas, não apenas com a existência dos recursos de acessibilidade mínimos – audiodescrição, legenda, braile e intérpretes de libras –, mas com a presença de pessoas com deficiência em todas elas, garantindo sua visibilidade.

Origem: MG.

### PL 243

**Proposta:** Defender a universalização de todos os serviços de comunicação em condições isonômicas (cabo, telefone e Internet).

Origem: MT.

### PL 254

**Proposta:** Que se acione o poder Legislativo para o aperfeiçoamento da lei 10.436, para a inclusão da língua de Libras em todos os cursos superiores do Brasil.

Origem: DF.

### PL 257

**Proposta:** Promover, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com financiamento público, em todos os meios de comunicação, campanhas publicitárias em horário nobre e comercial para divulgar os documentos relativos aos direitos humanos, tais como a Constituição Federal, os tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pro-

grama Nacional de Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e os Planos Estaduais de Direitos Humanos.

Origem: DF.

### PL 259

**Proposta:** Utilização da rede de telecentros de inclusão digital como espaços de formação continuada por meio de educação a distância.

Origem: SP.

### PL 263

**Proposta:** Estabelecer, por meio de legislação específica, os Pontos de Cultura como política pública de Estado voltada ao fomento continuado de iniciativas culturais da Sociedade Civil com foco na formação cidadã; incentivo à gestão compartilhada de conhecimento e informação; garantia, por meio de ações de inclusão digital, comunicação comunitária e Pontos de Mídia Livre, a produção e circulação em meios públicos de produtos e serviços advindos da diversidade cultural, priorizando espaços e comunidades tradicionais, populações vulneráveis com pouco acesso a equipamentos culturais, garantindo ainda a integração dos telecentros e estruturas de produção das escolas e centros educacionais.

Origem: MT.

### PL 269

**Proposta:** Implementação imediata da audiodescrição no Brasil, como preconizado na Constituição da República Federativa do Brasil, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009), na Lei nº 10.098/2000, no Decreto Federal nº 5.296/2004 e na Portaria do Ministério das Comunicações nº 310, sem qualquer supressão de direitos.

Origem: MG.

### PL 287

**Proposta:** Que seja implementado o Serviço Intermediário de Vídeo – SIV em todo o país.

Origem: DF.

### PL 310

**Proposta:** Que sejam oferecidos pelas empresas de telefonia celular planos específicos de promoções próprias para a pessoa surda, inclusive em 3G.

Origem: DF.

# Propostas Aprovadas na Plenária Final

## GT 1

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Produção Independente

##### PL 711

**Proposta:** Apoiar a criação por lei de uma política que garanta a veiculação de conteúdos nacionais e regionais, com produção independente, nos meios de comunicação eletrônicos, independentemente da plataforma em que operam, conforme assegurada pela Constituição Federal de 1988. Assegurada a plena liberdade de escolha desta produção pelos meios eletrônicos. A lei deve estar baseada nos princípios de reconhecimento e respeito dos direitos humanos, universalidade e acessibilidade ao direito à comunicação, igualdade, equidade, respeito à diversidade, respeito aos direitos autorais da mulher, promoção da justiça social, laicidade do Estado e transparência dos atos públicos.

Origem: RJ.

##### PL 712

**Proposta:** Criação de Conselhos de Comunicação nos âmbitos federal, estaduais e municipais de caráter paritário, com membros eleitos e estrutura de funcionamento para que possam acompanhar a execução das políticas públicas, que garantam o exercício pleno do direito humano à Comunicação. Entre suas atribuições, devem constar a regulação de conteúdo, políticas de concessões, mecanismos de distribuição, dentre outras.

Origem: RS.

##### PL 745

**Proposta:** Desenvolver políticas para a criação de núcleos comunitários de comunicação com a perspectiva de fornecer os aparatos técnicos e instrumentais, permitindo que a sociedade construa, socialize e discuta suas próprias pautas e produções.

Origem: RN.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Produção Regional

##### PL 714

**Proposta:** As mídias radiotelevisivas, jornais, revistas e cinema devem contemplar a produção e os conteúdos locais e regionais, sendo que pelo menos 50% dos canais comerciais escolhidos pelo dono da plataforma de distribuição devem ser de produção brasileira.

Origem: MG.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Garantia de Distribuição

##### PL 715

**Proposta:** Apoiar e incentivar a produção independente no Brasil, por meio de editais e ampliação dos preceituais de fundos setoriais de apoio e investimento, de modo a construir políticas para o fomento de produção de conteúdo audiovisual, levando em consideração as produções locais e regionais independentes, realizadas por MPES, micros, pequenas e médias empresas, cujos acionistas não tenham participação acionária em empresas emissoras e distribuidoras e que tenham financiamentos viáveis garantindo a veiculação adequada de acordo com o público-alvo.

Origem: DF.

##### PL 716

**Proposta:** Estabelecer que os meios de comunicação veiculem conteúdos de caráter educativo, cultural, informativo e ambiental de países latino-americanos, estabelecendo a política de integração da América Latina. O conteúdo deve ser transmitido nas suas línguas originais, com opções de dublagem, legenda e tradução simultânea, e respeitando as diversidades regional, étnico-racial, religiosa, cultural, geracional de gênero, dentre outras.

Origem: PR.

##### PL 717

**Proposta:** Criar um sistema público de distribuição física de conteúdos produzidos pelas redes de comunicação e cultura e garantir que a produção cultural financiada com dinheiro público seja exibida e distribuída de forma livre em creative commons.

Origem: RJ.

## PL 718

**Proposta:** Criar um mecanismo formal que garanta a distribuição dos conteúdos brasileiros, locais e regionais, com a proibição de controle por determinado grupo de programadores de conteúdo com mais de 25% da grade de programação em qualquer plataforma fechada de distribuição (MMDS, DTH, TV a Cabo, Celular etc.), observando a vedação à produção de conteúdo pela empresas de telecomunicações para impedir o desequilíbrio econômico, exceto canais de difusão de conteúdo da programação.

Origem: SP.

## PL 720

**Proposta:** Estimular a produção de conteúdo nacional nas diversas mídias e suportes, garantindo e estimulando a multiprogramação nos sistemas digitais de comunicação, inclusive com apoio a produtores independentes e regionais.

Origem: PA; SC; CE.

## GT 2

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Incentivos

## PL 182

**Proposta:** Criação de programas educativos para jovens que abordem os direitos das mulheres e coibam a violência de gênero.

Origem: MG.

## PL 185

**Proposta:** Incentivar a inovação de programas de não ficção em telejornais, documentários, programas de entrevistas nas TVs públicas.

Origem: SP.

## PL 187

**Proposta:** Incentivo por parte do governo para que personalidades famosas façam gratuitamente propagandas contra o consumo de álcool e outras substâncias reconhecidas como drogas.

Origem: RJ.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Fiscalização

## PL 193

**Proposta:** Garantia de mecanismo de fiscalização, com controle social e participação popular, em todos os processos como financiamento, acompanhamento das obrigações fiscais e trabalhistas das emissoras, conteúdos de promoções de cidadania, inclusão, igualdade e justiça, cumprimento de percentuais educativos, produções nacionais.

Origem: MA.

## PL 199

**Proposta:** Criar mecanismos de fiscalização, inclusive com ações punitivas, para emissoras de rádio e TV que veiculem conteúdos que desvalorizem, depreciem ou estigmatizem crianças e minorias historicamente discriminadas e marginalizadas (negros, LGBTs, comunidades de terreiro, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, indígenas, dentre outras).

Origem: RO.

## PL 203

**Proposta:** Inserção de uma política de fiscalização que não criminalize as rádios comunitárias.

Origem: RJ; DF; MG; MT; RO; RN; RS; SE; SC; SP; ES; GO; PR; TO.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Produção Regional

## PL 196

**Proposta:** Auditoria do Poder Público em todos os meios de comunicação privados que tenham recebido qualquer tipo de recurso público e que não tenham obedecido às normas constitucionais que contemplem programas educativos/culturais etc. A não observância desses preceitos constitucionais implicaria em devolução das verbas públicas e na não renovação da concessão.

Origem: RS.

## GT 3

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Financiamento

#### PL 171

**Proposta:** Financiamento público para incentivos de educação profissional que visem à universalização do conhecimento tecnológico específico para produção de conteúdo nas diversas mídias (rádio, jornais, TV e Internet), priorizando o uso de software livre, financiamento não só de caráter público, mas de recebimento de privado para o financiamento de sobrevivência desses meios.

Origem: SP.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Órgãos Reguladores

#### PL 217

**Proposta:** Propor a criação, em cada nível federativo, de um órgão responsável pelo sistema público de comunicação que se responsabilize pela elaboração, pactuação e execução de políticas públicas na área da comunicação, bem como pela criação de mecanismos de incentivo à produção na área.

Origem: AC.

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Marco Legal e Regulatório

#### PL 306

**Proposta:** Criação de um marco regulatório diferenciado para as relações trabalhistas que atenda a singularidade da natureza do trabalho temporário e esporádico dos trabalhadores autônomos de produção de conteúdo.

Origem: RJ.

#### PL 317

**Proposta:** Sugerir a criação de leis de incentivo fiscal e políticas públicas para o setor editorial que produza livros de conteúdos científicos, jornalísticos com temáticas relacionadas aos segmentos historicamente mais discriminados e abordagens das questões de gênero, raça e etnia, orientação sexual e geracional.

Origem: SC.

## PL 345

**Proposta:** Os prestadores de serviços que transmitem conteúdos audiovisuais, incluindo o rádio e a TV abertas e a TV por assinatura, devem implementar as finalidades educativas, culturais, informativas e artísticas previstas na Constituição Federal, devendo reservar no mínimo duas horas veiculadas semanalmente a cada uma delas. Além disso, é importante que seja regulamentado o inciso III do art. 221 da CF, estabelecendo obrigatoriedade de um percentual de veiculação de produção local para emissoras de rádio e TV. Na TV por assinatura deve-se garantir que 50% dos canais de todos os pacotes sejam nacionais e que uma parte dos canais ocupados majoritariamente por conteúdo qualificado tenha percentual mínimo de conteúdo produzido no Brasil, sendo pelo menos metade de produções independentes.

Origem: SC.

## PL 375

**Proposta:** Criação de um código de ética do jornalismo brasileiro como um dos mecanismos de controle público e social visando a garantir a qualidade da informação veiculada pelos meios de comunicação, sejam eles impressos, audiovisuais e demais mídias, tendo em vista a democratização da Comunicação no Brasil. Nas normas a serem definidas deverão estar previstos os princípios éticos, os compromissos do jornalista e dos proprietários dirigentes das empresas jornalísticas para com a ética no exercício profissional, os direitos inalienáveis do cidadão, a garantia bem clara e explícita do direito de resposta do acusado por matéria jornalística divulgada, a definição do que é abuso do direito à liberdade de imprensa e, principalmente, as penalidades a serem impostas no caso de denúncias de transgressões devidamente comprovadas.

Origem: RJ; RS; SC.

## GT 4

### Eixo Temático: Produção de Conteúdo

#### Tema: Aspectos Federativos

#### PL 357

**Proposta:** Elaborar e implantar, de forma integrada pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com participação conjunta de trabalhadores e da Sociedade Civil organizada, uma política de comunicação e informação social em saúde do trabalhador, nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), que estabeleça canais regulares de acesso às informações sobre prevenção e promoção da saúde do trabalhador e do meio ambiente, incluindo o papel do controle social, bem como divulgar as experiências bem-sucedidas de melhoria das condições de vida e de saúde do trabalhador.

Origem: DF.

## Eixo Temático: Produção de Conteúdo

### Tema: Propriedade Intelectual

#### PL 401

**Proposta:** Toda a produção de bens culturais financiados integralmente com recursos públicos deve ser distribuída utilizando licenças e formatos livres que não têm direitos autorais.

Origem: SP.

#### PL 444

**Proposta:** Garantir que todo conteúdo oferecido por serviço de radiodifusão digital de som e de som e imagem seja livre de qualquer dispositivo técnico, sinal codificado ou outra medida de proteção tecnológica que possa impedir ou restringir o seu acesso e uso legítimo.

Origem: AC; RJ.

#### PL 761

**Proposta:** A produção de conteúdo realizada pelos jornalistas e radialistas que atuam na mídia, excetuando as emissoras do campo público, não poderá ser vendida pelo veículo para o qual trabalha sem seu conhecimento e consentimento, nem sem a devida remuneração.

Origem: SP.

## Eixo Temático: Produção de Conteúdo

### Tema: Conteúdo Nacional

#### PL 451

**Proposta:** Que a dublagem para exibição no Brasil seja feita no Brasil, por empresas brasileiras.

Origem: RJ.

#### GT 5

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Rádios e TVs Comunitárias

#### PL 751

**Proposta:** Revogação imediata, pela ANATEL, da Norma 13/07-VER-97, que proíbe as TVs comunitárias de veicularem mídias institucionais.

Origem: DF.

#### PL 788

**Proposta:** Fim da criminalização das rádios comunitárias sem outorgas. Anistia dos processados e condenados e criação de mecanismo para reparação das emissoras penalizadas.

Origem: RO; DF; GO; MG; MT; PA; RJ; RN; SP; SC; TO.

#### PL 822

**Proposta:** Que a legislação de rádios comunitárias leve em consideração que nas áreas e localidades isoladas – em função das características da comunidade, das condições técnicas do local e de outras especificidades da região, tais como a topografia, a densidade populacional, dentre outras – poder-se-á designar aumento de potência das emissoras autorizadas.

Origem: AM.

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Rádio

#### PL 820

**Proposta:** Estimular a criação de redes locais e regionais de rádios públicas, estatais e comunitárias.

Origem: MG.

#### GT 6

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Banda Larga

#### PL 417

**Proposta:** Criação do serviço de banda larga a ser prestado em regime público, por meio de diversas tecnologias, com metas de universalização do acesso, metas de qualidade, controle de tarifas e garantia de continuidade.

Origem: PA; RO; BA; GO; MG; DF; ES; MT; RN; SP; RJ; TO.

#### PL 421

**Proposta:** O acesso à Internet Banda Larga é um direito fundamental e deve ser garantido pelo Estado, que deve instituir uma política de tarifas que torne viável o acesso residencial a toda a popula-

ção, garantindo a gratuidade do serviço sempre que necessário.

Origem: DF; CE; PR; RJ; RN; RO; RS; SP; TO.

#### PL 436

**Proposta:** Garantir banda larga com velocidade e qualidade, assegurando condições aos requisitos para a acessibilidade.

Origem: SP.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Telecomunicações

#### PL 434

**Proposta:** Aperfeiçoar os mecanismos de cálculo de tarifas de telecomunicações, com vistas à disponibilização de serviços a preços acessíveis às populações de baixa renda e rural.

Origem: PA; PI; DF; ES; MG; SP.

#### GT 7

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: TV por assinatura

#### PL 2

**Proposta:** Estabelecer, no menor tempo possível, um novo plano de outorgas para a televisão por assinatura, capaz de levá-la progressivamente a todos os municípios brasileiros.

Origem: DF.

#### PL 16

**Proposta:** Estabelecer uma Política de Massificação da Televisão por Assinatura, unificando a regulamentação da televisão por assinatura, tratando-a como um único serviço, e não mais como diferentes serviços regulamentados conforme a tecnologia de transmissão, preservados dispositivos centrais da Lei nº 8.977/95, a Lei de TV a Cabo – como conceito de rede única e pública, e os canais de acesso público – legislativos, comunitários, universitários e educativo-culturais.

Origem: DF.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Televisão aberta

#### PL 5

**Proposta:** A constituição de redes de rádio e televisão deve ser submetida a regras, a fim de estabelecer limites na afiliação entre emissoras.

Origem: PR.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Cinema

#### PL 10

**Proposta:** Criar uma empresa pública de fomento à distribuição de obras audiovisuais brasileiras e incentivar a criação e o fortalecimento de distribuidoras brasileiras e independentes.

Origem: DF; ES; SP.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Responsabilidade Editorial

#### PL 14

**Proposta:** Inclusão da “cláusula de consciência” aos profissionais de comunicação na regulamentação da nova lei de imprensa.

Origem: GO; RJ; MG.

#### Eixo Temático: Meios de Distribuição

##### Tema: Mídia Impressa

#### PL 20

**Proposta:** Tornar mais acessível à população jornais, revistas e livros por meio de fomento, seja por financiamento ou redução de carga tributária.

Origem: RO.

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Mercado Editorial

#### PL 28

**Proposta:** Que a EBCT (Correios) ofereça tarifas diferenciadas de serviço para as pequenas empresas de comunicação e que crie uma operação para romper o atual monopólio existente no setor de distribuição de periódicos (jornais, revistas, livros e produtos culturais em geral).

Origem: RS.

#### GT 8

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Sistema de outorgas

#### PL 47

**Proposta:** Proibir qualquer tipo de sublocação de espaços na grade de programação. O Executivo Federal deverá provocar o Judiciário, visando ao cancelamento das outorgas de radiodifusores que sublocam qualquer tempo de sua programação.

Origem: PR; SC; TO.

#### PL 79

**Proposta:** Nos processos de outorga, estabelecer como quesitos: a) a diversidade na oferta, considerando o conjunto do sistema; b) a contribuição para a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal; c) a preferência aos que ainda não têm meios de comunicação; d) o fortalecimento da produção cultural local e a ampliação de empregos diretos; e e) a maior oferta de tempo gratuito disponibilizado para organizações sociais e produções independentes. Na renovação, deve ser observado: a) o respeito à diversidade e o tratamento dado às imagens da mulher, das populações negra e indígena, e da população LGBT; b) a regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária; e c) o cumprimento do disposto no art. 221 da CF.

Origem: RJ.

#### PL 105

**Proposta:** Que todas as outorgas, concessões, permissões e autorização nas quais se identifiquem irregularidades em face à legislação vigente sejam objeto de revisão, concedendo-se prazo para apresentação de defesa, bem como para adequação às normas. Não sendo apresentada defesa ou não sendo sanada a irregularidade, que seja cassada a outorga concedida e que sejam realizadas obrigatoriamente audiências e consultas públicas no processo de renovação de outorga, anunciadas tanto pelas próprias emissoras como pelas prestadoras de serviços. Em se tratando de emissoras cabeças de rede, o concessionário e o Ministério das Comunicações

devem apresentar levantamento, com resultados de pesquisa de opinião ou outros dispositivos, com a avaliação dos serviços prestados à comunidade, para fins de comprovação de atendimento dos compromissos firmados no ato da assinatura da outorga.

Origem: MS; SC; MG; RS.

#### GT 9

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Sistemas público, privado e estatal

#### PL 8

**Proposta:** Fortalecer os meios de comunicação não comerciais por meio da revisão da legislação vigente – no que se refere a fontes de financiamento e pilares da programação – e das exigências relativas às outorgas.

Origem: DF.

#### PL 9

**Proposta:** Viabilizar canais analógicos existentes, sobretudo nos centros urbanos onde há grande congestionamento, propiciando a prestação de serviço de radiodifusão pelo sistema público.

Origem: MG.

#### PL 22

**Proposta:** Criação de um Conselho de Gestão dos Fundos de Fomento à Radiodifusão Pública e, no médio prazo, para os Conselhos Nacional e Estaduais de Comunicação Pública, a serem formados com ampla representação da sociedade e que definam a política de uso dos recursos, além de fazer o acompanhamento dos gastos dos respectivos fundos.

Origem: TO.

#### PL 23

**Proposta:** Assegurar, na TV aberta digital, canais públicos criados pela Lei do Cabo.

Origem: ES.

## Eixo Temático: Meios de Distribuição

### Tema: Financiamento

#### PL 17

**Proposta:** Criação do Fundo Nacional e Estaduais de Comunicação Pública, que será formado: a) pela Contribuição que cria a EBC, a partir do direcionamento de recursos do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações); b) por verbas do orçamento público em âmbitos federal e estadual; c) por recursos advindos de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que incida sobre a receita obtida com publicidade veiculada nos canais comerciais e do pagamento pelo uso do espectro por parte dessas emissoras; d) por impostos progressivos embutidos no preço de venda dos aparelhos de rádio e televisão, com isenção para aparelhos de TV até 29"; e e) por doações de pessoas físicas e jurídicas.

Origem: RN.

#### PL 19

**Proposta:** Criar infraestrutura básica para acesso às telefônicas fixa e móvel em lugares que não dispõem desse serviço, utilizando recursos do FUST.

Origem: AM; SP; DF.

#### PL 21

**Proposta:** Aplicação do dinheiro do FUST, atualmente acumulado acima de R\$ 7 bilhões, principalmente nas questões da infraestrutura de redes fixa e móvel em áreas periféricas e rurais.

Origem: MG.

## GT 10

### Eixo Temático: Meios de Distribuição

#### Tema: Marco Legal e Regulatório

#### PL 360

**Proposta:** Regular a proibição a monopólios e oligopólios, prevista no Artigo 220 da Constituição Federal, constituindo mecanismos para evitar a concentração horizontal (um grupo deter várias operadoras da mesma plataforma), vertical (um grupo controlar várias etapas da cadeia: produção, programação, empacotamento, distribuição) ou cruzada. No primeiro caso, considerar – de forma isolada ou combinada – os critérios de propriedade e controle, cobertura, participação na audiência e participação no mercado publicitário. No segundo caso, proibir que uma programadora tenha participação em uma produtora, adotando vedação semelhante para o caso de operadoras de serviços de voz, de dados ou de audiovisual em relação às operadoras de serviços. No terceiro caso, proibir que um mesmo grupo explore dois serviços diferenciados.

Origem: ES.

#### PL 361

**Proposta:** Regular o Artigo 223 da CF, definindo os sistemas público, privado e estatal. O primeiro deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público, geridas de maneira participativa, a partir da possibilidade de acesso universal do(s) cidadão(s) às suas estruturas dirigentes e submetida a controle social. O segundo deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial. O terceiro deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação. Para cada um dos sistemas, devem ser estabelecidos direitos e deveres no tocante à participação social na gestão, às modalidades de financiamento e às obrigações quanto à programação.

Origem: TO.

## GT 11

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Democratização da Comunicação

#### PL 1

**Proposta:** Democratizar o acesso à Internet por meio da criação e da ampliação de telecentros e acesso qualificado à rede em todas as escolas da rede pública de ensino, em bibliotecas e em espaços públicos comunitários.

Origem: PR.

## GT 13

### Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres

#### Tema: Aspectos Federativos

#### PL 121

**Proposta:** Proibir políticos de exercer a função de comunicador em qualquer concessão pública de comunicação durante o exercício do mandato e instituir o período de 6 meses antes da data de eleição para que o candidato se ausente das funções de comunicador.

Origem: MT.

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Marco Legal e Regulatório**

**PL 123**

**Proposta:** Alterar a Lei 10.610/2002, que autoriza empresas estrangeiras a possuir até 30% das empresas do ramo da comunicação. Diminuir essa participação para 10%.

Origem: AC.

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Órgãos Reguladores**

**PL 117**

**Proposta:** Reativar imediatamente o funcionamento do Conselho de Comunicação Social, paralisado desde 2006, por omissão da Mesa Diretora do Senado.

Origem: RS.

**GT 14**

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Inclusão Social**

**PL 294**

**Proposta:** Garantir que todas as escolas tenham laboratório de informática, rádio e TV atualizados.

Origem: CE; GO; SE.

**PL 314**

**Proposta:** O estabelecimento de política pública visando à universalização, à melhoria da qualidade e ao aumento da transparência de serviços do Estado para o cidadão – em todos os níveis e poderes –, com plena utilização de Soluções Completas com TICs, suportadas por redes e serviços de telecomunicações em banda larga.

Origem: AM; AP; CE; DF; GO; MG; MS; PA; RS; SC; SE; SP; MT.

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Direito à Comunicação**

**PL 226**

**Proposta:** Implementar o Governo Eletrônico nos municípios.

Origem: SP.

**PL 305**

**Proposta:** Garantia de espaço gratuito nas emissoras de rádio e TV em níveis estadual e nacional para pronunciamentos oficiais e matérias de interesse público.

Origem: AP; BA; SC.

**PL 316**

**Proposta:** Adoção, pelo Governo Federal, de medidas de estímulo à concorrência, à pluralidade e à capacidade de produção de empresas e entidades, para ampliação e diversificação do mercado.

Origem: MG.

**Eixo Temático: Cidadania: Direitos e Deveres**

**Tema: Fiscalização**

**PL 289**

**Proposta:** Submeter o rádio e a TV abertos – que devem continuar a ser prestados em regime público – a claros requisitos contratuais, à regulação e à fiscalização por parte da agência reguladora, tanto no que se refere às concessões de outorgas quanto no que se refere ao conteúdo divulgado. Argumentação: A exploração de radiodifusão sonora e de sons e imagens é feita, por prerrogativa da União, na forma de concessão e permissão, instrumentos típicos de prestação de serviços públicos. Não obstante, essa forma de prestação de serviço público, dado o imenso vácuo legal hoje existente, é de fato prestada como se em regime privado, ou seja, com máxima segurança jurídica e mínimos requisitos regulatórios por parte do Estado. É necessário alterar essa situação, submetendo as concessionárias de radiodifusão ao cumprimento de requisitos contratuais, mediante regulação e fiscalização por parte de agência reguladora.

Origem: DF; SC.

